

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

PONDERAÇÕES TEÓRICAS E ACHADOS EMPÍRICOS

Cezar Nonato Bezerra Candeias, José Brendan Macdonald e José Francisco de Melo Neto
organizadores

ÍNDICE

Apresentação

José Brendan Macdonald.....

Autogestão

José Francisco de Melo Neto.....

A autogestão enquanto modo de produção e algo mais

José Brendan Macdonald.....

Economia solidária, desenvolvimento local e capital social: a construção de círculos virtuosos

Cezar Nonato Bezerra Candeias.....

Empoderamento para a participação através do trabalho

Adele Oliveri.....

Educação popular na economia solidária – Uma construção de uma ponte para o novo

Rosângela Alves de Oliveira.....

Cooperativismo e cotidiano - Um estudo da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju – CARE

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

Pindorama – a cooperativa como alternativa

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho.....

APRESENTAÇÃO

Como lembra a sabedoria secular e universal, “a necessidade é a mãe da invenção.” É por isso que se vem dizendo a partir da virada do milênio – de Seattle a Gênova, a Porto Alegre, a Bombaím e assim por diante – que “uma outra economia é possível.” E como tudo está interrelacionado, não só uma outra economia é possível mas também uma outra política para que haja um novo projeto de civilização, de sociedade, que resgate sim o que há de melhor do legado de seis milênios de civilização mas que eventualmente testemunhe também o fim deste mesmo período de uns poucos que pensam por todos, da minoria que comanda e da maioria que executa, enfim deste longo período de dominantes e dominados. O movimento da *economia solidária* por necessidade se inventa, pois qualquer sociedade de classes (portanto não só a capitalista) cria assimetrias sociais que - graças à desigualdade da distribuição dos bens da Terra (a qual hoje chega a proporções crescentes e escandalosamente aberrantes) e à desigualdade do saber e do acesso à informação objetiva e não manipulada por interesses escusos - não servem aos interesses do gênero humano.

Por esta pura necessidade se tenta criar o que muitos chamam economia solidária. Mas o fenômeno pode ter vários nomes. O fenômeno pode até existir antes que tenha nome. Aqui no Brasil já há duas décadas, a Cáritas, órgão da Igreja católica, vem fazendo o que ela chama de *economia popular solidária*. Um grupo centrado no Rio de Janeiro e fruto notório do Professor Marcos Arruda e outros prefere falar em *socioeconomia solidária*. O termo *economia solidária* ocorre também em francês e em espanhol. O anarquista norteamericano Michael Albert e discípulos seus mundo afora falam em *economia participante* (*participatory economics*). Um dos artigos deste livro é dessa linha de exposição. Na Índia e alhures os discípulos de Prabhat Ranjan Sarkar preferem um termo aparentemente asséptico, que é PROUT (*progressive utilization theory* ou *teoria da utilização progressiva*). Tudo isso sem falar em outros termos e fatos que ainda não chegaram ao conhecimento deste apresentador.

Como seria de esperar, há questões controversas entre os teóricos deste novo projeto de economia, política, sociedade e cultura. Entre aqueles que estão tentando colocá-lo em prática também. Mas o que mais salta à vista, mais do que as discrepâncias em matéria de vocabulário e conceitos associados à economia solidária (com este ou outro nome), é uma sintonia de valores, de atitudes, de conclusões ou metas mínimas. Um destes valores é a autogestão, o governo da empresa por todos os seus trabalhadores, onde a dicotomia capital/trabalho desaparece.

O presente livro é uma modesta contribuição que 6 pesquisadores brasileiros, mais especificamente pesquisadores do nordeste brasileiro, conjuntamente com uma militante italiana, procuram dar ao debate da economia solidária. Esta colaboração procura agregar reflexões acerca de elementos teóricos e empíricos da economia solidária, procurando problematizar a temática e ao mesmo tempo demonstrando que de fato algo de novo está acontecendo na economia.

A seguir valerão alguns comentários sobre essas contribuições.

José Francisco de Melo Neto, inspirado – embora não só neles – nos seus muitos contatos com a experiência da Usina Catende, nos apresenta componentes teóricos da autogestão empresarial. Nota-se aqui não só o viés do educador popular mas também o do filósofo. Um discorrer sobre conceitos como trabalho, igualdade e autonomia – entre outros – ainda será necessário nas próximas décadas (ou até séculos?) da parte de todos aqueles que advogam uma economia/sociedade para todos e não só para alguns, onde “o que conta é o homem”, como lembraria o velho Schumacher. O presente ensaio não deixa de ser mais uma provocação nesta matéria ainda em construção.

José Brendan Macdonald, reafirmando o conceito modo de produção e alguns outros a ele vinculados, situa a autogestão inicialmente em perspectiva econômica através de ilustrações da história pretérita e contemporânea. Pondera as dificuldades e o desafio que a economia capitalista e os valores da civilização contemporânea impõem para a autogestão. Trecho significativo é o da preocupação da relação do nexo entre o que até hoje se conceitua como economia e como política, uma questão teórica preenhe de possíveis consequências práticas. Impressionado tanto com o vigor do capitalismo hegemônico como também com sua vocação para o definhamento, pondera algumas conjecturas sobre o que

poderá acontecer depois do desaparecimento do sistema ainda hegemônico.

Cezar Nonato Bezerra Candeias tece considerações sobre uma visão da economia solidária acoplada ao conceito de desenvolvimento local. Para tanto nos remete à necessidade de não confundirmos desenvolvimento com crescimento econômico, assim revendo uma questão da década de 1960 que ainda fica subjacente na compreensão de economistas e outros. E, já que a economia solidária tem a ver com um constante aperfeiçoamento da qualidade de vida especialmente para as classes carentes, o autor propõe que ponderemos a utilidade do conceito de capital social frente a ela.

Adele Oliveri, em palestra proferida no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2003, expõe e propõe o funcionamento de unidades de trabalho de acordo com os quatro princípios da *economia participante*. Trata-se de uma provocação fascinante e original (em termos desse movimento ao qual ela adere). O que parece implícito é que se refere a uma utopia exequível em dado momento histórico num futuro quiçá historicamente próximo sim, mas também já ocorrente nos dias de hoje em escala pequena e limitada pela força da economia/civilização hegemônica. Ou, como se diz aqui no Brasil hoje (e talvez em outras latitudes também), é a “economia que já acontece.” Não surpreenderá se esta matéria provocar polêmica mesmo dentro das fileiras dos/das que lutam por uma “outra economia.” Que seja bem-vinda então essa polêmica que poderá ser muito fecunda.

Rosângela Alves de Oliveira apresenta um exemplo concreto de tentativa de aplicação de economia solidária, a saber, o da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana, experiência implantada nos albores do novo século e milênio. Sua ênfase parte do papel da educação popular. Talvez o maior mérito deste artigo é a demonstração de elevado grau de autogestão dos feirantes, ou seja, a evidência do processo de sua aprendizagem e tomada de consciência da necessidade real de uma participação maciça como protagonistas ou verdadeiros sujeitos deste modo de produção e distribuição alternativo e – mesmo que quiçá antes inconsciente que conscientemente – de um novo projeto de sociedade.

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, usando como referência a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju, mostra como, mesmo entre os empreendimentos vinculados a economia solidária, o grau de mentalidade e práticas solidárias e autogestionárias alcançado ainda pode deixar muito a desejar. Como em outros

casos não citados aqui, uma assessoria não demandada pelo grupo beneficiário, senão proposta de fora para dentro, tem maiores dificuldades com a implantação de um novo modo de ver o mundo. A promoção da autoestima e da participação de todos e todas ainda fica como grande desafio neste grupo de trabalhadores (e em tantos outros).

Finalmente Cícero Péricles de Oliveira Carvalho discorre sobre aspectos da Cooperativa Pindorama produtora de cana-de-açúcar e frutas, a qual hoje se configura como um dos maiores complexos agro-industriais do Nordeste. Embora não se reporte a questões de economia solidária, é possível por analogia ver alguns aspectos com que pode lidar qualquer empresa do mesmo porte e ramo, seja ela heterogestionária ou autogestionária.

Os organizadores

João Pessoa, abril de 2005

AUTOGESTÃO

José Francisco de Melo Neto¹

Introdução

Este trabalho expressa uma síntese de resultados de pesquisas em vários campos de atividades com destaques à projetos em Extensão Universitária, voltados à organização de comunidades, em zonas rurais ou em ações comunitárias em regiões de cidades, direcionados à autoorganização das pessoas. Do conjunto dessas várias pesquisas, sobressai-se a desenvolvida na Usina Catende, na zona da mata nordestina, onde desenvolve-se um empreendimento no campo da economia de larga escala – a cana de açúcar – que busca exercitar-se no campo da autogestão. Expressando um resultado de reflexões a respeito das práticas desenvolvidas nesses projetos, este tornou possível a busca por elementos que aparecem nas ações desses projetos e que podem compor um *quadro teórico de constituintes* para a organização autônoma das classes trabalhadores – *a autogestão*.

As ações desenvolvidas no campo da extensão universitária têm tido a marca do atendimento a satisfações individuais de pessoas. Precisam tornar-se projetos atrelados aos processos de realizações de novas relações sociais, pautadas em outros fundamentos, podendo estar voltadas à construção de um novo estilo de vida. Nessa direção, mantém-se a seguinte questão que persegue esses tipos de realização: *para que tipo de sociedade estão sendo direcionadas essas ações pela extensão ou por experimentos de busca de novas relações econômicas e sociais?* Essas atividades parecem ter significado à medida que

¹ Professor Doutor Titular/Educação da Universidade Federal da Paraíba. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura. Coordena o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. É também coordenador da INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários - da Rede Unitrabalho na UFPB.

sejam conduzidas por perspectivas que mantenham o *humano* como centro dessas realizações e o *trabalho* como impulsionador de sua emancipação, assegurando a existência da própria vida humana resultante de sua intervenção na natureza.

Mas a reafirmação desses propósitos conduz a uma análise da realidade neste atual momento histórico. Esta vem apontando para uma situação geral de *avanço do desemprego*² diante de novas tecnologias, da ausência de políticas voltadas a esta questão que mais aflige a classe trabalhadora, além da pouca possibilidade de as pessoas conseguirem emprego, comprometendo a sua sobrevivência humana que, no capitalismo, a cada dia, se torna mais agravante.

As tentativas de ações para a solução do problema do desemprego, como as aplicadas na Usina Catende, sejam jurídicas, de incentivos financeiros à empresa, com redução da contribuição da previdência, maior racionalização nas atividades do cotidiano, ou mesmo a redução das tarefas do trabalho, têm contribuído muito pouco para minorar o problema. Estas medidas têm sido paliativas, pois se mantêm atreladas a perspectivas unicamente asseguradoras do funcionamento econômico e financeiro da empresa.

As questões que estão presentes na vida dessas maiorias trabalhadoras transcendem estas dimensões, exigindo medidas mais amplas, audazes e também mais realistas que incentivem o crescimento econômico, sem, contudo, aniquilar o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Não é suficiente a luta por uma política de superação do *desemprego* com o incentivo, apenas, para o contrato de mais pessoas, com a criação de novos postos de trabalho. O que se pretende é a luta por uma política que vise à *ocupação* dessas pessoas, até com possíveis empregos, porém facilitadora de sua ação humana sobre a natureza e de sua satisfação pela vida. Para isto, são urgentes reformas estruturais do mercado e da economia.

O mercado e a economia têm uma lógica própria de funcionamento dominante, no atual momento histórico, uma vez que estão atrelados a um padrão estritamente mecânico, caracterizado pela constatação das necessidades humanas em suas várias formas de expressão: físicas, culturais, espirituais e outras. Para atender a essas necessidades,

² A falência da Usina Catende, em 1993, insere-se no quadro vivenciado por outras empresas do ramo da produção do açúcar e do álcool, na região Nordeste, agudizando, pelo desemprego, as condições de vida dos trabalhadores na Zona da Mata nordestina.

produzem bens e realizam serviços, respondendo às demandas daqueles que estão na linha de consumo. Há um reduzido grupo de pessoas que utiliza as diferenciadas maneiras de expressar o capital – dinheiro, idéias, técnicas etc – que, interagindo com matérias-primas, promovem a organização do trabalho por meio do planejamento e gestão. A matéria-prima e a tecnologia estão dominadas por macroempresas, aumentando a concentração da riqueza nas mãos de poucos. Além disso, descarta-se a mão de obra dos processos produtivos, promovendo, ainda mais, o aumento do desemprego. Isto tudo forma uma característica geral do capitalismo em que o capital passou a pertencer a poucos.

Análises européias previam que a ocupação da mão-de-obra por novos trabalhadores seria apenas de 20%, para a década de 1991 a 2000, naquele continente. É sabido que o PIB dos EUA, acumulado em vinte anos (70/90), atingiu a cifra de 70% de crescimento, enquanto que a taxa do emprego, no mesmo período, só cresceu 49%. A União Européia, em período semelhante, atingiu cifras de 81% e 9%, respectivamente (Comisión Europea, 1994). Nos países como o Brasil e Argentina, é comum o índice de desemprego atingir a casa de 20%, destacando-se, em geral, nas metrópoles como São Paulo e Buenos Aires. Esses índices adquirem maior dimensão se comparados por regiões, o que expressaria uma maior concretude dessa realidade.

Dentro desse contexto, pode-se perguntar: *Quais têm sido as medidas tomadas para a superação do desemprego?* Em geral, uma primeira medida apresentada e, às vezes, aceita pelos trabalhadores é a *redução da jornada de trabalho*. Em que pese a sua importância para possível melhoria da qualidade de vida e mais absorção da mão-de-obra, essa medida tem acompanhado a redução do salário, tornando pouco interessante à classe. Outra proposta implementada é a *flexibilização do mercado*, no sentido de promover uma maior repartição do trabalho. Esta se manifesta com alguma importância para o cenário da vida do trabalhador. Entretanto, promove a suspensão efetiva de conquistas, em especial, quanto à previdência social. Outra sugestão é a busca de novos estilos de *ampliação do mercado*, através do atendimento de necessidades culturais - melhor idade, meio ambiente e outras.

Constata-se, todavia, que a maioria das pessoas enfrenta uma luta angustiante pela sobrevivência, em primeiro lugar. Com a falência de empresas, todos os trabalhadores são

demitidos. As atividades culturais estão sendo relegadas a um segundo plano. Outras possibilidades para além da sobrevivência, recorrentes do trabalho, atingem apenas uma minoria. Os novos mercados surgem muito mais enriquecedores para as próprias empresas especializadas nessas novas atividades, pouco restando para o atendimento das necessidades básicas da população. Além do mais, o turismo, saída tão propalada, não é algo possível em qualquer ambiente ou geografia. Aspectos atraentes a serem mostrados para fomento dessa atividade não estão espalhados por todos os recantos.

Outra alternativa veiculada por órgãos como o SEBRAE é o *fomento à criação de microempresas*, introduzindo uma ideologia de que a todos é possível o gerenciamento de um empreendimento. O incentivo à capacidade de empreendedorismo é importante. A realidade, porém, cobra dos possíveis empreendedores outras habilidades, muitas vezes, ausentes nos mesmos. Não existe apoio de políticas voltadas àquela nova atividade, como estudos e pesquisas sobre o mercado, análise do ambiente cultural em que se vive, cálculos sobre a renda do empreendimento, além de um conhecimento da economia local ou regional. Indagados sobre o seu interesse pelo processo de gestão/administração da empresa, 88,64% dos trabalhadores da Usina Catende responderam ter interesse. Entretanto, quando solicitados a indicar essas atividades, 78,57% afirmaram desconhecer-las³. Políticas de acesso a esses tipos de conhecimento não têm tido apoio suficiente nem técnico ou financeiro, em geral.

Delrio (1999), ao analisar a situação do desemprego na Europa, constata que há uma falsidade no discurso estabelecido sobre a globalização. A sua abrangência não se constata nos setores que são apregoados. O autor mostra que esse discurso não envolve todas as dimensões da vida. Estabelece-se como uma ideologia, mesmo que seja efetivada nos campos rentáveis ao mercado. Na verdade, o discurso da globalização é algo que não promove a inclusão das pessoas, não integra soluções e respostas às necessidades gerais. Esse discurso “nos uniformiza como consumidores do mercado que está globalizado” (p.29). Segundo ele, não foram globalizados a saúde, a nutrição, a educação para autonomia das pessoas, os conhecimentos técnicos e científicos, a informação, o emprego e, muito menos, a renda para todos.

³ Os dados aqui apresentados estão disponíveis na sede da Usina Catende/Harmonia, no município de Catende, Zona da Mata Sul de Pernambuco., resultantes de pesquisa realizada com o IBASE/Rio de Janeiro, em 2001/2002. As entrevistas encontram-se no relatório de pesquisa: Melo Neto, José Francisco de. *Usina Catende – entre a doúra e a harmonia*. Catende, 2002.

As políticas geradas a partir desse discurso têm se caracterizado pela desregulamentação da circulação internacional de capitais, pelo agravamento do desemprego e, ainda, pelo desmonte dos serviços públicos essenciais como saúde, educação, habitação, seguro-desemprego, aposentadoria, entre outros. São políticas que insistem em permanecer. Como reação, no sentido da reabsorção dos trabalhadores aos postos de trabalho, soluções estão sendo tentadas pelos próprios trabalhadores, criando e reapropriando-se de outras alternativas de ocupação. Nelas inserem-se as variadas formas autônomas de trabalho, a autogestão das empresas que faliram ou a criação de cooperativas.

Essa procura por alternativas surge em todo o mundo. Delrio (1999) reforça-as mostrando que há vários grupos espalhados que estão propondo saídas para a construção de um outro tecido social ou promovendo outras formas de relações econômicas. São organizações que desenvolvem experiências de gestão, buscam outras soluções na tentativa de mudanças culturais profundas na sociedade. São experiências que, mesmo em pequena escala, constroem e desenvolvem capacidades e valores essenciais para a vida e o trabalho. A esse respeito, esclarece o autor:

“- pensar observando, analisando a realidade e buscando soluções; - responsabilizar-se, acostumar-se a planificar e avaliar os resultados das ações empreendidas; - respeitar as opiniões dos demais cidadãos que participam e criticam, na perspectiva da melhoria para solucionar os problemas; - participar, adquirir prática do trabalho coletivo e consensuado; - coordenar-se de igual para igual, promovendo a confiança no outro; - acostumar-se ao manejo da economia como algo normal da vida; - e, promover a sua imaginação, disseminar e promover experiências de autogestão econômica e social desde que rentáveis e coerentes” (ibid.: 38).

Constitutivos da autogestão

a) A história

Essas novas experiências vêm apresentando grandes desafios aos trabalhadores, apontando para outro estilo de se inserir no mercado e o tratamento a ser dado aos produtos culturais, como o gerenciamento de forma definida pelos próprios trabalhadores. Isto passa a exigir uma maior compreensão sobre a própria autogestão. Mesmo atuando em uma empresa que tem como modelo a participação, 63% dos trabalhadores da Usina Catende estão sem qualquer idéia do que seja uma empresa de autogestão.

Autogestão é uma palavra que vem tendo uma maior divulgação, a partir da década de 60, através de grupos de estudos, sindicatos, partidos e organizações-não governamentais, aparecendo na imprensa e jornais e em vários outros meios de comunicação. Dessa maior divulgação tem saído uma diversidade de compreensão, dificultando bastante o seu significado conceitual. Para isto, é importante manter-se a dimensão histórica.

O avanço tecnológico no capitalismo tem trazido para a classe, ao atingir a base de sua própria existência, diferenciadas formas de reação ao desemprego.

Com a primeira revolução industrial, os trabalhadores resistiram a esse modelo de produção, inicialmente, reivindicando direitos que já tinham sido conquistados e perdidos, reforçando o antigo regime. Uma segunda forma reativa voltou-se diretamente à política, neste caso, definindo-se pela radicalização dos processos de democratização, tendo sido a Revolução Francesa um marco motivador nesse tipo de proceder dos operários. Uma terceira forma deu-se com o desenvolvimento de alternativas ao modelo capitalista, como o *sindicalismo*, ou mesmo da produção e da distribuição por meio de *cooperativas*. Convém destacar que a mobilização dos trabalhadores nessas situações tem envolvido, sobretudo, aqueles mais qualificados. Também, não se pode deixar de lembrar que essas lutas foram marcadas por insurreições súbitas, resultantes de explosões de desespero diante da condição de miséria humana com o comprometimento de sua própria sobrevivência, provocando atitudes violentas.

Várias têm sido as tentativas de superação dessa situação histórica impingida aos trabalhadores. Salienta-se a tentativa do socialista utópico Owen (1770-1858), ao propor acabar com a fome, a partir da criação das “aldeias cooperativas”. A sua idéia básica estava centrada na possibilidade de pôr fim à pobreza daqueles que estavam sem emprego e, ao

mesmo tempo, superar a situação de vida atrelada, simplesmente, à beneficência das paróquias (Leis dos Pobres, na Inglaterra). O caminho definido por Owen, por meio das aldeias, possibilitava a vida em comunidade e promovia a produção coletiva, trocando as suas mercadorias com as outras cooperativas. Era uma tentativa de pôr fim à miséria, empenhando-se por uma mudança social, reorganizando a empresa capitalista, procurando-se acabar com o lucro.

Essas experiências, contudo, não foram forjadas pelas simples idéias, mas estiveram permeadas de importantes lutas contra aquela situação de vida, buscando-se a organização dos trabalhadores. Travou-se uma luta política profunda contra o capitalismo, sendo exteriorizada, principalmente, com o movimento de criação de *sindicatos* e de *cooperativas*. Estas foram as descobertas fundamentais dos trabalhadores que sentiram a importância de se reunirem em organismos políticos que possibilitassem, de forma coletiva, superar as lutas internas dos operários, de modo a poderem enfrentar a organização dos compradores de sua força de trabalho. Reafirmaram, dessa forma, a sua principal luta contra o capitalismo para além da reação da 'quebra do maquinário', que é a busca construtiva de uma outra sociedade, com padrões diferenciados para a propriedade privada e o lucro.

Os sindicatos e cooperativas foram, portanto, expressão reativa dos trabalhadores aos exorbitantes preços de material de primeira necessidade e produtos da revolução industrial. Essas cooperativas remontam ao século XVIII. Foram resultados de muitas lutas contra a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores e que no Brasil, mesmo nos dias de hoje, revelam verdadeira escravidão, sobretudo, na zona rural, através da velha tradição dos 'barracões'. No passado, eles estavam presentes nas áreas dos cafezais e nas de cultivo de cana-de-açúcar e, mais recentemente, nas fazendas de gado, onde o trabalhador nunca consegue equilibrar as suas despesas. No início do século XIX, começaram a surgir sociedades em forma de cooperativas, que passaram a se diferenciar entre si. Para Singer (1998), elas tinham um espírito socialista ao se tornarem pioneiras na procura de uma sociedade melhor, substituindo no futuro o capitalismo. Contudo, eram diferentes de outras comunidades cooperativadas e constituídas por pessoas da classe média, dependendo de contribuições filantrópicas. A esse respeito, esclarece:

“Essas cooperativas, que podemos chamar de ‘operárias’, surgem da luta de classes e muitas vezes foram criadas para enfrentar e eliminar a empresa capitalista de mercado. A idéia era ingênua, mas empolgou os trabalhadores britânicos durante as jornadas quase revolucionárias dos 1820 e 1830. Ao contrário das cooperativas que chamaremos de ‘comunitárias’, as operárias constituíram, neste período, um genuíno movimento de massas, participando diretamente das lutas sindicais”(p. 94).

A depender de outros apoios de ordem financeira, essas comunidades e aquelas formuladas por Owen caminharam para o fracasso, provocando um período de descenso do movimento operário. Aliás, essas experiências, até meados do século XIX, tiveram existência passageira, passando por momentos vivos enquanto durava o tempo de confronto, vindo a declinar com a superação ou a derrota daquele movimento. As cooperativas e sindicatos estiveram submetidos a esse tipo de avanços e recuos políticos. Mas foi em Rochdale, cidade industrial perto de Manchester, na Inglaterra, que surgiu a sociedade cooperativa denominada *Society of Equitable Pioneers*, decorrente da realização de uma greve derrotada de tecelões. Esses pioneiros marcariam todo um movimento de lutas e confrontos e, também, de adaptação aos processos do capitalismo.

Importante para a organização dos operários parece ter sido a definição dos objetivos dessa cooperativa, voltada à construção de armazéns para o abastecimento de seus sócios, de casas para aqueles que ainda não as possuíam e produção coletiva de artigos, ocupando os desempregados. Dessa forma, criava-se uma entidade em condição de auto-sustentabilidade de seus membros, mas mantendo o ideário socialista. Eis as regras dessa cooperativa: *a sociedade seria administrada democraticamente, onde cada sócio teria um voto; estaria aberta a qualquer um que desejasse ser sócio, desde que integrasse uma quota que era igual para todos; a divisão do excedente teria regras próprias para repartição, mas ao capital investido seria assegurada uma taxa fixa de juros de 10%, incentivando-se inclusive as compras na própria cooperativa; a venda realizada pela sociedade seria apenas à vista; estaria assegurada a venda de produtos de boa qualidade;*

a sociedade se manteria neutra em relação à política e à religião.

Destaca-se, aqui, a importância de uma regra voltada ao desenvolvimento da *educação* dos sócios nos princípios do cooperativismo. Essa experiência, além de manter o ideário socialista, mostrou a sua capacidade de adaptação e de assegurar aqueles princípios diante das oportunidades e também dos riscos de se viver em uma economia de mercado. Tornou-se, dessa maneira, um modelo para outras sociedades cooperadas, tanto na Inglaterra como nos demais países.

As lições trazidas por esse movimento floresceram no Reino Unido, espalhando-se por todo o mundo. Singer (ibid.) destaca que uma importante lição dessa experiência é a demonstração de que a revolução capitalista se move pelo relacionamento das forças produtivas, fomentando a generalização das relações sociais de produção capitalista. Para ele, a acumulação na escala desejada pelas novas forças produtivas se torna viável com a instituição dos seguintes instrumentos: papel-moeda e padrão-ouro, sociedade anônima, bolsa de valores, livre câmbio, governo representativo, divisão de poderes, império da lei e liberdades civis.

Entretanto, essa revolução, que parece positiva, também tem a dimensão destrutiva das instituições definidas, estabelecendo novas instituições. Assim, destrói-se o banqueiro local ou mesmo a dinâmica das mercadorias que, no caso da Inglaterra, não sustentou as condições concorrenciais com os produtos oriundos de outras partes do mundo. Além disso, esse tipo de revolução vai, pouco a pouco, revogando toda a legislação voltada ao trabalho, dentro do modelo anterior. Na primeira revolução industrial, bem como na segunda, foram sendo anulados os regulamentos do trabalho artesanal.

Há uma dialética no processo de superação dos resultados estabelecidos socialmente em cada momento revolucionário. Na primeira revolução industrial, não só a legislação foi destroçada como também as qualificações profissionais, surgindo novas qualificações. Esse processo continuaria com as revoluções seguintes, tanto na segunda como na terceira. As relações artesanais e semi-artesanais foram superadas e, hoje, a revolução tecnológica, como na construção de um automóvel, destrói profissionais voltados às atividades de transporte em animais. Em contrapartida, surgiram outros profissionais vinculados às exigências mecânicas da nova máquina. Mais recentemente, datilógrafos e outros

profissionais foram substituídos por digitadores, analistas de sistemas, reparadores de computadores. Isto tudo gera as suas vítimas, restando-lhes apenas o empenho por um outro projeto social alternativo ao capitalismo, na perspectiva da manutenção da ocupação do trabalhador para sua própria sobrevivência em uma outra perspectiva de trabalho.

A construção desse projeto passou a exigir, do ponto de vista ideológico, o respeito às liberdades individuais, políticas e econômicas já conquistadas e que “lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos do pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão ‘normal’ de vida” (ibid.: 110).

A manutenção dessa luta, combinada e determinante por direitos políticos, continuará sendo por democracia.

A autogestão entre os trabalhadores não se constitui apenas de um ideário ou um objetivo. Há uma experiência histórica estabelecida pelas lutas da classe. Está presente nas formulações dos socialistas utópicos (Owen, Fourier e Proudhon), adquirindo características de mudança gradual por meios pacíficos da sociedade capitalista, através das “livres associações de produtores”. É possível ter-se referência no movimento operário com a Revolução Francesa, em que a autogestão expressou o tipo de luta espontânea.

Nas oficinas da Comuna, os operários nomeavam os seus dirigentes e os retiravam quando as condições e o rendimento não eram atendidos. Definiam os seus salários e as condições de trabalho. Os trabalhadores em luta superaram o movimento do ‘ludismo’ para a autogestão, marcada pela dimensão da espontaneidade presente no movimento. Exercitaram as possibilidades da autogerência ao assumirem as fábricas quando eram abandonadas pelos patrões.

Esse movimento esteve presente nas lutas dos operários alemães durante o primeiro pós-guerra, sob a forma de conselhos operários; no início da revolução russa com os soviets, organismos criados sem qualquer interferência partidária, surgidos espontaneamente, chegando a regular a revolução de 1905; na luta do povo checo-eslovaco pela democratização de seu país durante o império soviético; na organização dos trabalhadores na extinta Iugoslávia; na Polônia com o sindicato ‘Solidariedade’; na Espanha, após 1936, com experiências controladas pelos trabalhadores; em Portugal, com a

Revolução dos Cravos; na Hungria, com os conselhos operários (1918 e 1919) e em países da África e da América Latina.

Quando Marx defende que a organização dos trabalhadores é uma tarefa para os próprios trabalhadores, merece destaque, na América Latina, a instalação da República Libertária do México, em 1911. Também sobressaem a Revolução Cubana de 1959, as revoluções da Nicarágua e de El Salvador, com a insurreição dos camponeses (1932). É marcante a revolução de 1952 na Bolívia, quando os camponeses estabeleceram um duplo poder com a Central Operária Boliviana (COB). No Chile, se destaca o governo de unidade popular estabelecido com Allende.

No Brasil, o cooperativismo surge desses ideários dos tecelões de Rochdale, por volta do final do século XIX, na cidade paulista de Limeira, com a então denominada Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Sua expansão, contudo, só viria a ocorrer nas décadas de 50 e 60, a partir do Rio Grande do Sul. Para Benato (1998), o modelo que foi sendo instalado não teve como referência a idéia de uma sociedade voltada às pessoas, com intenção de prover bens e serviços dos quais necessitavam. Consolidou-se, na verdade, um modelo conservador de Rochdale, onde o interesse das cooperativas era oriundo das elites que estavam preocupadas com a possibilidade da organização dos pobres. Mas, quais são os princípios doutrinários para que uma cooperativa seja instalada sem adotar um modelo conservador? Para o referido autor, são os fundamentos doutrinários do cooperativismo que, com essa perspectiva, se definem por sua busca humanista de liberdade, de igualdade e de solidariedade, pautando-se racionalmente nesta luta.

Atualmente, as sociedades cooperadas seguem as normas em vigor e se constituem como entidades jurídicas de direito privado. Como é uma sociedade de um conjunto de pessoas, passa a diferenciar-se das demais sociedades em vários aspectos. A lei de falência não a atinge. O seu capital é variável e, dessa forma, depende dos sócios que ingressam na sociedade. Cresce com cada novo sócio ou diminui quando alguém é suprimido. Trata-se de uma sociedade que não visa ao lucro; os seus produtos ou resultados financeiros retornam aos sócios. O processo democrático se expressa, independentemente do seu capital, com cada sócio decidindo individualmente. As cooperativas são regidas por leis específicas,

operando no mercado de acordo com as especificidades de suas atividades.

Destaque-se um princípio sempre presente no cooperativismo, hoje, que é a preocupação com um trabalho voltado ao desenvolvimento sustentável para as comunidades, pautado pela economia solidária, orientada por políticas aprovadas por seus membros, definindo sua própria autogestão, em assembléias. A economia solidária precede as próprias organizações econômicas associativas, com suas características diferenciadoras, como o relacionamento dos sujeitos da ação que, conforme Oliveira (1999), são os produtores que não desejam explorar a força de trabalho do outro produtor. Outra característica é o modelo de propriedade que deve alicerçar-se em bases coletivas, tanto os meios de produção como os recursos da produção.

A organização econômica solidária está pautada na gestão coletiva exercida pelos trabalhadores, atingindo o controle e a administração do capital. Convém salientar ainda os princípios da repartição eqüitativa dos resultados e a própria valorização do trabalho, enfatizando a natureza solidária que pode adquirir o mercado, alicerçado por um projeto de mudanças. No embate com o modelo dominante, alerta-se para a compreensão do papel dos mecanismos públicos existentes que são úteis para o desenvolvimento, com a consolidação das organizações solidárias. Reforça-se, além disso, a importância da educação, treinamento e informação aos sócios, como requisito fundamental para a permanência desse tipo de luta. Com se vê, são muitos os desafios presentes na vida dos trabalhadores e na vida da sociedade autogestionária.

Isto se torna determinante na vida cooperada, considerando que as políticas neoliberais, pouco a pouco, vêm reduzindo o poder de pressão dos trabalhadores. Urge que se esteja atento às demandas tecnológicas, mutáveis a cada dia, que mantêm a exigência de trabalhadores mais qualificados, motivados e cientes de seu papel na sociedade. Todos são sabedores do processo de universalização dessas políticas, considerando que elas se impõem pela concorrência. Essas políticas também afetam a vida cooperada, ideologicamente, com os avanços técnicos ou mesmo porque dependem do modelo de Estado, incrustado na vida de cada um.

Nessa luta geral, estão inseridas as criações de novos sindicatos e novas cooperativas que expressam `ações socialistas´ no modo de produção capitalista. Estas, por

sua vez, carregam diferenciadas possibilidades de degeneração político-ideológica. Uma cooperativa, quando obtém êxito, pode despertar o desejo de enriquecimento de seus membros, fortalecendo o ideário capitalista no interior da instituição. Por outro lado, em situação de crise, o modelo cooperado indica a melhor forma de minorar os resultados da crise, isto é, quando os seus sócios assumem partilhar perdas de forma coletiva.

Estas são situações vivenciadas e desafiadoras, também, na experiência de cooperação na Usina Catende/Harmonia. Hoje, prejuízos decorrentes após a destruição de patrimônio com enchente em 2000 e incêndio em 2002, foram pactuados coletivamente. Os trabalhadores (62,85%) percebem com isso alguma mudança no seu comportamento pessoal. Este projeto já mostra resultados eivados de diferenças. Desses trabalhadores, 26,05% entendem que se tornaram mais participativos na empresa; outros 22,74% se sentem mais cooperativos e solidários; 20,58% se percebem mais tranquilos e bem humorados e 10,04% adquiriram maior satisfação em trabalhar. A experiência continua com a difusão de sementes ideológicas para um outro estilo de tratar as relações de trabalho, o seu produto e as relações de poder.

No Brasil, há também vários exemplos revolucionários em sua história. Mas, para os dias de hoje, salientam-se aquelas experiências que estão em andamento. São visíveis as tentativas solidárias em várias prefeituras, como a da cidade de São Paulo, dirigidas por partidos com base na classe trabalhadora e por experiências de organismos não-governamentais ou movimentos sociais. Instituições como a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e Central Única de Trabalhadores (CUT) estão alimentando grupos e empresas a reproduzirem gestões democráticas e solidárias. Podem ser listadas a experiência do Banco do Povo (Fortaleza); as Cooperativas Populares no Rio Grande do Sul, como as do Leite; a maior experiência em curso no momento, em números de trabalhadores envolvidos, que é a da Usina Catende, em Pernambuco; as experiências de cooperativas promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST)⁴, em todo o país. São tentativas históricas de construção de uma sociedade com princípios autogestionários, dando ênfase à produção e atentas à força da espontaneidade criativa da classe trabalhadora.

⁴ Ver a tese doutoral de Ronbinson Janes, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, intitulada: Autogestão e educação popular: O MST. 1998.

b) O trabalho

Os princípios teóricos dessa nova sociedade (autogestionada) passam por Proudhon⁵, idealizador de uma sociedade “que deveria se pautar pela cooperação e pelo poder coletivo, numa relação de comutação e reciprocidade, que serão as fontes da força coletiva” (apud, Ansart, 1972: 146). Dessa forma, há a substituição da noção de força técnica ou material, sendo elaborado o conceito de *relação social* constituindo-se como o fundamento da força coletiva. A espontaneidade social completa a formulação desse modelo de sociedade. Sua história é o próprio produto do trabalho, sendo o seu desenvolvimento apoiado nas diversas maneiras de sua produção.

O trabalho é o foco da vida social e se torna o componente originário do movimento social. “A sociedade autogestionária é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias, de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (Motta, 1981: 133). A autogestão se insere na perspectiva de transformação geral da sociedade. São mudanças de ordem intelectual, cultural e moral da classe trabalhadora, inscritas em avanços e recuos profundos, marcando um socialismo que, na sua essência, é a autogestão social, baseada na mais ampla democracia e na hegemonia dos trabalhadores. Nesse sentido, afirma Nascimento (1999: 128):

“As novas possibilidades abertas com a revolução tecnológica e cultural, a crise social em todo o mundo capitalista e a derrota cultural e material do socialismo estatal abrem novas perspectivas para a reflexão socialista autogestionária sobre as possibilidades de construção da hegemonia do trabalho em torno de um projeto socialista que aponte perspectivas para alternativas à crise civilizatória em curso”.

⁵ Há divergências quanto aos marcos originais da autogestão. Para Alain Guillerme e Ivon Bourdet, essas bases se encontram muito mais em Rousseau. É mais comum a leitura de que essa origem está nos anarquistas. Para Cláudio Nascimento, encontra-se, particularmente, na obra de Murray Bookchin, ao desenvolver várias teses sobre a ação do cidadão na vida e na gestão da cidade.

Autogestão pode ser compreendida, portanto, como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores são os sócios e os sócios são os trabalhadores (Singer, 2000). É uma visão avessa aos tantos instrumentos de promoção de participação, prisioneira da hierarquização, no campo da democracia formal. Considera, todavia, essas formas interessantes, porém limitadas, se comparada ao exercício democrático vivenciado diretamente pelos próprios trabalhadores⁶. Este é um exercício gestor que pressupõe o desaparecimento da propriedade privada, sendo importante ainda que este exercício não se torne geral em todas as empresas. Este tipo de autogestão, em momentos de transição de modelos de capitalismo ao socialismo, é visto por Mandel (1988) como um melhor modelo de democratização da empresa, abrindo a possibilidade de ascensão dos trabalhadores ao poder e ao comando da decisão econômica.

Também no mundo do trabalho, tudo está ocorrendo com muita velocidade e, conseqüentemente, as possibilidades de emprego ou de garantia de uma vida melhor. Nesse novo estilo de viver, o *trabalho* se encontra no centro do debate, despertando análises teóricas sobre essa categoria. Diante da discussão que se trava em torno da problemática do *trabalho* e sua *centralidade*, uma certeza é cristalina: a continuar com a conformação que ora se estabelece mundialmente e se cristalizando esse tipo de desenvolvimento, a vida dos trabalhadores caminha para piorar, com a ausência do emprego. Outra verdade é que as transformações que se processam no mundo são surpreendentes, animando a todos para a continuidade das lutas sociais por mudanças, tentando a superação de tantas formas de conservadorismo.

Do ponto de vista das idéias, vive-se diante de um grande retrocesso. Neste início de milênio, incita-se por um “salve-se” em qualquer formulação ou teoria. O que está ocorrendo é um encontro de elementos cada vez mais precários. As opções surgidas, no campo do trabalho, como o toyotismo, não têm mais a mesma empolgação de seu início. Parece que aquilo que está surgindo como uma novidade é muito mais uma mesclagem

⁶ Ver aspectos da aversão de Proudhon à democracia formal, em defesa do ideário autogestionário. Proudhon, P. J. (1810). *A propriedade é um roubo*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

profunda de vários estilos de produção, ocorrendo com muita velocidade. Isso tudo pode suscitar a questão: *será que não está surgindo um novo estilo de modo de produção?*⁷.

Entretanto, se isto se torna possível, não significa uma passagem para o socialismo. Este momento está se apresentando como período de transição que está levando ao aumento da *exclusão*, ao ponto de jogar a África e regiões da América Latina fora do processo mundial, impondo condições de vida piores do que as de épocas passadas. Tem sido um processo com devastação avassaladora sobre o proletariado. É um processo destrutivo do operariado no estilo antigo, que, ao abrir novos postos de trabalho, constitui-se como uma transição modificadora profunda nas relações capital/trabalho.

Esse processo dialético destrutivo infunde sua dimensão construtiva, ou seja, surgem alternativas de algo novo ou gerador de possibilidades distintas para se viver. Diante desse cenário, uma questão se impõe de imediato: O trabalho ainda se mostra central, no processo de transformação social ou em um exercício para a autogestão? Pode-se aceitar o questionamento em torno da centralidade do trabalho do ponto de vista sociológico ou relativo ao cotidiano. Pode-se discutir a centralidade do trabalho no próprio campo do trabalho assalariado, como Claus Offe⁸ o coloca, do ponto de vista do emprego propriamente dito. Mas, estará sendo questionada a centralidade ontológica do trabalho como fundante do ser humano? O trabalho centrado no ser humano, na perspectiva gramsciana, lukacsiana e mesmo em Marx, continua presente em todas as suas dimensões enquanto se expresse como condição de construção e realização de o homem tornar-se humano pelo trabalho. O trabalho como expressão da relação entre o humano e a natureza, em cujo relacionamento o humano naturaliza-se porque está cheio de natureza, enquanto que esta humaniza-se como recorrência da expressão desse trabalho humano sobre si mesma. A humanização e a naturalização são buscadas nas experiências autogestionárias.

Com essa perspectiva do trabalho, Marx funda uma nova concepção de mundo - sua ontologia - uma visão mais global do mundo. Os homens fazem a sua história, um contraponto à concepção hegeliana de história. Essa visão apresenta-a como algo radical

⁷ Questão levantada pelo Prof. Sérgio Lessa (UFAL) e apresentada no Simpósio sobre a *Centralidade do Trabalho no Mundo Contemporâneo*, promovido pelo Curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande, em set/1998. Está presente nas preocupações de vários estudiosos do país.

⁸ Pesquisador alemão no campo do trabalho.

do humano. Não é o *espírito absoluto* que a constrói para o homem. Ele é o próprio agente dessa história através do trabalho. Os homens constroem a sua própria história. Enunciam-na por meio de duas alternativas, pelo menos: a primeira ocorre na medida em que se transforma a natureza para o mundo dos homens; a segunda é que essa transformação, que se dá pelo trabalho, não é atividade individual ou de um só indivíduo, mas é social, coletiva. Uma mesa é um ente de natureza transformada. A natureza, por si mesma, não a produziria. O processo de construção das coisas é algo social. É expressão do ser humano; é expressão de uma nova esfera ontológica.

Essa dimensão está presente na criação de novas fórmulas químicas, de novas situações de natureza desenvolvidas nos estudos teóricos da física, nas formulações abstratas deduzidas por matemáticos, nas linguagens computacionais ou em novos *softwares*, no trabalho braçal e nos exercícios autogestionários. Todas essas possibilidades, sem exceção, expressam a dimensão ontológica do ser humano e marcam a presença do humano nesses entes criados ou transformados. Constituem a esfera ontológica cuja articulação só ocorre através do trabalho. É, por isso, que o trabalho é categoria fundamental em atividades que conduzam à auto-organização dos trabalhadores. O emprego se externa como uma forma de trabalho com o objetivo imediato da subsistência humana. O trabalho humano transpõe, portanto, essa importante e limitada esfera do próprio trabalho. O trabalho conduzido pelas práticas autogestionárias ultrapassa a dimensão da subsistência. São ainda suas partes as realizações *com e na* natureza.

Os humanos edificam, assim, o mundo objetivo na consciência. Isso só acontece nesse nível, mesmo sem se tornar mera idealização. E não o é enquanto se coloca uma existência anterior à consciência, sendo esta determinada pela existência. Toda idéia nova, portanto, sempre se coloca a *posteriori* da existência. Toda vez que se objetiva uma idéia, cria-se nova situação histórica, que nunca mais é igual à nova idéia. A decisão de que o amanhã seja igual ao dia de hoje já carrega uma impossibilidade de realização, pois o hoje não teve como partida uma decisão.

A condição do trabalho como elemento central na vida humana e na realização autogestionada da vida não parece questionada. Pelo contrário, é impossível de não ser, entendendo que sem trabalho não há riqueza nem humanização. As transformações no

mundo do trabalho, hoje, só reforçam essa centralidade⁹. As transformações que ora ocorrem não superaram a produção, nem eliminaram o trabalho. Sendo o homem o demiurgo de sua história, então, esta base é o próprio trabalho. Assim, a efetivação da autogestão pressupõe a sua existência, mesmo fora da escala do emprego.

Outras categorias podem estar em questionamento, como o próprio emprego, a profissão que não caracterizará mais o indivíduo (a sua perda o remeterá para outra profissão, imediatamente), a configuração de classe social, a centralidade política do trabalho, ou mesmo a perspectiva sociológica do trabalho. No escravismo, já se tinha o trabalho como fundante e, até hoje, a evolução da sociedade não vem fornecendo elementos de questionamentos¹⁰ convincentes para a superação dessa categoria teórica enquanto questão ontológica (base do velho Marx). A autogestão se constitui, portanto, em um exercício teórico e prático que se nutre desse elemento central para a realização da vida, em todas as suas dimensões: *o trabalho*.

c) A igualdade

Esse é um trabalho que se situa fora das características de sua divisão social. Trata-se de um trabalho que afasta a alienação dominante no atual estágio social de vida. É um trabalho que urge assumir características geradoras de emancipação, contribuindo para a liberdade humana, tendo como pressuposto dessa realização a *igualdade* das pessoas. Esta é um constitutivo também fundante da autogestão. A sua efetivação se torna possível se forem debeladas as perspectivas da desigualdade, tidas como naturais entre as pessoas. A desigualdade passa ser a justificação de propriedades que contribuem para a existência de diferenciados papéis sociais em comunidades. A alguns poucos é reservado o papel de comandar os demais. A estes está reservado, simplesmente, o cumprimento das ordens dos mandantes.

⁹ Não se pretende, aqui, reduzir a vida humana ao trabalho. Há outras categorias que compõem a vida do indivíduo. O trabalho não é a única atividade humana. Há, inclusive, mediações internas na sua realização que o submetem para além dessa categoria. Cria-se, por outro lado, necessidades novas com a realização do trabalho. As transformações, contudo, ocorrem pelo trabalho.

¹⁰ Jürgen Habermas, pensador alemão, questiona a centralidade do trabalho, através da fenomenologia, a partir de sua *teoria da ação comunicativa*.

Aceita a desigualdade, abre-se um caminho para a fundamentação da necessidade de uma 'elite' que exerça o mando sobre as demais pessoas. Firma-se o princípio da autoridade. Os demais, os comandados, são exercitados para os caminhos da obediência cega. Pela desigualdade é que se vai fundamentar a inexistência de qualquer tipo de problema, seja de fundo teórico ou mesmo evitando o dissabor moral pela inexistência de questões dessa ordem. Justifica-se, inclusive, a existência do preconceito, considerando a desigualdade como uma premissa da natureza. No exercício da autogestão, o princípio que se contrapõe a estas expressões de aceitação, tidas como algo natural, é que todos, em sua dimensão de humanos, são *iguais*.

Este princípio não traduz um tipo de compreensão que conduza a tornar equivalentes os conceitos de *igualdade* e de *identidade*. As ciências biológicas, cada dia mais, apontam e aprofundam, em suas análises teóricas e científicas (código genético), a não identidade das pessoas. Cada um tem as suas propriedades que lhe são singulares. Os conceitos de igualdade e identidade não expressam um mesmo significado. Todos são iguais enquanto espécie humana. Todos são diferentes, enquanto seres distintos desta espécie. A todos, devem-se assegurar os mesmos direitos e obrigações. Configura-se a visão rousseauiana¹¹ em que cada um à medida que se doa a todos, em verdade, não se doa a ninguém. É a garantia para si mesmo do direito que cada um pode ter em relação aos demais, ganhando tudo aquilo que, eventualmente, possa ter cedido.

A autogestão, como gerência de qualquer organização, promove a igualdade de todos os seus membros, bem como a sua completa liberdade. Uma organização que promove a igualdade de seus membros não carece, assim, da existência de um poder de mando centralizado em qualquer dos indivíduos. As suas normas não necessitam estar sob o poder de alguém que seja alheio ao próprio grupo. A própria organização é que define as pessoas que irão exercer as diversas atividades, inclusive, a atividade coordenadora, nada centralizada.

O princípio da igualdade promove o da liberdade e vice-versa. Os indivíduos passam a compreender que a sua determinação de vida lhes pertence. Esta característica é algo comum e de compreensão elementar, estando intrínseca a todos os seres racionais. Em

¹¹ Ver Rousseau, J. J. Do contrato social. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

grupo, passa-se a estabelecer contratos úteis a todos sem gerar, entre eles, diferenças de poder. Autogestão se constitui como manifestação de gerência técnica e, essencialmente, política.

O trabalho realizado pelos humanos passou a ter uma perspectiva diferenciada ao ser nomeado pelos anarquistas como uma atividade expressa pela liberdade, defendendo-se que o mesmo fosse efetivado como uma atividade atraente, tendo por bases o 'livre impulso das paixões'. Para eles, essas paixões podem ser úteis à satisfação humana e efetuadas como atividades comuns. Os homens, sendo iguais, poderiam viver em liberdade, autônomos, com alegria, paz e em um ambiente de total harmonia. São estes os sonhos. Por outro lado, a aceitação do princípio da igualdade das pessoas, pelo pensamento ocidental, segundo Guillerm e Bourdet (1976: 51)), "fez da autogestão uma tarefa política necessária".

d) A autonomia

Como se vê, a perspectiva autogestionária dos bens econômicos e culturais passa pela sensibilização das classes trabalhadoras e, sobretudo, daqueles que estão em situação de desemprego, evidenciando que é possível o desenvolvimento de atividades, fruto da cooperação entre eles próprios e entre todos. Na Usina Catende, vem se implantando o cultivo de culturas alternativas, como a criação de abelhas e o plantio de um tipo específico de café que se adapta à região. Há, ainda, a criação de peixes, contrastando com a cultura dominante da cana, além do incentivo às ações coletivas no campo da habitação, resultante de decisões próprias.

Numa sistemática aversão ao individualismo, promovem-se práticas organizativas que possam, além da *cooperação*, destacar o exercício da *autonomia* das pessoas. Uma autonomia relacionada ao outro, no sentido de que não se pode ser autônomo sozinho. Ou mesmo cada um reivindicar a sua autonomia ao ponto de expressar desejos de não fazer nada, tornando-se um inútil social. Uma sensibilização para a *autogestão*, como capacidade de poder ser gerido por si mesmo, na relação com os demais, de se organizar livremente, fecundando empreendimentos democráticos. Estas são formas profundamente distintas de organização capitalista do trabalho e dos trabalhadores.

A autogestão se torna melhor compreendida quando se analisa o princípio da autonomia a partir do ponto de vista etimológico. É uma composição de duas outras palavras: *autós*, que pode significar *por si mesmo, algo que se basta* (uma expressão que pode ser reivindicada por todos os humanos, em diferenciadas condições em que se externem) e *nomia*. Esta é uma palavra polissêmica, podendo significar *lei, regra, modelo a seguir*, bem como *uma região delimitada (distrito, comarca, território, ou mesmo originalmente como um campo de pastagem)*. O primeiro significado apresenta-se como uma idealização do conceito. O segundo, por sua vez, sugere menos um modelo auto-suficiente e mais um *lugar relativo*, onde se procura pôr aquilo que se manifestar em condição superior de qualidade. Expressa um movimento de busca, por si mesmo.

Autonomia produz, assim, uma dialetização entre *lei, região e o por si mesmo*. Por si mesmo, significa ter condição de elaborar a lei e de se tornar uma regra ou um modelo a ser seguido; com a região, como um espaço de busca de algo melhor. O local onde se vive e se desenvolvem as relações humanas tem se apresentado como determinado para o exercício autogestionário. Nesse movimento, traz uma marca muito `cara', que é o de *proceder por si mesmo*. É um movimento entre lei, região e o por si mesmo, o qual, sendo capaz de relacionar essas dimensões, não as torna a mesma coisa; pelo contrário, diferencia-as entre si. Dessa forma, a autonomia pode ser entendida e vivenciada como a condição de se governar por si mesmo e de forma independente. A pensar com Kant, pode assemelhar-se a autodeterminação, independência e *liberdade* – expressa também pela capacidade do agir por si mesmo.

Questiona-se a possibilidade de sua realização em sentido absoluto, total. Nesses processos de organização, onde se tenta a autogestão, vários têm sido os condicionantes para a autonomia, sejam eles sociais, políticos, econômicos, biológicos ou psicológicos que a limitam. Mas está no próprio ser humano essa possibilidade de realização da liberdade, considerando que humano e liberdade são um mesmo constituinte. Cooperação, autonomia e liberdade são exercícios profundamente entrelaçados.

Também entre os trabalhadores, a questão da cooperação se torna fundamental. Perguntados sobre as suas diferenciadas formas de expressão no ambiente de trabalho (usina), responderam que ela ocorre quando um precisa e o outro ajuda (45,75%), quando

há colaboração entre todos os setores da usina (41,25%) ou mesmo nas conversas para a resolução de problemas (9,05%). É praticamente unânime a importância e a necessidade da cooperação entre os trabalhadores. As suas reclamações vêm mais na direção da reduzida cooperação de seus pares, em seus ambientes de trabalho e nas questões gerais da empresa.

Cooperar para ser assegurada a liberdade do outro é a forma mais consistente de garantia, para si mesmo, desse desejo de liberdade. A autonomia vai se tornando, assim, um constituinte para a cooperação nas lutas autogestionárias.

Condições para a autogestão

A partir das formulações conceituais e de vários experimentos em andamento por todo o país que conformam a autogestão, é possível apresentar elementos dessa síntese que apontem para a existência de condições de sua realização. A *auto-análise*, como a capacidade do grupo de provocar estudos e discussão sobre aquilo que se está edificando socialmente, é uma das condições necessárias. Por esta visão analítica, essas perspectivas se manifestam mais facilmente quando as circunstâncias são favoráveis. Podem ser encontrados aspectos que mostrem as possibilidades de incentivos aos procedimentos que ocorrem na vida cotidiana do grupo. Isto faz ver as metodologias de condução do trabalho, ou seja, estão caminhando para um maior aprofundamento na direção de práticas de autogestão.

Há profundas diferenças de percepção quanto à *participação* em empreendimentos solidários. Elas são resultantes das várias dimensões existentes no processo participativo. Quando se questionou se os trabalhadores administram a Usina Catende, várias foram as respostas:

“Eu quero dizer que, na verdade, os trabalhadores ainda não administram completamente a usina, considerando que se vive um processo judicial. Mas, há uma preparação para que essa coisa no futuro aconteça, muito embora, todas as decisões e o processo que temos conduzido nesses sete anos de falência, têm

sido construídas a partir do trabalhador. Então, na verdade, o trabalhador tem uma participação muito grande” (Marivaldo, Presidente da Companhia Agrícola Catende/Harmonia)¹².

A dimensão dessa participação se diferencia quando a mesma questão é apresentada a outros trabalhadores. Observe-se a visão externada pelo dirigente sindical, operário nessa indústria:

“Não. Nem os operários administram Catende, nem os trabalhadores do campo administram Catende. Quem administra Catende é o Dr. Bruno Ribeiro, o Dr. Mário Borba e o Dr. Adalberto, que é o juiz da massa falida. Esses três é que administram Catende. Alguns companheiros também dão algum tipo de assessoria, acompanhando na questão administrativa. Eu acredito que futuramente, vamos administrar Catende, mas isso é um processo de longo prazo” (Francisco Leandro, Vice-presidente do Sindicato)¹³.

Outra visão é dada pelos trabalhadores do campo que exercem algum tipo de liderança no ambiente de seu trabalho. A mesma questão adquire outra perspectiva:

“Sim, com toda certeza. Administra porque eu sou trabalhador e eu me sinto no direito e no dever. Ninguém nunca me negou isso, por mais que tenha sido um pouco grosso. Eu chego na usina, entro na sala da Harmonia, digo o que eu quero dizer dentro do que eu vejo que está certo. Falo, discuto com o Dr. Mário, com o Dr. João, com o Marivaldo, com Natanael, com Amaro Jovino e com os companheiros que ali trabalham. Eu sinto que os trabalhadores são donos de Catende e administram a Catende. Há, inclusive, um conselho em que os

¹² Entrevista para esta pesquisa.

¹³ Entrevista para esta pesquisa. Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Açúcar e do Alcool de Pernambuco.

presidentes dos 5 sindicatos rurais da região e do sindicato dos operários fazem parte” (Elenildo Ferreira, Presidente da Associação do Engenho Riachão)¹⁴.

Algumas perspectivas externadas se mantêm muito próximas das respostas positivas e outras se afastam dessa posição, questionando a participação dos trabalhadores. As diferenciações parecem estar bastante relacionadas com o nível de informações que cada um está recebendo. Um dirigente de associação está mais próximo da direção central do empreendimento e, conseqüentemente, recebe um maior volume de informes nas conversas de que participa, mesmo em caráter informal. As demais visões externam essa diferença quando apresentam uma maior cobrança para a participação, reivindicada pelos dirigentes sindicais. Há também o reconhecimento de que esta tem sido limitada, segundo afirma o próprio presidente do empreendimento Catende/Harmonia.

Outro aspecto é que existe diferenciação na visão e na participação interna dos empreendimentos com perspectivas solidárias, decorrentes das próprias *informações* que são repassadas. Há, em geral, várias dessas informações que não são colocadas à disposição do conjunto. Outras, sequer, chegam a todos, refletindo na perspectiva de atuação de cada trabalhador, revelando uma diferenciação de sua influência sobre as questões de seu trabalho. Também podem ser destacadas as *estruturas* de como os trabalhadores são escolhidos para realizarem suas tarefas de representação em empreendimentos com expressiva quantidade de trabalhadores envolvidos. Esses mecanismos interferem na participação nesses ambientes voltados a uma economia que possa tornar-se, efetivamente, solidária, provocando diferenciações em suas práticas.

É importante salientar que esses aspectos nem sempre caminham juntos. Surgem ou desaparecem, diferenciadamente. Às vezes, avança-se em determinados espaços e em outros há retrocessos ou inexistência qualquer tipo de investimento naquela direção. Contudo, é importante que sejam considerados todos ao mesmo tempo, para efeito de melhor análise do empreendimento. A participação dos trabalhadores adquire distintas *dinâmicas* em cada empreendimento. Uma situação em determinado local não serve para ser transplantada para outro. Sabe-se que a realidade é um ponto de partida para qualquer nova experiência. Essas

¹⁴ Entrevista para esta pesquisa.

realidades não são repicáveis e, conseqüentemente, exigem para cada tipo ações que sejam específicas. Sobre as dificuldades presentes no empreendimento Catende/Harmonia, convém transcrever o seguinte depoimento:

“Vejo que a intenção da indústria é muito boa. O trabalho em equipe é muito bom. Só que, do lado do trabalhador rural, há uma resistência muito grande pela questão da cultura, do paternalismo e da submissão. Há uma resistência muito grande pelo lado do trabalhador em aceitar toda essa situação nova. ... Às vezes isso tem trazido conflitos entre Sindicato, trabalhador e Associação. Acho que isso é natural, pois o trabalho da monocultura da cana e da exploração é secular e é difícil mudar a concepção das pessoas” (Edjane Lima, Professora e integrante da equipe de educação da Catende/Harmonia)¹⁵.

Ou mesmo quando a preocupação sobre o processo na Catende/Harmonia volta-se estritamente à questão da participação, conforme este registro:

“A minha preocupação é fazer com que esse projeto seja um projeto de todos e não um projeto de poucos. Os trabalhadores e trabalhadoras precisam estar discutindo, pensando e encaminhando a concretização desse projeto, porque entendo que o pessoal está muito à margem disso. Também acho que o trabalho informativo, educativo, de conscientização é que vai favorecer a participação dessas pessoas” (Izabel Cristina, Assessora de Educação)¹⁶.

¹⁵ Entrevista para esta pesquisa.

¹⁶ Entrevista para esta pesquisa.



Casa de Usineiro. Hoje, Centro de Educação Popular (Catende-PE)

A mesma preocupação continua, porém, em um outro ângulo de visão e no estilo reivindicatório:

“Vejo, como maior dificuldade, o fato de que os trabalhadores não entendem aonde é que esse projeto quer chegar. E a dificuldade maior chama-se falta de informações. Esses são carentes de informações e querem participar. Na realidade, eles participam só na produção, e as pessoas que administram tem esse cuidado. As pessoas que estão à frente aceitam apenas aquelas pessoas que sirvam para colaborar e não ‘atrapalhar’ com questionamento” (Edvaldo Ramos, Diretor de Base do Sindicato dos Operários da Catende/Harmonia)¹⁷.

¹⁷ Entrevista para esta pesquisa.

Risadalvo José (Assessor da Catende/Harmonia)¹⁸, além dos problemas econômicos, sobre as dificuldades nos processos de participação que estão sendo encaminhados, cita os seguintes:

“Há problemas de se planejar estrategicamente a ação dos bons quadros e atores existentes em torno do projeto Catende/Harmonia. Todos aqueles dirigentes são importantíssimos mas é possível aproveitar, ainda mais, o potencial deles num todo. As pessoas também têm muito potencial e é necessário ajudá-los nisso. Não se pode sobrepor recursos, pessoas ou ações. Você tem várias pessoas e o projeto precisa avançar no conjunto. Catende tem 48 engenhos e precisa ter ações acontecendo em todos eles. Ações de educação popular, de formação de dirigentes de cooperativas, projetos com grupos de engenhos. Trabalho para todo mundo mas que precisa ser muito planejado”.

As informações atingem os trabalhadores diferenciadamente. Perguntados sobre as maneiras de se obter informações, responderam: pedindo para a administração (42,87%); através de assembléias e reuniões (40,71%); por meio de documentos e relatórios (21%); em conversas informais com outros trabalhadores (14,43%); pelo mural da empresa (10,29%). São meios ainda insuficientes para que as informações cheguem a todos e em todos os ambientes na área total da usina. Sobre as dificuldades inerentes ao movimento organizativo, naquela experiência, os trabalhadores afirmaram que existem problemas e desentendimentos na empresa, sobretudo no que se refere à diferença de opiniões (24,03% dos entrevistados), dificuldade de reconhecimento de erros cometidos (14,54%) e falta de empenho e compromisso com o trabalho (29,50%), sendo estes elementos os mais expressivos.

Como se vê, a dinâmica participativa vai ocorrendo distintamente e está vinculada a questões de organização estrutural da própria empresa, neste caso, como as questões ambientais, de tecnologia utilizada, mercado para o produto. Todavia, aparecem aspectos de ordem pessoal, voltados ao conhecimento acumulado das pessoas, de suas relações com

¹⁸ Entrevista para esta pesquisa.

os demais, do trato com suas *emoções* e, essencialmente, da cultura instalada no ambiente. Para Störch (1987: 151), “as estratégias educacionais assumem que a melhor forma de mudar sistemas sociais é através de mudanças nas pessoas. Essas estratégias incluem o treinamento em relações humanas para supervisores, programas de comunicação, laboratórios de sensibilidade, planejamento de carreira etc”.

Neste sentido, repete-se que, mesmo veiculando a autonomia, o indivíduo isoladamente não pode reivindicar-se, ele próprio, como uma experiência autogestionária. A autogestão é um movimento que tem o *coletivo* como um dos seus constituintes. Mas esse coletivo não expressa, simplesmente, um ajuntamento de pessoas agrupadas pela formalidade. Não tem condições de gerenciamento de um empreendimento. Esse coletivo significa a existência de um grupo unido para além das formalidades, apresentando um certo nível de condições que possa tornar-se a sua própria referência em termos de atitudes. Um coletivo que aprova, diverge e negocia consigo mesmo, sem provocar a sua dissolução.

A autogestão representa maneiras de avanços para a autonomia e liberdade, porém sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e, sobretudo, o *controle* por parte dos trabalhadores em todo o processo produtivo. Para exercer esse controle sobre a produção, é imprescindível o conhecimento de todo o curso gerador do produto do empreendimento. Com esse conhecimento, reclama-se o controle dos mecanismos de gestão, em seus mais diversos aspectos de realização, inclusive aqueles da burocracia das contas e de mercado, exigidos para o comércio do produto de qualquer produção. O controle se torna mais efetivo, à medida que há uma aceitação simbólica do mesmo por parte dos componentes do grupo. As lideranças, inclusive, constroem-se entre os participantes que detêm pleno reconhecimento dos seus liderados. É uma legitimidade que se obtém por meio de mecanismos, os mais profundos, da discussão, do confronto de proposituras, além da contestação mesma. Essas atitudes formam a substância simbólica de sustentação do próprio grupo.

Além disso, este desenvolvimento educativo em que os grupos se educam consigo mesmos em decorrência de sua práxis de mudanças, acompanhada de assessorias, provoca o *conflito* como outra condição autogestionária. O conflito como componente social que cultiva a prática do respeito às diferenças dos indivíduos como atitude de vida. Pelo

conflito, contraditoriamente, se caminha ao encontro do consenso maior possível, para as deliberações políticas de produção. A existência do conflito traduz a constituição de espaços para a divergência. Por meio deste ambiente, mostram-se meios que podem estar assegurando o hábito da promoção da liberdade das idéias, da autonomia para o pensamento e da aceitação de que é preciso igualdade para todos. “O conflito é a demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento. O conflito demonstra ainda que há política ativa no grupo” (Sato e Esteves, 2002: 42).

Uma prática, para ser considerada autogestionária, carece de que as suas relações de trabalho entre os membros não estejam condicionadas a qualquer outro tipo de *vínculo de posse dos bens* da produção que não o estabelecido por todos. O exercício da autogestão não pode combinar relações de exploração do trabalho humano ou incentivar a exploração do grupo em relação a trabalhadores pertencentes ou não ao próprio grupo de produção. A ocupação para a geração de renda não comporta quaisquer outras diferenciadas expressões de relações de trabalho que provoquem ainda mais a sua divisão ou estabeleçam práticas alienantes na efetivação desse trabalho.

Outra condição é a existência entre os trabalhadores da *ética do diálogo*. Por meio desta, assegura-se a todos a tolerância entre as pessoas. A todas deve ser garantida a efetivação da igualdade, da autonomia e da liberdade, para assumirem a produção coletiva, ou semicoletiva, contanto que sejam grupos para uma economia solidária. Uma economia que se define por uma natureza própria. “Entendemos que a natureza da economia popular atual está definida por seus componentes constitutivos básicos: a) o trabalho se constitui como seu centro; b) os setores sociais populares são o seu agente e sujeito, simultaneamente”¹⁹. Assim, pode-se incluir na autogestão uma variedade expressiva de experimentos fomentadores do diálogo, como as unidades de economia familiar, cooperativas de produção ou comercialização, empresas ou grupos orientados pela economia solidária.

A autogestão conduz para que a produção, particularmente em setores terciários da economia ainda regulada por critérios da eficiência, eficácia e rentabilidade, prisioneira da

¹⁹ Taller Permanente de Economía Popular y Solidaria Asociada ao Desarrollo, 2002: 3.

lógica da economia de mercado, possa assimilar outros significados ou ser criterizada com parâmetros de serviços públicos, adquirindo uma dimensão estritamente social.

Finalmente, entre as linhas gerais para o desenvolvimento de cooperativas e outras experiências autogestionárias, a educação é uma das condições que permeia todas as demais. É definidora do conhecimento de novas formas de se poder viver que não apenas as estabelecidas nos marcos das relações capitalistas, acompanhada de um rigoroso processo de capacitação nas dimensões gerais de uma *educação popular*.

Limites e sonhos

Há no mercado, todavia, uma gama de diferenciados produtos. Cada um exprime um tipo próprio com suas especificidades. Assim, as vivências de um processo produtivo estabelecidas pela realidade cultural do ambiente são distintas e únicas. Um mesmo produto, em que sejam mantidas as mesmas técnicas em duas ou mais realidades, é diferenciado em seus aspectos culturais, além de condicionado pelo espaço geográfico e pelas relações sociais naquele ambiente e tempo determinados. Esses condicionantes manifestam o início de desafios no sentido do gerenciamento pela autogestão. As práticas de vida acontecem em um determinado local, com suas metodologias próprias, dentro de um marco cultural e tempo que lhes são próprios. São aprendizagens que se desenvolvem marcadas por princípios teóricos que podem ser comuns a outras experiências. Contudo, ela mesma serve tão-somente àquele conjunto e tempo delimitados.

Do ponto de vista teórico, todavia, uma orientação é possível de ser seguida como referência geral. Qualquer tipo de ação sobre um meio precisa pautar-se pela realidade desse meio. O ponto de partida e de chegada para qualquer análise social reclama como origem o concreto da experiência. Ponto de chegada na medida em que aquele tipo de análise se dirige para uma tomada de ação política que, necessariamente, será sobre a realidade em movimento. Os conceitos são úteis como guias do processo, mas não podem estar definidos fora da realidade. Estes se prestam como pontos de continuidade ou de chegada e não como pontos de partida, para não se cair nas armadilhas do idealismo ou do

sonho impossível. É certo que se chega aos ambientes com visões teóricas ou abstrações demarcadas. São aquelas que cada um traz consigo mesmo. Contudo, é a realidade que tem a anterioridade nesse tipo de análise teórica.

A realidade é desafiadora das metodologias ou procedimentos para a sua abordagem por meio da pesquisa de suas potencialidades, para o exercício de uma economia solidária e popular. Heráclito²⁰ já alertara que a “realidade ama se esconder”. É desafiadora a opção por um projeto coletivo num oceano de individualidades, aberto para sofrer correções de rumo necessário para as mudanças, contemplando ações para além dos desafios do local. A Anteag (1998) desenvolve o conceito de estabilidade como central em uma empresa de economia solidária. Estável como expressão de equilíbrio que tende a permanecer no tempo. Distante está da compreensão de que em equilíbrio a empresa esteja parada ou estática. Estabilidade que se origina no equilíbrio, sendo resultante de uma combinação de forças e mantendo-se em constante movimento. Os vários pontos de equilíbrio instituídos em uma empresa solidária devem estar no pagamento de retiradas, no pagamento dos demais encargos e no investimento, assegurando uma estabilidade dinâmica do empreendimento.

No exercício da participação e promoção da democracia, além do estímulo às iniciativas espontâneas das massas, é imprescindível a garantia à sua voz e sua palavra. Os obstáculos são inúmeros quando é feita essa opção metodológica e política. Na empresa, existe toda uma sistemática de hierarquização operando ao nível do imaginário dos trabalhadores. Há, portanto, fortes expressões da manutenção dessas sistemáticas. Na tentativa de superação dos entraves internos de seções da produção, estimula-se a palavra de todos. Incentiva-se mais racionalidade na melhoria das atividades laborais e com isso o aumento de produtividade, mesmo com certos riscos até de demissão. Os trabalhadores sentem isso, também, sendo as discussões o caminho prudente para as tomadas de decisão.

Enfrentar as questões das diferenciadas gratificações financeiras se torna algo bastante embaraçoso aos dirigentes. A hierarquização historicamente estabelecida na fábrica dificulta um avanço no sentido do coletivo. Em uma mudança, alguém passa a perder algo e toda medida nessa direção atrai reações no interior da empresa. Gorz (1996:

²⁰ Pensador grego pré-socrático. Ver: Melo Neto, José Francisco de. *Heráclito, um diálogo com o movimento*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997.

104) restabelece também o coletivo como orientação. “Para evitar que a concorrência individual, no nível das sugestões, impeça o desenvolvimento de iniciativas coletivas, não há gratificações individuais. Os prêmios são atribuídos ao conjunto da equipe de trabalho”.

Mas há também um permanente confronto entre a opção autogestionária de gerenciamento com a forma heterogestionária das empresas, que ainda se mantém no imaginário dos trabalhadores, estabelecida pelo mercado dominante. Mesmo quando se faz necessário o investimento em atualização tecnológica, considerando a concorrência externa, às vezes, se decide por aumentos nos valores das retiradas dos trabalhadores, parametrados em salários da categoria, vinculados a empresas assemelhadas. Há situações de conflito com a própria política de Estado que conduz investimento, às vezes, para criação de novas empresas naquele ramo ocupado por empresas de economia solidária, dificultando empréstimos para a melhoria da qualidade técnica destas. Há, portanto, um conjunto de situações endógenas e exógenas provocadoras de conflito interno com o modelo dominante.

É comum que empreendimentos com essas características sejam entravados por questões metodológicas. O exercício democrático exige tempo de assimilação em contraponto ao exercício de gestão tradicional, centrada no gerente geral ou mesmo no dono da empresa. As tomadas de decisão são mais velozes nesta gerência, voltadas ao benefício urgente do lucro. O exercício democrático tem outra finalidade que não exclusivamente o econômico, tendo dificuldades adicionais nas relações com o mercado.

Algo bastante atual diz respeito ao foco do modelo autogestionário, voltado ao local, contrastando com a economia geral que se diz mundializada. Parece, inclusive, se perder a dimensão da solidariedade, da colaboração como referência a vínculos recíprocos entre pessoas. Neste modelo, essas pessoas visam ao trabalho e ao consumo compartilhados, com um sentido de co-responsabilidade, confluindo para o bem-estar de todos, prevalecendo sobre o bem-estar individual (Mance, 1999). Sobressaem-se questões as mais variadas e desafiantes para a realização do projeto social da economia solidária, sendo mais agravantes quando do exercício da autogestão. Estão voltadas às finanças solidárias; ao marco legal para projetos dessa natureza; às redes de produção, comercialização e consumo; às questões de organização social da economia solidária; ao conhecimento e tecnologia presentes em universidades, merecendo a visão de que “as

universidades produzem ciência e formam profissionais em geral de modo fragmentado. As políticas públicas também atuam dessa forma. A economia solidária precisa de ciência interdisciplinar e políticas intersetoriais” (Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM, 2003: 49). Destaca as dificuldades expressas como gargalos e, sobretudo, as potencialidades e acúmulos já existentes. Salienta, inclusive, os aspectos educativos detentores de um conjunto de técnicas e metodologias que contribuem na direção da economia solidária, sendo a *educação popular* um fenômeno cheio de potencialidades nessa direção.

Sobressai a construção de redes de solidariedade em seus mais diferenciados modos e a efetivação de ações com grupos ou agências em parcerias. É importante a criação de redes nacionais e estaduais dentro da idéia de complexo cooperativo. “É fundamental e indispensável um sistema que possibilite sustentabilidade e autonomia dos empreendimentos, via construção de redes locais com base em estratégias econômicas, produtivas, políticas conjuntas e adequadas a uma estratégia de desenvolvimento local” (Fórum Popular do Rio de Janeiro, 2002). Aglutinar os parceiros não tem sido tarefa fácil, apesar de todos saberem que “agências governamentais, autarquias, ONGs, agentes financeiros, órgãos de assessoria, universidades, sindicatos e, principalmente, as associações e cooperativas envolvidas, têm papel relevante a desempenhar nesse processo” (ADS/CUT/SEBRAE/, 2002: 161).

Mesmo que o movimento da autogestão venha sendo bastante disseminado em todo o mundo, a sua caracterização não tem sido tarefa fácil. Vários impasses ocorrem, até em consequência das mudanças de rumo político das expectativas ou seu definhamento com o encerramento de suas atividades. São problemas conflitivos de sistemas diferenciados de postura de vida, no campo teórico do econômico, da ética, da moral, enfim, da cultura das relações gerais humanas entre os próprios humanos e a natureza. À medida que esse movimento de autogestão vem crescendo, questionam-se os seus limites como um entrave ao sistema capitalista. Para alguns, este modelo não passa de expressão aliviada da exploração capitalista, contribuindo mesmo para a manutenção do sistema vigente.

Do ponto de vista político mais geral, abrem-se os debates sobre se a autogestão é para um país socializante, centrado no Estado, ou se busca um caminho que sirva para a

construção de um socialismo libertário, efetivamente promotor da democracia, da liberdade, da igualdade e da autonomia. Em que o trabalho transcenda o sentido do castigo ou do sacrifício, superando a dimensão do dever ou da obrigação. Ser livre e feliz passa a ser, nesta visão, a essência da vida de cada um, na luta pela construção de um sistema de vida solidário e possível para toda a sociedade humana. Todos são sabedores de que a busca por novas formas de gerência está surgindo, no caso de empresas, dentro do modelo antigo, arrastando consigo as suas marcas. O paternalismo, o autoritarismo, a aprendizagem autoritária, enfim toda as heranças anteriores não serão substituídas completamente, em curto tempo.

No capitalismo, a competição universal está ainda mais exacerbada. Nos ambientes de economia solidária com práticas de autogestão, como nas empresas, cooperativas e outras formas de expressão, os trabalhadores ainda podem lutar pela superação dessa “guerra de todos contra todos”. É nesse ambiente que se torna possível uma educação para a produção que conteste a apropriação da mais-valia, a atual divisão do trabalho promotora da alienação e que proporcione a apropriação de um poder como indivíduo e, de forma determinada, de um poder de classe. É nesses ambientes onde acontece o exercício de um poder de classe autônomo. É, contudo, um poder muito concreto, podendo o trabalhador habilitar-se para a sua capacidade de decisão e a sua força de iniciativa para o trabalho. Assim, estará se apoderando de instrumentos, de conhecimentos e de poder político, capazes de tecer, por meio de uma grande rede, a sua força de superação do sistema estabelecido.

É importante serem denunciadas, permanentemente, as formas dominantes da economia cujo modelo dá primazia ao deus *mercado*. Essa luta constrói os novos sonhos de superação da desigualdade presente de variadas formas na vida cotidiana das pessoas. Aponta-se para a existência de outras possibilidades de se viver. As várias experimentações em todo o mundo definem-se nessa direção com ações coletivas voltadas a um outro paradigma social que assegure condições de vida para todos, garantindo para os que ainda virão um desenvolvimento humano e sustentável. Dessa forma, “mais que dar uma resposta à crise do emprego no capitalismo, as práticas de economia solidária resgatam estratégias comunitárias e da *cultura popular* (grifo nosso) que podem recriar relacionamentos sociais

mais sustentáveis em todas as dimensões do convívio humano” (Schwengber, 2002: 142).

Ou, ainda, como constata Geiger (2001), as respostas emergenciais que têm sido tomadas, também, são formas de inclusão social que promovem a reconstituição da vida individual e coletiva, a cidadania popular, gerando alternativas de vida econômica e social. Esses esforços poderão construir uma análise sólida sobre a crise da produção mercantil, possibilitando a construção de outro programa de crítica social radical.

A realização dessa crítica estará assegurada na medida em que todo esse movimento organizativo passe a ser visto como, essencialmente, educativo. Em todos os momentos de análises e encontros no campo da economia solidária, a educação vem adquirindo maior dimensão. Nas várias experiências em andamento, deve-se analisar como as Cooperativas de Leite no Rio Grande do Sul buscam uma educação para contribuir “na formação de políticas de formação, assistência técnica, crédito e mudanças nos sistemas de produção, para evitar a exclusão, possibilitando condições de viabilidade” (Contag/Cut, 2000: 21).

É preciso também analisar qual é a educação adotada pela Escola Nordeste da CUT (Contag/Cut, 2000a) e demais escolas da Central que possa colaborar para o desenvolvimento sustentável, a partir de uma proposta inovadora capaz de combinar plantação da cana, diversificação agrícola, animal e industrial, além do reflorestamento e preservação das matas, consolidando uma empresa economicamente auto-sustentável e lucrativa. Nessa direção, os projetos em andamento na Usina Catende vêm apresentando um vetor educativo: *a educação popular*.

Nos contextos dos empreendimentos solidários, contudo, instala-se a questão: que educação popular pode se prestar para a contribuição do exercício da democracia, em todos os níveis de vida nas experiências pautadas pelos princípios estabelecidos, no seio de uma economia solidária promotora da autogestão?

Referências

- ADS/CUT/SEBRAE. *A comercialização na economia solidária*. São Paulo, 2002.
- ANSART, Pierre. *Marx y el anarquismo*. Barcelo: Barra Editora, 1972.
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. *Empresa autogestionária – seus pontos de equilíbrio*. São Paulo: 1998.
- BENATO, João Vitorino Azolin. *Uma rápida história do capitalismo e do cooperativismo de Trabalho*. João Pessoa, out/1998 (mimeo).
- COMISIÓN EUROPEA. *Crecimiento, competitividad y empleo*. Libro Blanco de la Comisión Europea. Retos y pistas para entrar em el siglo XXI. 1994.
- CONTAG/CUT. Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste. *Debate conceitual e relato de experiências*. DSS e economia solidária. Companhia Agrícola Harmonia – PE. Recife, 2000.
- CONTAG/CUT. Série experiência 02 – Cooperativas de leite. São Paulo/Brasília; 2000a.
- DELRIÓ, Enrique. *La autogestión social y económica. ¿ Es una alternativa posible?* Primavera-verano de 1999. (mimeo).
- Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro. *Por uma economia para a vida*. Fórum Rio de Janeiro, 2002.
- GEIGER, L. *Encontro de economia solidária e bancos populares*. Belo Horizonte, 2001.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 3^a. ed., 1996.
- Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM. *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Grafthaly, 2003.
- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MANCE, E . A . *A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2^a. edição, 1999.
- MANDEL, Ernest. *Controle operário, conselhos operários e autogestão*. Centro Pastoral Vergueiro. São Paulo, 1987.

MELO NETO, José Francisco de. *Usina Catende – entre a doçura e a harmonia*. Relatório de Pesquisa. Catende/PE, 2002.

_____. *Heráclito – um diálogo com o movimento*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997.

MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e economia solidária*. In: Democracia e autogestão. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.

PROUDHON, P.J. (1810). *A propriedade é um roubo*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SATO, Leny e ESTEVES, Egeu. *Autogestão*. Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. Agência de Desenvolvimento Solidário(ADS) - Central Única dos Trabalhadores (CUT). São Paulo, 2002.

SCHWENGBER, Angela Maria e outros. Programas emancipatórios. In: *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. Márcio Pochmann (org.). São Paulo: Editora Perseu Abramo e Cortez Editora, 2002.

SINGER, Paul. Uma utopia militante. *Repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

STÖRCH, Sérgio. Discussão da participação dos trabalhadores na empresa. In: N.T.L.

Taller permanente sobre economia popular y solidaria asociada al desarrollo. *III FSM*. Paris, noviembre, 2002.

A AUTOGESTÃO ENQUANTO MODO DE PRODUÇÃO E ALGO MAIS

José Brendan Macdonald¹

Introdução

No presente ensaio procuraremos considerar a autogestão, que a nosso ver é a característica mais pertinente da chamada economia solidária que se tem como alternativa ao capitalismo, como um modo de produção. Portanto procuraremos conceituar este termo e ilustrá-lo através de exemplos da história do presente e do passado e contrastar o conceito e a prática do modo de produção autogestionário hoje com seu oposto que são os modos de produção heterogestionários. Mas, embora a economia política seja nosso ponto de partida, não é possível deixar de considerar um pouco o problema da aceitação/resistência da autogestão pelo trabalhador ou candidato a trabalho, o que é em larga medida um problema sociocultural ou ideológico. A necessidade de uma nova moldura de nossa visão do que seja economia e política e a relação entre as duas para podermos melhor entender perspectivas para a liberdade/democracia será sugerida. Levantaremos algumas conjecturas ou grupos de hipóteses sobre o que tudo isso poderá ter com perspectivas para o futuro da autogestão como pedra angular de uma nova sociedade.

Como tudo que se refere a uma utopia e portanto ao futuro, trata-se de um tema difícil. Mas o que nos urgiu a escrevê-lo foi a preocupação de muitos: aquele “mundo melhor” ou “outro mundo que é possível.” Numa época que parece andar de mau a pior o exercício da razão casada com um pouco de paixão poderá oferecer algumas pistas.

1 – O Conceito de Modo de Produção

¹ Professor Doutor Voluntário do Programa de Posgraduação em Educação Popular da Universidade Federal da Paraíba e fundador e sócio da INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidários – da UFPB.

O termo *modo de produção*, como se sabe, foi lançado por Karl Marx. *O modo de produção é a fórmula social pela qual se resolve como será feito e distribuído o produto social. Isso se refere, fora a maioria dos casos dos primórdios da humanidade, à questão de como é distribuído o excedente econômico.*² Se dada sociedade produz mil toneladas de feijão durante um ano e consome apenas oitocentas nesse mesmo período, pode-se dizer que produziu um excedente de duzentas toneladas de feijão.³

O que será feito com o excedente? Ele será distribuído eqüitativamente para toda a sociedade através de um processo consensual predeterminado por regras socialmente aceitas? Ou a determinação da distribuição ficará para uma minoria dessa sociedade? Essa minoria será uma classe de proprietários ditos capitalistas, senhores feudais, escravocratas, ou burocratas de um Estado forte?

O que determina o esquema social que dita a distribuição do excedente é o conjunto de normas consuetudinárias ou jurídicas que regem a sociedade em questão. Se, por exemplo, em princípio uma pessoa tem o direito de dispor da vida de outra a ponto de reduzir a outra pessoa a uma mercadoria, mesmo que uma mercadoria muito peculiar, isso acontece porque a minoria mais influente dessa sociedade tem isso como forma natural de procedimento social e ético, visão que pode também ser compartilhada pela maioria dessa sociedade ou não.

Exemplifiquemos o que queremos dizer com isso.

Onde prevalece o modo de produção capitalista a quase totalidade do produto social é fruto do trabalho de mão-de-obra contratada por empresas privadas.⁴ Pois o capitalismo pressupõe a organização da produção por uma classe de cidadãos privados reunidos em empresas deles próprios (daí serem ditas “privadas”), organização esta que se submete a um onipresente mercado mais ou menos livre de interferências, isto é, que se rege de acordo

² Veja José Brendan Macdonald, “A questão do excedente na sociedade primitiva”, Revista de Cultura Vozes, outubro de 1986, p.30-46, Petrópolis. Nesse trabalho defendo a tese de que o excedente só começa a existir a partir do uso da agricultura. Mas não é indispensável apreciar isso para compreender o raciocínio aqui exposto.

³ Trata-se aqui do emprego de um modelo econômico muito simplificado, onde se imagina que só se produz e se consome feijão em dada sociedade. É uma prática comum e não raro necessária entre os economistas. É claro porém que não é só de feijão que vivem os homens e as mulheres.

⁴ Fora esta “quase totalidade” uma parte do produto social é fruto do trabalho de empregados de empresas estatais, de trabalhadores autônomos e de trabalhadores associados a empresas efetivamente autogestionárias. Ou ainda podem subsistir outros esquemas como o de trabalhadores que entregam uma parte da colheita ao proprietário rural como renda fundiária ou aluguel da terra.

com suas próprias leis. A incessante concorrência entre as empresas faz com que a prazo maior ocorra uma acumulação de capital⁵ em termos macroeconômicos. A economia capitalista não cessa de crescer. O único móvel de cada capitalista é a acumulação de lucros ou, pelo menos, a manutenção de um lucro mínimo. Com o capitalismo a riqueza tende a se concentrar cada vez mais. A maioria das pessoas dos países onde o capitalismo já está presente há algumas gerações tende, mesmo que seja por um pensamento puramente inercial, a acreditar que não há maneira alternativa possível de organizar a economia.

No modo de produção feudal clássico, que sempre foi o reflexo de uma economia rural e não industrial como a capitalista, o produto social era fruto do trabalho de servos da gleba, isto é, de camponeses atrelados pelo direito e costumes da época a um feudo. Portanto eram trabalhadores sem liberdade de movimento. O excedente era a parte do produto que tinham que entregar ao senhor feudal local, ao seu senhor, e era pago com parte da colheita (determinada como parte porcentual ou parte fixa), a chamada renda fundiária, uma espécie de aluguel pago por sua moradia no feudo, e não raro também em alguns dias trabalhados por ano em serviços gratuitos geralmente chamados dias de dádiva ou corveia. Não havia acumulação de capital no feudalismo clássico, pois ainda não tinham surgido os elementos históricos que poderiam provocá-la.

Conceito muito usado por certos autores que trabalham com o de modo de produção é o de *formação social*. Vários modos de produção podem coexistir num mesmo espaço territorial e numa mesma época. Concomitante com o capitalismo, por exemplo, e como já vimos implicitamente na nota 3, podem existir modos de produção como o estatismo subsidiário e a autogestão. Ou então, durante longo tempo na União Soviética era tolerado em posição secundária um modo de produção capitalista através notoriamente de empresas transnacionais que operavam no país. Entretanto, nestes casos e noutros semelhantes, um determinado modo de produção tenderá a ser hegemônico, isto é, terá mais força e pujança

⁵ Uma economia de acumulação de capital supõe que o produto *per capita* da população sempre aumentará a longo prazo. A acumulação ininterrupta de capital remonta ao século XV quando a criação de um incipiente mercado mundial foi encetada pelos portugueses com suas aventuras africanas com o tráfico negreiro e a cana-de-açúcar. Anteriormente nem os príncipes nem os comerciantes pensavam em aumentar o produto *per capita* e nem sequer havia ferramentas mentais que permitissem isso. Podia haver o enriquecimento do príncipe, isto sim, através de conquistas militares, que significavam espólios de guerra e mais tributos. Mas isso, diferentemente da acumulação de capital, não significava o crescimento da economia do conjunto dos territórios do príncipe e dos territórios por ele conquistados.

no plano da economia e assim colocará os outros modos de produção coexistentes em plano secundário. Um destes poderá quiçá suplantá-lo mais tarde, pois as forças da história são dinâmicas. A formação social então é o conjunto do modo de produção hegemônico com os modos de produção secundários ou subalternos com ele coexistentes.

Daí se vê logo: *um modo de produção é um processo*. A história é dinâmica, tudo está em constante mutação, não importa que em ritmo acelerado ou tão lento que quase imperceptível. O feudalismo clássico cedeu a outros tipos de feudalismo. Na Europa ocidental a norma jurídica e consuetudinária do atrelamento do servo ao feudo foi eliminada já no século XIV. Mais adiante a renda fundiária passou a ser paga amiúde em dinheiro e não mais *in natura*. Tudo isso corroeu a solidez do modo de produção feudal clássico. O próprio capitalismo tampouco fugiu a metamorfoses. Incipiente por volta de 1800 na Inglaterra e logo em seguida em muitos outros países, ele se caracterizou pelo surgimento do proletariado, aquele conjunto de trabalhadores cuja única propriedade negociável ou vendável era (e é) sua força de trabalho ou capacidade de trabalhar em troca de salário, classe necessária para a nova classe ascendente que era a burguesia industrial. Esta se organizou através de empresas e, via de regra, havia muitas em cada ramo ou atividade econômica. Porém, por volta de 1870 nos países industrialmente avançados a concorrência entre as empresas evidenciou em termos mais claros do que antes a redução do número de empresas concorrentes graças à eliminação das mais fracas. Um século mais tarde começa a evidenciar-se um crescimento mais lento ou, até em certos casos, uma diminuição do conjunto dos trabalhadores empregados. Também na mesma época ocorre o crescimento da economia virtual, a dos papéis e títulos sem lastro na economia real, isto é, sem respaldo na produção de bens e serviços não financeiros, tanto que ela chega a algo entre 70 e 75% do capital em todo o planeta nos albores do século XXI. Todos esses fenômenos justificam que se veja o capitalismo também como um modo de produção em constante mutação e até capaz de conhecer um dia o seu fim como já ocorreu com o feudalismo.

Então será a economia o fator determinante da história? Ou, pelo contrário, será o mundo das crenças, da cultura, da ideologia o que determina a economia em particular e a dinâmica da sociedade em geral? Acreditamos que será melhor ver esta colocação como

um falso problema. Há uma relação dialética entre a economia e a ideologia. Novos desenvolvimentos das forças produtivas *potencializam* mudanças na organização da produção e distribuição de bens. Mas esta potencialização só se realizará na economia desde que não haja empecilhos culturais ou ideológicos. Antes da era cristã os gregos inventaram a máquina a vapor mas só a empregaram como brinquedo para crianças. Não havia ainda um histórico de acumulação de capital e daí de um mercado mundial em formação que provocasse seu emprego para a fabricação mais produtiva de mercadorias. Certas máquinas poupadoras de mão-de-obra em fins do século XVI e ao longo do século XVII em vários estados alemães e na Holanda passaram a ser proibidas e não raro seus inventores e promotores perseguidos porque os príncipes e os parlamentos não queriam o desemprego dos artesãos já revoltados com essa ameaça.⁶ Seria preciso esperar até o século XVIII adentro na Inglaterra e em seguida alhures para que outra mentalidade começasse a aflorar e daí eclodisse a Revolução Industrial e com ela a tendência para a generalização do modo de produção capitalista. Por outro lado, uma vez desinibido, o novo ambiente cultural-ideológico de capitalismo provocou a invenção de novas tecnologias que atenderam as necessidades de produção de mercadorias em escala cada vez maior.

Assim, ora as condições objetivas provenientes da economia propiciam mudanças no modo societário de pensar e agir, ora, pelo contrario, as atitudes e ações sociais provocam mudanças na maneira de organizar a economia. Porém nos parece que *as grandes mudanças históricas* (por exemplo, a transição de uma sociedade feudal ou semi-feudal para uma sociedade liberal burguesa ou desta para uma sociedade sem classes) *não podem ocorrer sem o aparecimento de condições objetivas provenientes da economia. A presença destas tem que se fazer sentir para que as condições subjetivas – as atitudes baseadas fundamentalmente em valores filosóficos ou religiosos não raro pré-existentes – possam aflorar, chegar à tona.* Como já disse Octavio Paz, “*Não são as técnicas mas sim a conjugação de homens e instrumentos o que transforma a sociedade.*”⁷

⁶ Veja Karl Marx, “Luta entre o trabalhador e a máquina”, seção 5 do Capítulo XIII, especialmente a Nota 194, de *O capital*, Livro I. Esse desprestigiamento de novos avanços tecnológicos era fruto do humanismo da época ainda sobrevivente embora já em declínio. Ele contrasta dramaticamente com certas preocupações e despreocupações da burguesia de hoje.

⁷ Octavio Paz, *Claude Levi-Strauss o el nuevo Festín de Esopo*, p. 97, Editorial Joaquín Mortiz, México, 1957, citado por Paulo Freire, [1969] *Extensão ou comunicação?*, p. 56, nota 1, Editora Paz e Terra, São Paulo, 11ª edição, 2001, Os grifos entre as aspas são meus – JBM.

O capitalismo triunfou no seu berço histórico que é a Europa ocidental como conquista dos ideais e aspirações de uma nova classe ascendente, a burguesia industrial. O ideal desta era e é claramente mamoniasta: a acumulação do lucro pelo lucro, do maior lucro possível. A estrondosa e fantástica evolução das forças produtivas criaram um terreno extremamente propício para a realização deste ideal burguês. Todavia a partir da alavancagem desta nova sociedade, a contínua evolução das forças produtivas será antes um efeito que uma causa do ideal mamoniasta da burguesia. Acreditamos que o triunfo de uma sociedade solidária – ou seja, de uma sociedade sem classes sociais e construída enquanto sociedade e enquanto economia numa autogestão universal – refletirá o grande ideal do que é hoje uma minoria de pessoas espalhada pelo planeta, o ideal da liberdade e da igualdade solidariamente sedimentadas. Ao contrario do que ocorreu com o triunfo do capitalismo sobre a sociedade anterior de onde nasceu, esta minoria não é uma classe social e muito menos aspira a sê-lo. Mas à semelhança do nascimento do capitalismo, este triunfo só poderá vir à tona se se evidenciarem fatores na economia que o propiciem. No caso eles terão que ser impasses, dificuldades insanáveis, contradições congênicas da própria economia capitalista.

2 – Autogestão, Heterogestão e Modos de Produção

Se o excedente é distribuído pelos trabalhadores que o produziram de modo consensual e de acordo com regras estabelecidas através da participação de todos eles, temos aí um modo de produção autogestionário. Se por outro lado a distribuição do excedente é feita de acordo com regras determinadas por uma minoria que comanda o trabalho e não pelos trabalhadores diretos – aqueles que efetivamente trabalham - , então temos um modo de produção heterogestionário. Durante os seis mil anos de sociedades socialmente diferenciadas, ou seja, sociedades em que uma minoria comanda e a maioria executa ordens, prevalecem de longe os modos de produção heterogestionários. *Heterogestão* é uma expressão muito feliz pois nos remete à *gestão por outros* (que não os trabalhadores) ao passo que *autogestão* nos remete à *gestão feita pelos próprios* (pelos próprios trabalhadores). Não só o capitalismo e o feudalismo são modos de produção

heterogestionários mas também o são quaisquer modos de produção baseados na subordinação de trabalhadores às ordens de outros, sejam estes escravocratas, tecnoburocratas do Estado ou ainda outros. Em alguns modos de produção heterogestionários antes da Era Burguesa, notoriamente no feudalismo europeu, alguns meios de produção – pequenos bens móveis – podiam pertencer aos trabalhadores, mas o instrumento principal, a terra, jamais. No capitalismo os meios de produção são dos capitalistas. Nas economias do século XX que se autodenominaram socialistas a partir de 1917 nem os meios de produção nem a terra pertenciam aos trabalhadores não obstante alegações oficiais em outro sentido. Enfim, nos modos de produção heterogestionários do passado e do presente os instrumentos de produção mais úteis e necessários não pertencem aos trabalhadores. Em larga medida por isso mesmo os trabalhadores não podem tomar decisões significativas sobre o trabalho e a produção.

Na concretude da história humana existem dois modos de produção autogestionários como veremos daqui a pouco.

O mesmo já ocorreu com algumas modalidades de modos de produção heterogestionários. Por exemplo, a escravidão da época greco-romana do mundo mediterrâneo ocorreu num ambiente quando e onde não ocorria uma acumulação de capital. Tratava-se de um *modo de produção escravista patriarcal*. Na modernidade restabeleceu-se a figura do escravo-mercadoria mas num ambiente de acumulação de capital. Tratava-se agora de um *modo de produção escravista colonial*. Este modo de produção já tinha suas leis específicas que a diferenciavam do escravismo patriarcal por um lado e do capitalismo por outro lado. Como era menos eficiente que o capitalismo para fins de acumulação de lucros, foi por ele eliminado no século XIX.⁸

Prossigamos com outro exemplo. No século XX viram-se dois modos de produção estatistas. Por um lado se vê o *modo de produção estatista produtivista* onde o Estado é o tutor e administrador da produção de mercadorias. Trata-se das economias que se autodenominaram socialistas a partir de 1917.⁹ Por outro lado, em alguns países já no

⁸ A terminologia dos modos de produção escravistas *patriarcal* e *colonial* é de Jacob Gorender no seu livro *O escravismo colonial*, Editora Ática, São Paulo, 1978, segunda edição. Na Terceira Parte, p.153-358, Gorender discorre longamente sobre as seis leis desse modo de produção.

⁹ Trata-se, a nosso ver, de sociedades e economias antes estatistas que socialistas. É verdade que tinham elementos de socialismo como a atribuição de um caráter público e não privado à saúde, à educação e

século XIX, em outros só no século XX, os estados nacionais promoveram um *modo de produção estatista subsidiário*. Geralmente porque o capital privado não tem interesse ou força suficientes ou nenhum dos dois, o Estado, quase sempre de modo não conflituoso com os interesses privados e visando o crescimento da economia nacional, investiu em determinados ramos produtivos da economia. No Brasil, por exemplo, foi o Estado quem alavancou uma incipiente indústria automobilística ao inaugurar a Fábrica Nacional de Automotores em 1946 e a Petrobrás alguns anos depois.¹⁰

Quanto aos dois modos de produção autogestionários, o primeiro ocorreu ao longo de toda a pré-história da humanidade, ou seja, na sociedade primitiva da Idade da Pedra.¹² Nos primórdios da humanidade a sociedade não era diferenciada, não havia classes sociais.¹³ Não havia escrita nem moeda, nem cidades, nem ciência, nem uma divisão social do trabalho nem Estado. O bando paleolítico mal chegava a duas ou três dezenas de pessoas. Com a descoberta da agricultura surge a aldeia neolítica, que raramente abrigava trezentas pessoas. Reinava uma *anarquia ordenada*.¹⁴ Era possível manter tal estado em razão do pequeno tamanho de cada comunidade, onde o homem era forçosamente polivalente. Toda a condução da vida política e econômica da sociedade era fruto de costumes consensualmente mantidos ou modificados ao longo do tempo. Tanto

cultura, etc. Mas o socialismo, tanto para Marx como para os anarquistas, sempre supõe que os trabalhadores sejam os protagonistas da construção dele; não supõe que uma vanguarda iluminada lhes mostre o caminho e aja para que eles sigam ordens e orientações.

¹ ⁰ No caso da campanha pela Petrobrás houve conflitos de interesses com companhias de petróleo estrangeiras. Mas de um modo geral a instalação do estatismo subsidiário ocorreu, repetimos, de um modo não conflituoso com os interesses privados. Somente a partir do último quartel do século XX, com a ascensão da nova direita com suas teses e dogmas neoliberais no Primeiro Mundo, é que se parte para a desmontagem do estatismo subsidiário através de uma longa campanha de privatizações que ainda não chegou ao fim.

Outrossim, o termo *produtivismo* já é um tanto antigo e se encontra em vários autores. Eu sou quem lançou o termo *estatismo produtivista*. O termo *estatismo subsidiário* ou *modo de produção estatista subsidiário* também é meu. Veja José Brendan Macdonald, *Economia e ideologia no capitalismo, no socialismo e no estatismo*, Editora Universitária, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

¹ ² O termo *pré-história* é tradicional e talvez questionável, pois se poderia argumentar que é possível reconstituir a história das sociedades ágrafas pelo menos em linhas gerais. Porém não estamos desprezando a significância da sociedade primitiva. Muito pelo contrário, queremos realçar sua significância para quem valoriza o ideal de uma sociedade sem classes para o futuro.

¹ ³ Uso aqui o termo *classe* para permear todas as sociedades ao longo de seis mil anos divididas entre duas parcelas básicas: uma dominante e outra subalterna. Alguns restringem *classe* aos últimos duzentos anos. Eu porém acho fundamental usar um termo historicamente genérico.

¹ ⁴ Este termo é de Evans-Pritchard no seu estudo magistral *Os Nuer – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1978. A primeira edição inglesa é de 1940.

a produção – fosse através de uma caça pequena, uma caça grande, uma pesca ou horticultura ou agricultura, etc. - como a distribuição de bens seguiam padrões culturais que visavam atender necessidades e brindar capacidades sem que uns vivessem às custas de outros como ocorreria depois com as sociedades socialmente diferenciadas ou divididas em classes sociais. A organização de uma colheita, por exemplo, era reflexo de um consenso da pequena comunidade e nunca de uma imposição de uma minoria. Uma caça podia ser liderada por um ou dois que os outros caçadores reconhecessem como aptos para tal cargo mas sua liderança valia só para essa ocasião, podendo ser renovada para outras caças ou não.

A organização da produção e distribuição de bens portanto na sociedade primitiva refletia um modo de produção autogestionário. Não se diga que a autogestão da economia então era hegemônica. Ela era nos primórdios o *único* modo de produção. É só quando começa a transição da sociedade primitiva para a sociedade de classes que germinam outros modos de produção com maior ou menor velocidade. É então que o modo de produção autogestionário passa de único para hegemônico, para, ainda mais adiante, passar a ser secundário ou até eliminado de todo.

Há momentos na história anteriores ao capitalismo quando boa parte do campesinato – secularmente sujeito a impostos e taxas de seus senhores – quer ganhar maior autonomia na condução de sua economia. Algumas das numerosas revoltas camponesas ocorridas na Europa ocidental e central entre os séculos XIV e XVII sugerem o desejo de reinstituir a autogestão da economia camponesa onde e quando o poder dos príncipes se encontrava derrotado

Mas é somente por volta de 1800 que toma corpo uma nova autogestão, diferente da autogestão do comunismo primitivo dos primórdios da humanidade ou de possíveis tentativas de camponeses de uma reinstalação dela ou de algo bastante parecido com ela. É justamente então que a produção em série num número crescente de fábricas que usavam a máquina a vapor na Inglaterra começa a se tornar expressiva. Não tarda em espalhar-se para outros países logo em seguida. Os trabalhadores ingleses – e mais adiante os de outros países – formam sociedades beneficentes defensoras de seus interesses de classe, sindicatos

e cooperativas de consumo. Algo mais tarde surge a cooperativa de produção¹⁵, o que representa o início do modo de produção autogestionário da época moderna. Pois com ela temos novamente a organização de trabalhadores em pé de igualdade, isto é, com igualdade de direitos e deveres quanto à participação nos lucros (chamados sobras), nos prejuízos e nas decisões e planos.

Mas o modo de produção autogestionário moderno surge num ambiente muito diferente daquele da sociedade dos primórdios da humanidade. Na modernidade os trabalhadores ganharam a consciência de que são uma fração da sociedade à parte – uma classe – e de que são explorados, isto é, de que lhes está sendo extraída uma mais-valia ao passo que nos primórdios todos são trabalhadores pois a sociedade não é diferenciada, ainda não há classes. Enfim não há exploração. Na modernidade os trabalhadores produzem num ambiente de acumulação de capital imposta pelo modo de produção hegemônico, o que lhes impõe uma concorrência sem trégua e uma constante renovação de conhecimentos técnicos. Nos primórdios produz-se rotineiramente, sem acumulação e sem pressa. Na modernidade o valor de troca (quanto vale o produto em termos de outros produtos ou de dinheiro) é uma consideração imprescindível e constante, pois tudo ou quase tudo que o trabalhador produz é para consumo alheio. Nos primórdios há que considerar só o valor de uso, a utilidade, do produto, e tudo que o trabalhador produz é para ele e sua parentela próxima.¹⁶ Não existe alienação portanto. Nos primórdios existe o modo de produção autogestionário como o único modo de produção. Na modernidade existe um modo de produção autogestionário que é secundário e que tem que ficar atento às tendências e rumos do modo de produção hegemônico. Além do mais, a influência não só econômica, mas também ideológica ou cultural, do capitalismo é uma ameaça constante à autogestão como modo de produção e como ideal hoje.

¹⁵ Usamos o termo *cooperativa de produção* aqui muito genericamente, pois nos referimos à produção de qualquer bem ou serviço não financeiro. Só não estão incluídas aqui as cooperativas de consumo ou de crédito puras.

Outrossim, vale frisar que as cooperativas de consumo, ao que parece as primeiras a serem fundadas, não representavam nem representam um modo de produção, já que não envolviam atividades produtivas senão apenas o próprio consumo. Mesmo assim, foram fundadas com perspectivas de solidariedade, o que era diametralmente oposto aos valores burgueses em ascensão.

¹⁶ Os antropólogos registram trocas entre comunidades que ainda vivem na Idade da Pedra. Mas elas são apenas uma atividade esporádica e secundária.

3 – O nexu entre a economia e a política

Uma análise da autogestão hoje será mais proveitosa se de início considerarmos a necessidade de estabelecer uma relação mais clara entre aquilo que costumamos conceituar como política e aquilo que dizemos ser economia.

Na vida cotidiana e na condução da vida das nações tudo se mescla – política, economia e ideologia. Mesmo assim, convém seguirmos uma pista dada por antropólogos de variadas tendências. Há décadas os manuais de antropologia social *analisam* a sociedade primitiva, isto é, a separam em três compartimentos: política (o que entre os primitivos gira em torno da questão do parentesco), economia e crença/religião. Em termos mais compreensivos ou abrangentes – ao considerarmos qualquer sociedade, seja ela simples ou complexa – podemos remeter-nos de modo semelhante ao dos antropólogos ao mundo da disputa (ou não) de poder (política), ao mundo do trabalho (economia) e ao mundo da ideologia (aqui tida como o conjunto de crenças e valores). Estas três esferas não são coisas senão conjuntos de relações.

Queremos deter-nos aqui unicamente sobre a relação entre economia e política. Enfatizamos a desejabilidade, até a necessidade, desta relação, pois, com o surgimento da economia como pretensa ciência em meados do século XVIII sempre se faz um esforço de tratar duas ciências – a da economia e a da política – como disciplinas desvinculadas, irremediavelmente separadas.

Entretanto, convém ver que há um terreno convergente de ambas que é negado pela corrente de economistas prevalecente hoje, os neoclássicos, embora concedido pelo menos implicitamente pela economia marxista. *Se uma maneira de ver a política é vê-la como aquilo que trata da distribuição do poder na sociedade e a economia como aquilo que trata da distribuição da riqueza na sociedade, então se pode chegar a fazer a tentativa de conceituar o poder em termos suficientemente genéricos para incluir política e economia. Pois a capacidade de resolver como será distribuída a riqueza, o produto social, o produto que é resultado do trabalho humano, é também a capacidade de distribuir uma forma de poder. Não só na sociedade capitalista mas também em qualquer sociedade onde*

prevalece um modo de produção heterogestionário a riqueza é um claro sinal ou modalidade de poder. Nas sociedades heterogestionárias anteriores ao capitalismo havia restrições ao abuso de poder econômico. Na república romana, por exemplo, a legislação proibia que os senadores fossem comerciantes. Todas as grandes religiões – e foram todas fundadas antes da Era Burguesa – pregam que o apego aos bens terrenos é perigoso para a salvação da alma. Essas restrições filosóficas e religiosas porém sempre entraram em conflito com os apetites mamônistas de pessoas de influência e poder. No século XVIII e mais claramente no século XIX a procura da riqueza passa a ser antes louvada que censurada até com a aquiescência de hierarcas protestantes e católicos no Ocidente.

Na única sociedade totalmente autogestionária que já existiu, a do comunismo primitivo da Idade da Pedra, a distribuição do poder era tal que o poder não era propriedade de nenhum indivíduo ou parcela da sociedade. A existência de uma chefia era radicalmente diferente do que se entenderia nas sociedades diferenciadas. No caso da impopularidade de uma chefia, outra a substituíria como reflexo da vontade de um grupo pequeno e socialmente homogêneo – a aldeia neolítica ou o bando paleolítico. Em certo sentido não havia poder, isto é, ele era tão disperso que praticamente inexistia. No tocante à economia não existia uma renda diferencial, isto é, não havia disparidade na distribuição do produto social. *Enfim na única sociedade onde a autogestão era regra e não exceção a distribuição do poder de tomar e executar decisões em geral (política) e de tomar e executar decisões em particular sobre o trabalho humano e a distribuição de seu produto (economia) em certo sentido era tal que o poder não existia. Ele se distribuía simetricamente entre todos.*¹⁷

Esta nossa preocupação com o enfoque da economia e da política num mesmo terreno não é apenas acadêmica. Ela se coloca em razão da busca da perspectiva da prática da *democracia* não só no que tradicionalmente se denomina política mas também no que se conceitua até hoje como economia. Tradicionalmente a política se refere à distribuição do poder e a economia à distribuição da riqueza. Ora, a riqueza é uma manifestação do poder. No que é entendido como democracia na Era Burguesa – na qual ainda nos encontramos –

¹⁷ A sociedade neolítica previa a possibilidade do surgimento de uma renda diferencial. Ela a contornava através de três mecanismos: (1) a terra era dividida em lotes entre as famílias e redistribuída periodicamente já que ela é por natureza assimetricamente dotada de fertilidade; (2) as famílias numerosas trabalhavam menos que as outras para não se dotarem de um produto notoriamente maior; (3) o excedente era periodicamente gasto em festas litúrgicas. Tudo isso para dificultar o surgimento da dicotomia riqueza/pobreza. Ver José Brendan Macdonald, obra citada na nota 1.

se diz que as pessoas são livres já que essa democracia enaltece a liberdade a ponto de estabelecer a igualdade de todos perante a lei. O *todos* originalmente proclamado no século XVIII referia-se apenas aos proprietários, aos ricos e remediados, enfim a uma parcela mínima da população. Hoje, de um ponto de vista formal, ele se refere literalmente a todos os maiores de idade. A democracia burguesa, que se autodenomina liberal, não admite que o conceito de democracia seja válido para a economia. De acordo com este modo de entender, democracia se refere aos parlamentos, aos partidos, à liberdade de assembléia e similares. Não obstante certo mérito, este conceito de democracia – sua restrição à *política* formal – é incompleto. O que de certo modo é compreensível na medida em que ele foi lançado no século XVIII pela burguesia e para a burguesia.

A democracia burguesa diz defender a liberdade. Nos séculos XVIII e XIX a referência era uma minoria, como já dissemos. No século XX seria literalmente todos. Mas só num terreno determinado e certamente não no da economia. Ora, defendemos que *a pessoa é livre somente na medida em que ela pode desenvolver suas capacidades e com elas contribuir para a sociedade e também atender suas próprias necessidades*. Não é isto o que ocorre com a democracia burguesa. Ou melhor, ocorre sim, mas apenas para uma pequena minoria, a dos megaproprietários, os donos dos oligopólios que ditam ao poder formal o que se deve e não se deve fazer na disputa pela economia e a sociedade.

Falar em democracia na empresa, costuma-se dizer, é uma falácia. Seria uma contradição de termos como uma referência à gravidez de um homem ou à inteligência de uma pedra. Mas se democracia supõe liberdade para seus beneficiários não se pode ver liberdade numa empresa capitalista. Pois a liberdade, repetimos, é a combinação do desenvolvimento de nossas capacidades com o atendimento a nossas necessidades. Negar que isso se refira inclusive à condução da economia – e daí à organização do trabalho humano – é negar que o nosso trabalho seja uma fonte de nossa liberdade. Mas o trabalho é *idealmente* a maior fonte de liberdade. Quem não é livre não é só a figura histórica do servo da gleba ou o escravo. É também o assalariado da empresa capitalista. Ora, em termos ideais o trabalho seria a primeira fonte de realização humana, a primeira referência ou marca de mérito e reconhecimento da pessoa, a coroação da realização humana. Mas nos termos sociológicos que hoje se apresentam com maior freqüência o trabalho é fonte de

insegurança, de pobreza, de falta de autoestima e de perspectiva de realização pessoal. É um meio de sobrevivência precária, enfado e tristeza. Pois apenas um quinto da população mundial hoje vive de acordo com boa parte dos benefícios materiais e culturais da época disponíveis. E não é desprezível o número dos que conhecem a própria miséria.

Não é livre quem tem que seguir ordens, conciliáveis ou não com sua própria segurança e saúde, sob pena de perder seu emprego. Não é livre quem não tem o direito de participar das decisões sobre como será feito seu trabalho, de contribuir criativamente em termos de igualdade sobre o feitiço do trabalho que tem que executar diariamente. Não é livre quem não é dono dos meios de produção que possibilitam seu trabalho. O burguês diz que a propriedade é extensão do próprio indivíduo e que agredi-la é tolher parte de sua liberdade. Nisto ele tem toda a razão. Portanto só se pode concluir que quem não é proprietário não é livre, pois sem condições materiais não se pode alcançar um nível adequado de realização pessoal e capacidade de contribuição para a sociedade. Mas, fiel ao seu formalismo que nega a extensão da política à esfera da economia, o burguês nega esta última conclusão.¹⁸

4 – Perspectivas de uma autogestão triunfante

“O futuro a Deus pertence” – eis o que ensina o velho ditado. Sobre o futuro muito pouco podemos saber de forma cabal e infalível. Cada um de nós, ao contrario dos animais subumanos, sabe que um dia morrerá. Sabemos que o nosso sol um dia se apagará e que portanto acabará a espécie humana já que ela depende do sol e da Terra. Mas para além dessas verdades, infalíveis embora se refiram ao futuro, não temos o dom da infalibilidade em matéria de futuro.

¹ ⁸ Seria possível falar em graus de liberdade. Neste sentido até o escravo-mercadoria seria livre, embora em grau limitado. Certamente em muitos casos ele seria mais livre do que o trabalhador que hoje ganha um salário mínimo latinoamericano. Também os cidadãos de toda democracia formal teriam certa dose de liberdade, de possibilidade de realizar-se. Entretanto, toda nossa lógica gira em torno da presença ou ausência de liberdade em bloco, no sentido mais exigente e daí conseqüente do termo. Daí poderíamos falar em *sociedades livres*, onde todos são livres (a sociedade dos primórdios da humanidade e uma concebível sociedade sem classes do futuro) e *sociedades servis*, onde apenas alguns são livres mas a maioria não o são (as sociedades dos últimos seis mil anos e ainda em vigor).

Pretendemos apresentar três conjuntos de hipóteses – que chamaremos de conjecturas - sobre o futuro. Isto se bem que temos (tenho eu, melhor dizendo) certeza sobre a essência da primeira (a decomposição do capitalismo). Mas sobre as duas restantes, ninguém pode ter certeza. Entretanto se nos preocuparmos com o futuro da humanidade como por sensação de dever ou exigência ética, não estaremos perdendo nosso tempo ao considerarmos todas as conjecturas ou conjuntos de hipóteses que seguirão.

Primeira Conjectura: o modo de produção capitalista vai morrer. Não dizemos isto por o acharmos eticamente inconveniente para a humanidade. Pois uma censura moral a determinada realidade coletiva não é o que fará (ou não fará) com que ela seja eliminada. Sem dúvida ninguém foi ou é culpado pela existência desse modo de produção. Ele funciona como uma máquina que ninguém ligou ou poderá desligar.

As contradições dele são tais que sua morte está iminente. Seus dois calcanhares de Aquiles mais evidentes desde o último terço do século XX são o persistente desemprego e o canceroso crescimento do capital virtual (10% de todo o capital mundial por volta de 1970 e algo em torno de 70 a 75% hoje). Hoje um maior número de trabalhadores numa empresa já não é sinal da pujança e poder relativo dela. É possível ganhar uma massa de lucros maior com um número de trabalhadores menor. Os ricos já não precisam dos pobres – disse alguém há mais ou menos quinze anos atrás. Tal afirmativa não é literalmente verdade mas ela tem uma nota de verdade. Por muito tempo ainda será possível o sistema suportar um crescente desemprego sem que seja diminuída a massa de lucros (os lucros provenientes da economia real em termos absolutos mesmo com uma taxa de lucros declinante). Mas por quanto tempo? Mesmo que os estados abandonem o Estado de Direito e instaurem regimes neofascistas¹⁹, a repressão não poderá ser eficaz por tempo indeterminado. E pairará no ar a possibilidade de um estrondoso colapso financeiro.

1 9 Já existem sérios sinais disso nos Estados Unidos e vários outros países industrialmente avançados a partir de outubro de 2001. Em nome da “guerra ao terrorismo” e da “segurança” dos cidadãos, vem se criando uma série de medidas institucionais (prisões sem direito de recurso a advogado e sem a obrigação de formular acusação, interceptação de correspondência e invasão de domicílio na ausência nele do cidadão pelas autoridades, etc.), que, ferindo elementares preceitos constitucionais, na realidade aumentam a insegurança dos cidadãos desses mesmos países.

Se capitalismo significa o emprego de assalariados por empresas privadas, o que ocorrerá se o emprego se tornar cada vez mais escasso? O sistema sempre supôs certo desemprego mas a expansão interminável deste poderá ser perigoso para a solidez da sociedade burguesa. Embora seja verdade que não é o tamanho demográfico do mercado que é o critério de atuação da empresa capitalista, o crescimento do desemprego poderá concebivelmente chegar a uma dimensão que baqueie contra a sobrevivência do sistema.

O modo de produção capitalista como modo hegemônico está com seus dias contados. Certamente ele morrerá em alguma altura do século XXI, não se sabe se num futuro humanamente próximo ou distante.

Mas *o capitalismo enquanto modo de produção hegemônico não morrerá por fatores externos senão por si próprio*. Numa linguagem popular ele não morrerá de “morte matada” mas sim de “morte morrida.” Nenhum inimigo do sistema conseguirá derrotá-lo pela violência. O Estado burguês está armado até os dentes e é militarmente imbatível. O sistema morrerá em razão de suas próprias contradições congênicas e não por um golpe de qualquer inimigo.

Segunda Conjectura: o fim do capitalismo poderá ocorrer de tal modo que desemboque em novas opressões políticas com a hegemonia de algum outro modo de produção heterogestionário. Novos grupos poderão assumir o poder e instalar tal modo de produção. O mais provável seria alguma variante que poderíamos chamar de neo-estatismo produtivista ou simplesmente neo-estatismo.

Por isso *o desaparecimento do capitalismo, embora necessário para a emancipação da humanidade, é insuficiente para este fim*. O capitalismo, por encorajar a exploração de muitos por uma minoria sem sequer um certo pudor típico das elites antigas, não é o único sistema a criar opressão. Outras opressões ocorreram antes dele e simultaneamente com ele. O estatismo é o que ocorreu neste último caso.

Terceira Conjectura: a autogestão conquistará espaços ou quistos na formação social capitalista, seja de forma relativamente abrupta (Hipótese A) ou de forma mais lenta (Hipótese B).

A *Hipótese A* pode ser concebida da maneira que segue. O sistema financeiro mundial, tendo chegado a uma dimensão insustentável, implode. As dividas (pequenas e

grandes, individuais e coletivas) não podem ser e não são cobradas. Ocorre – e não por decreto – um momento jubilar²⁰ em que, não podendo sustentar-se em cima de capital podre, os oligopólios mundo afora são esfacelados. Muitos capitalistas vendem seus ativos a preço baixo aos trabalhadores em uns casos, e em outros os trabalhadores tomam as empresas e os juizes tendem a homologar tais fatos a consumir. Formas capitalistas de empresa subsistiriam ainda mas a autogestão se tornaria hegemônica em curto tempo histórico.

Esta hipótese – mirabolante a primeira vista – supõe que as autoridades monetárias, a começar por seus maiores órgãos, não consigam contornar essa implosão e que o sistema, ao contrario do ocorrido em 1929-1933, não tenha como se manter. Supõe também que a provável catástrofe que essa implosão causaria, não só para os mais ricos mas para a humanidade em geral também, dure por um momento curto.

Há certa plausibilidade nesta hipótese. Entretanto – e eis um grande paradoxo - , concordamos com os pensadores do grupo ATTAC²¹ quando dizem que se deve fazer tudo para contornar um colapso do sistema monetário mundial. Por que? Porque seria um acontecimento de desdobramentos antes perigosos e trágicos que felizes para a humanidade, supondo que seu desdobramento final e mais feliz não vingasse. Claro que ele não dependerá – se ocorrer – em nada dos partidários da autogestão. Pelo contrario, seria consequência do dogmatismo liberal vigente.²²

A Terceira Conjectura é a única que poderia interessar-nos a ponderar com mais delongas de algum proveito. Ou melhor, isto pode dizer-se de sua Hipótese B, pois a Hipótese A depende de ainda outra hipótese, que poderíamos chamar de a grande implosão (até com maiúsculos se realmente um dia ela se transformar em fato). Tal implosão ocorrendo, ela

²⁰ Confiram no *Pentateuco* o *Livro do Levítico*, capítulo 25, versículo 10 que fala sobre o “ano jubilar”: “Declarareis santo o quinquagésimo ano e proclamareis o perdão das dívidas no país para todos os habitantes.” Usamos aqui a tradução da equipe da Editora Vozes. Outros povos da bacia do Mediterrâneo da época tinham semelhante legislação. Mas não parece ter sido cabalmente cumprida.

²¹ Trata-se de uma organização fundada numa reunião em Paris em 1998 e que se preocupa com as tendências do capitalismo hoje e perspectivas para a criação de um mundo alternativo melhor. Seu endereço eletrônico é <http://www.attac.org/indexfla.htm>. É acessível em cinco línguas, inclusive o espanhol.

²² Temos a convicção de que uma grande implosão só se evitará se os liberais contrariarem na prática sua doutrina que condena o intervencionismo estatal através da tributação sobre os libérrimos fluxos de capital fictício pelo planeta. O economista Tobin já recomendou um imposto desse tipo de 0,1% na década de 1970. Mas um profeta é rejeitado em sua própria terra, como diz o ditado milenar.

poderá ser um horrendo flagelo ou então – paradoxalmente, se tiver como efeito os desdobramentos sugeridos acima - a maior bênção para a humanidade, e possivelmente será o fato histórico mais estudado nos séculos ou até milênios seguintes. Se a Hipótese B proceder, ela será a continuação de um processo já em andamento: o processo da autogestão como modo de produção secundário. Que poderá um dia tornar-se hegemônico.

Formulemos então a *Hipótese B* da Terceira Conjectura: *em razão de suas próprias contradições, dos germes de sua própria morte, o capitalismo se dissolverá em período historicamente próximo até enfrentar sua morte natural antes do final do século XXI; a economia solidária, que valoriza a autogestão da economia, aí entra em cena ao conquistar espaços que o modo de produção hegemônico é incapaz de ocupar – e, a bem da verdade, desinteressado em ocupar.*

A autogestão deste final da Era Moderna continuará lutando por espaços nas fendas do sistema. Isto ela vem fazendo há dois séculos desde os tempos da Primeira Revolução Industrial. Pois o trabalhador – a pessoa comum – sente a necessidade de defender-se contra o monstro do desemprego cuja presença em grau maior ou menor sempre foi uma necessidade e pressuposto do mercado mundial enquanto sistema dotado de apetites insaciáveis. O trabalhador precisa sobreviver. Esta sua sobrevivência vem sofrendo sérios enfrentamentos ao longo de dois séculos de revoluções industriais. Sempre que o capital elimina o emprego de forma mais agressiva, mais crescem os empreendimentos autogestionários como forma de geração de ocupação e renda, de sobrevivência enfim. Mas neste último terço de século, como o capital foge cada vez mais da economia real para a especulação pura e elimina com mais brutalidade os postos de trabalho graças a avanços na produtividade possibilitados por inovações tecnológicas e administrativas, o desemprego evidentemente se instala irreversivelmente com excelentes perspectivas de aumentar. As campanhas dogmáticas e sumamente agressivas de privatizações de empresas estatais, até mesmo nos antigos países estatistas, e de desmantelamento de direitos trabalhistas conquistados a duríssimas penas durante dois séculos consagram o desemprego como fenômeno visto como tão natural e inevitável quanto os terremotos e maremotos. Uma curiosa retórica enganosa e não menos enganoso silêncio da mídia mundo afora tentam garantir a permanência desta necrofilia salvífica.

Assim, as pessoas comuns desta virada de milênio tendem a se curvar a uma “autodomação....pelos mecanismos internos psíquicos (neuróticos) de opressão.”²³ Mesmo assim, não obstante a astúcia até goebbelsiana com que as elites o ludibriam, o cidadão comum conhece momentos em que as contradições mortíferas o obrigam a desconfiar do sistema. E, quando golpeado pelo desemprego, a procurar novos meios de sobrevivência entre os quais figuram os empreendimentos solidários, baseados na autogestão, ele chega em alguns casos a adotar um esquema autogestionário para ganhar a vida.

A adesão à autogestão ou à heterogestão não brota de inclinações inatas. As pessoas hoje conhecem a heterogestão como fenômeno tão corriqueiro que não raro lhes parece inevitável mesmo que a tenham como desagradável. Afinal, raciocinam muitos, como trabalhar e sobreviver sem patrão? Onde se arranjará capital? Então não surpreende que multidões de pessoas consigam até se convencer que é preciso aceitar a heterogestão como fórmula inevitável para sua própria sobrevivência. Elas até internalizam esta cultura da submissão, e muitas tentam até a abraçá-la como um valor para elas próprias.

Era uma vez a maioria das mulheres achava que o machismo era um fenômeno decorrente da própria natureza do ser humano e por isso a aceitar como normal. Em tempos idos também inúmeros escravos conseguiram se convencer que a escravidão fazia parte natural da ordem das coisas. Algo semelhante ocorre ainda hoje com a valorização popular da heterogestão, ou digamos explicitamente, do capitalismo. Mas também é ponderável o número de pessoas que abraçariam a autogestão como já a abraçam inconscientemente.

Enfim, diremos resumidamente que, em razão de um conservantismo inercial fortemente condicionado por ingredientes culturais e históricos, a maioria das pessoas não pensa com propensão para a autogestão. Mas também diremos que são muito numerosas as pessoas que – embora na sua maioria inconscientemente – propendem para a autogestão como solução para a sobrevivência do trabalhador. Para que a aceitem como projeto de sociedade será preciso que as contradições da sociedade atual se avolumem a ponto de a

² ³ Helmut Thielen, *Além da modernidade? – Para a globalização de uma esperança conscientizada*, p.37, Editora Vozes, Petrópolis, 1998

inviabilidade do capitalismo como solução para o trabalhador se tornar cada vez mais patente para um número crescente de pessoas.²⁴

Além de enfrentar dificuldades no campo ideológico, a atuação da autogestão tem dificuldades hoje e no futuro próximo no campo da economia. Ela está enfrentando uma grande contradição: a nível de produção se pretende uma autogestão, mas na hora de mandar circular mercadorias autogestionariamente produzidas, muitas vezes é preciso enfrentar o mercado capitalista. Também existe não pequena dependência de fornecedores capitalistas. Em outros termos temos um modo de produção autogestionário enfrentando um modo de distribuição capitalista. Ora, isto gera problemas. Na atual conjuntura as empresas autogestionárias são um oásis dentro de um deserto capitalista. A concorrência é uma lei radical do capitalismo. Existe uma concorrência voraz de mercadorias e uma concorrência não menos voraz de trabalhadores (através do chamado mercado de trabalho). Para ganhar maior êxito na concorrência de bens e serviços uma empresa tem que minimizar seus custos. O burguês vê o trabalho como o elo mais fraco na cadeia de seus custos operacionais.

Um provável desdobramento nas próximas décadas – e que de certa forma já começou – é a formação de redes de empreendimentos solidários ou autogestionários através das quais uns empreendimentos solidários serão fornecedores de outros, e consumidores comprarão seus bens de consumo através de cooperativas de consumo ou até mesmo de forma menos organizada ou espontânea. Também continuarão surgindo os clubes de troca. Já que o desemprego – a exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho, e portanto de consumo também, capitalista – veio para ficar, as fileiras dessas redes terão um motivo muito forte para crescer.

No campo ideológico muitos trabalhadores ao se associarem a empreendimentos solidários assim farão por não acharem empregos no mercado de trabalho capitalista. Só com o tempo e a experiência adquirirão novas atitudes que valorizem o trabalho executado em

^{2 4} Não se entenda por nossas referências a um ou outro “número de pessoas” que uma nova forma de sociedade sempre depende da adesão inequívoca da maioria. Afinal, parece que a história nos ensina que tais mutações societárias partem geralmente de minorias. O cristianismo, por exemplo, foi durante longos séculos um fenômeno social de minorias. Quando cessaram as perseguições contra ele no começo do século IV, os cristãos eram apenas 5% dos habitantes do Império Romano. Os sentimentos burgueses certamente não eram compartilhados por mais que uma nonada de pessoas até em países como a Inglaterra e Estados Unidos quando o modo de produção capitalista lá começou a se impor.

associação democrática com colegas, pois, repetimos, não há nenhuma propensão ou tendência inata no ser humano a favor ou contra a autogestão.

Quando ao longo do tempo houver uma minoria de peso suficiente que ganhe a vida da autogestão, haverá possibilidades de pressionar os governos para criar políticas públicas e uma nova legislação que favoreça esses trabalhadores e consumidores. Não se descarte que se forme uma nova conjuntura em que uma nova correlação de forças obrigue o poder instituído a consagrar novos ganhos institucionais para a autogestão. Algo semelhante ocorreu com o capitalismo, que, enquanto modo de produção, cresceu periféricamente nos poros da sociedade anterior. À semelhança do que ocorreu com o capitalismo quando era um modo de produção secundário ou subordinado, a autogestão hoje espera o surgimento de condições objetivas que permitam que passe de seu estado de modo de produção subordinado para o de hegemônico. Atualmente ela luta apenas para fortalecer-se em termos de legislação e políticas econômicas. A esperança dos militantes mais conscientes da economia solidária é que a hegemonia venha algum tempo depois. A burguesia ascendente na primeira metade do século XIX na Inglaterra e logo em seguida mais adiante na Europa ocidental conseguiu garantias políticas e institucionais que facilitaram suas perspectivas de hegemonia que não tardaram a se concretizar. A consecução de protecionismo contra produtos industriais similares estrangeiros, a criação de leis sobre sociedades anônimas, mercados de valores, etc. são alguns exemplos disso.

Mal faz uma década no Brasil que a economia solidária vem sendo objeto de estudo como prática ainda em posição marginal na sociedade e como teoria a construir. Em outros países não faz muito mais tempo que isso vem ocorrendo também.²⁵ Quando as condições objetivas da economia induzirem a um ambiente mais propício para a expansão da autogestão como modo de produção com perspectivas mais claras de chegar à superfície da

²⁵ Nos Estados Unidos o grupo do pensador Michael Albert, de inspiração anarquista, vem difundindo há aproximadamente quinze anos idéias extremamente pertinentes sobre novas formas de organização do trabalho para uma sociedade futura já com algumas experiências na – e à margem da – sociedade contemporânea. Tal economia é chamada de *participatory economics* ou abreviadamente de *parecon* e tem a autogestão como um de seus princípios. Um adepto seu na França a chama de *économie participante* ou *écopar* em francês. Algo semelhante poderia ser feito aqui com sua divulgação no Brasil onde conviria chamá-la de *economia participante* ou *ecopar*. O site na internet desta linha de pensamento, que já dispõe de uma bibliografia ponderável, é <http://www.parecon.org/>. O grupo está ganhando adeptos em vários países. A *ecopar* ao nosso ver é uma variante muito pertinente da economia solidária.

sociedade, tudo que é prática autogestionária nos últimos duzentos anos, mas especialmente nas últimas décadas, será fonte de inspiração para uma nova sociedade a partir de uma nova economia em ascensão.

É claro que isto é uma esperança nossa e de muitos outros e não a garantia infalível de uma realização. Mas sem esperanças não há projetos. E quem não tem projetos deixa o campo aberto para quem quiser tomá-lo para seus próprios projetos....antagônicos.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL: a construção de círculos virtuosos

Cezar Nonato Bezerra Candeias¹

Os anos 90 puderam presenciar o avanço no debate acerca do desenvolvimento local, fator que pode se revelar não só no interesse de pesquisas, mas também em ações concretas vinculadas a programas e políticas governamentais, e também a ações de organizações de variados matizes.

Vale ressaltar o avanço de uma perspectiva que percebe uma relação intrínseca entre desenvolvimento e aspectos de uma dimensão micro-regional onde o desenvolvimento está sujeito às influências de elementos das relações que se estabelecem nas diferentes localidades, perspectiva essa que testemunhou um processo de pauperização da maioria da população brasileira.

Este processo de empobrecimento, que nos anos 90 teve sua marca registrada representada pelo processo de reestruturação produtiva, processo este responsável pelo desemprego de grandes somas de trabalhadores, não acometeu apenas os trabalhadores dos centros urbanos. O campo também foi afetado, podendo ser observado, por exemplo, na região da zona da mata nordestina a partir da crise do setor sucro-alcooleiro (Carvalho, 2001) que foram ampliados os índices de desemprego e de miséria.

Ainda neste cenário adverso, sobretudo para os trabalhadores que vêm paulatinamente a crise econômica se revelar de forma implacável, a perspectiva da economia solidária também vai aparecer de forma mais pujante como espaço concreto de formulações de alternativas para os setores populares, a partir de um modelo de

¹ Professor da Universidade Federal da Alagoas. Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFAL – Rede UNITRABALHO-UFAL. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação Popular da UFPB.

desenvolvimento local mas que no entanto, ainda elabora seus primeiros passos mais firmes.

Mas, de que desenvolvimento falamos quando citamos o desenvolvimento local e o associamos à *economia solidária*?

A resposta para tal questão nos remete a uma reflexão acerca dos componentes da expressão *desenvolvimento local*.

Singer (1982) numa obra que agrega diversos ensaios onde analisa o desenvolvimento brasileiro no período de 1961 a 1965, vai perceber, no campo da conceituação do desenvolvimento, a existência de pelo menos duas correntes: (1). a que identifica desenvolvimento com crescimento econômico e (2). a que distingue desenvolvimento de crescimento.

Na ótica da primeira corrente, o nível de desenvolvimento pode ser dimensionado a partir do nível de crescimento econômico. Neste sentido, um país desenvolvido é o “país que possui boas perspectivas potenciais para usar mais capital ou mais mão-de-obra ou mais recursos naturais disponíveis, ou todos estes, para manter sua população atual num nível de vida mais elevado...” (Viner 1960:12 *apud* Singer 1982).

Por outro lado, ainda seguindo a lógica da primeira corrente, um país subdesenvolvido seria aquele que não consegue utilizar integralmente seus fatores econômicos de maneira que sua economia cresce num nível inferior ao que realmente poderia crescer.

Ao analisar essa corrente, Singer observa que a mesma procura explicar o crescimento econômico de países desenvolvidos e subdesenvolvidos a partir de uma mesma teoria. “O que há no fundo desta abordagem do problema é a concepção de que a dinâmica econômica é invariavelmente a mesma em seus fundamentos(...) A conclusão é que, dada certas premissas, é possível deduzir o funcionamento da economia com completa abstração de espaço e tempo...” (Singer, 1982:22-23).

Há nessa perspectiva uma espécie de “mecânica” universal que vê as relações do desenvolvimento de maneira descontextualizada, elegendo como elemento determinante para a indução do desenvolvimento, para os países que ainda não o conseguiram alcançar, o incremento na oferta de capital, fator que pode ser conseguido mediante a presença de

aplicações estrangeiras ou também com estímulo do comércio externo pois estes se apresentam como espaços de acumulação de capital.

Singer nos lembra que esta foi a perspectiva aplicada em países como Cuba (até 1959) e Venezuela (década de 60). Todavia, como nos mostra o autor, “esses países continuaram apresentando todas as características que se associam ao subdesenvolvimento: baixos níveis de produtividade (exceto no setor de exportação), baixo nível de vida da grande maioria da população, elevados índices de mortalidade, de analfabetismo etc...”(Singer, 1982:25).

O que a história comprovou é que a ampliação da oferta de capital não afetou a totalidade da população justamente porque também não afetou a totalidade da economia reforçando assim o processo de subdesenvolvimento, fator este que demonstra a possibilidade e a compatibilidade de co-existência entre crescimento econômico e subdesenvolvimento. Não haveria aqui uma semelhança com a história do desenvolvimento do Brasil?

A segunda corrente por sua vez parte do princípio de que é necessário observar que a diferença entre desenvolvimento e crescimento reside no fato de que o crescimento deve ser entendido como um processo de expansão quantitativa, enquanto o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevalentes.

Apoiados numa perspectiva estruturalista, os autores dessa corrente, vão entender que ao fenômeno do desenvolvimento (e do subdesenvolvimento também) não se chega a partir de uma única variável, no caso da primeira corrente, o acréscimo de capital, mas sim observando a realidade econômica de forma sistêmica de maneira a identificar as diversas conexões existentes entre as diferentes dimensões da sociedade (educação, saúde, etc...).

Singer (1982), seguindo essa ótica, observa que é necessário perceber tanto o desenvolvimento quanto o funcionamento de uma economia como elementos históricos que estão guiados pelos elementos da realidade objetiva de um determinado país, região ou localidade.

No entanto, diferente do debate que se travou nas décadas de 60 e 70, o atual cenário das reflexões acerca do desenvolvimento, apesar de ainda oscilar entre o conflito

desenvolvimento versus crescimento, adiciona ao vocabulário dos discursos e das práticas vários adjetivos, sendo consolidado na década de 90 o termo *desenvolvimento integrado*, numa explícita reação ao modelo de desenvolvimento vinculado unicamente ao aspecto econômico hegemônico nas décadas anteriores, procurando integrar a prudência ecológica, a eficiência econômica e a justiça social (Fischer, 2002).

É em meio ao fortalecimento da idéia de um desenvolvimento integrado que teremos a focalização no espaço local como lócus concreto desse desenvolvimento. Essa focalização surge a partir do avanço do processo de empoderamento das cidades, fenômeno que pode ser observado sobretudo a partir das políticas de descentralização que afetam de maneira mais incisiva as políticas públicas, mas que também aos poucos tem se concretizado em espaços estratégicos para a tomada de importantes decisões para governos estaduais, sob experiências de cunho participativo, como as do orçamento participativo.

A noção de local nos sugere duas idéias que podem ser complementares e também antagônicas de acordo com o sentido que aceitarmos. Segundo Fischer (1993), quando nos referenciamos ao local na sua acepção de âmbito espacial delimitado, poderemos entendê-lo como base, território, microrregião. Por outro lado, o local também pode ser tomado como espaço abstrato onde as relações sociais se estabelecem. Neste sentido, diferente da primeira percepção, que poderíamos dizer que se apresenta com uma certa inércia, esta segunda idéia acerca do local nos mostra um movimento que se revela na dinâmica da relação entre os grupos sociais e indivíduos em torno da busca de interesses comuns.

Em meio ao debate acerca do local, a categoria território ganha novo significado com as obras de Milton Santos, sendo utilizada inclusive enquanto categoria de análise para o desenvolvimento: “[Q]uando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”(Santos e Silveira, 2001 apud Fischer, 2002:14-15).

Neste sentido, o desenvolvimento local compreende processos compartilhados e resultados atingidos; visões de futuro ou utopias construídas por coletivos organizacionais e ações concretas de mudança. Alerta Fischer (2002) que nesta linha, há dois sentidos e significados para o desenvolvimento: um primeiro sentido que se orienta para a

competição e outro sentido que se orienta para a cooperação.

Na primeira perspectiva a ênfase no econômico ganha destaque apesar de se fundar num discurso integrante que agrega as diversas dimensões não se resumindo à dimensão econômica.

O desenvolvimento local integrado e sustentável, nesta ótica, vai se concretizar nos agentes inter-relacionados, também conhecidos como: *clusters*, *industrial governance*, sistemas locais, etc. Ainda vinculado a essa perspectiva está o conceito de *trama produtiva* o qual pressupõe os seguintes componentes:

- Recursos humanos qualificados;
- Relações econômicas entre produtores e clientes;
- Circulação de informações entre agentes, instituições e indivíduos;
- Existência de uma estrutura institucional desenvolvida;
- Construção de uma identidade sócio cultural facilitadora da confiança.

Seguindo Llorens (2001) podemos perceber que os componentes principais do desenvolvimento local podem ser resumidos em:

- Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, impulsionando-se iniciativas de desenvolvimento local e geração de emprego e renda para enfrentar pobreza e marginalização;
- Criação de entornos institucionais econômicos, sociais, políticos e culturais para impulsionar o desenvolvimento do potencial local, compreendendo difusão de inovações;
- Reorganização das bases empresariais e implantação de infra-estruturas básicas; capacitação de recursos humanos e criação de sistemas de informações locais.

A segunda perspectiva, que Fischer (2002) denomina de *desenvolvimento solidário ou alternativo*, o foco principal está na busca da inclusão plena dos setores marginalizados sem que isso signifique rejeição ao desenvolvimento econômico, mas procurando dar ao mesmo os limites das relações não-econômicas, privilegiando os aspectos da qualidade de vida e da cidadania.

Ao focalizar o aspecto local, essa perspectiva procura salientar as formas de

produção não-capitalistas reforçando estratégias econômica autônomas.

Todavia, o processo de difusão que fez do desenvolvimento local quase que um paradigma do desenvolvimento, apresenta problemas de ordem estrutural. O primeiro deles está vinculado ao desgaste conceitual, fruto do modismo e das retóricas gerenciais gerando uma espécie de esvaziamento conceitual. Ao mesmo tempo os métodos participativos que vêm sendo experimentados por diferentes iniciativas, tem acumulado também um desgaste concretizado no que se pode chamar de “consensos vazios”.

Os limites objetivos da realidade política e econômica também têm demonstrado que a aplicação dessa modalidade de desenvolvimento requer um suporte estrutural para que a mesma não seja refém das variações de poder dos interesses particulares de grupos, nem naufrague por falta de uma política econômica que pautem em sua agenda atividades/ações que articulem desde políticas de crédito até a comercialização no sentido do fortalecimento dessa perspectiva de desenvolvimento.

Em que pese às limitações citadas, observamos um grande potencial no desenvolvimento local enquanto real possibilidade de desencadeamento de um processo de desenvolvimento econômico. Neste sentido, dois consensos vêm se formando: o primeiro está relacionado à observação de que o desenvolvimento não pode se resumir ao crescimento econômico, apesar de o mesmo ter grande importância, pois envolve fatores sociais, culturais e políticos; o segundo, diretamente vinculado ao primeiro, está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento local traz na sua estrutura uma perspectiva de integração de diferentes atores (trabalhadores, governo, empresários, ONGs, etc.).

É baseados nos consensos que acima mencionamos que entendemos a economia solidária, como uma estratégia de desenvolvimento local.

A economia solidária hoje agrega um complexo de experiências que estão sob diferentes denominações (sócio-economia solidária, economia dos setores populares, economia popular, economia social, etc.). Segundo Singer (2003) a economia solidária “se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com

ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”. (Singer 2003:116).

Seguindo a perspectiva de se pensar a economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento local, poderíamos dizer que um aspecto se apresenta não só como estratégico, mas também como eixo de consolidação de uma perspectiva integrada de desenvolvimento a saber: o capital social.

Capital Social

O debate acerca da temática capital social não é novo, apesar de hoje se apresentar numa roupagem de extrema contemporaneidade. Já em 1916, Lyda Hanifan definia Capital Social como sendo “o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família; Hanifan parte da idéia de que as redes sociais podem ter valor econômico” (Hanifan 1986 *apud* Milani, 2002:13).

Nos EUA, demarcados pela influência tocquevilliana, os estudos sobre capital social vão se referenciar na relação de compromisso cívico na consolidação da democracia liberal, observando-se o capital social como resultado da combinação existente entre compromisso cívico, comunidades e liberdade individual.

É na França no entanto, com os estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, que o termo capital social ganha um novo significado ao ser relacionado aos benefícios individuais e de classe, fruto das relações pessoais e dos valores socialmente compartilhados.

Baquero (2003a), mesmo percebendo a polissemia inerente ao conceito de capital social, observa que o mesmo envolve dois componentes que agem de forma integrada: o estrutural e o cognitivo

“O componente estrutural diz respeito à composição e às práticas das instituições locais, tanto formais quanto informais, que viabilizam o desenvolvimento local. A estrutura é construída por redes horizontais que geram um processo de tomada de decisões por parte da coletividade, onde a

confiança mútua é fundamental (...) o componente cognitivo diz respeito a valores, crenças, atitudes, normas sociais e comportamentos que se observam dentro das comunidades, tais como confiança interpessoal, solidariedade e reciprocidade.” (Baquero, 2003a:30).

Na busca de elaborar uma síntese das abordagens sobre capital social, Milani (2002) elaborou o quadro abaixo:

Quadro 1 : Síntese de algumas definições de Capital Social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados
James Coleman	O Capital Social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (entity), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (social exchanges) sociais seriam o somatório de interações individuais	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.

Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A ‘performance institucional’ está condicionada pela comunidade cívica.	Individuais e coletivos
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (embeddedness). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos	Duração das relações (consideradas positivas e simétricas). Intimidade. Intensidade emocional. Serviços recíprocos prestados.	Granovetter critica as duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de sub-socializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectados das relações sociais; e a estruturalistas e marxista, que ele qualifica de super-socializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.	O capital social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

John Durton	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.	Confiança. Reciprocidade. Cooperação	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital).
David Robinson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns	Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigações recíprocas. Acesso ao conhecimento.	O capital social é cumulativo e pode aumentar em função de: ambiente legal e político, termos do compromisso (quais são os valores que dominam no sistema social?), regras do compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações), processos de interação (deliberação)	Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação).

Fonte: Milani (2002)

Em que pese a essa diversidade de perspectivas acerca da definição do que seja

capital social, poderemos observar um consenso no sentido de se perceber, como elemento estruturante do conceito, a dimensão da relação social. O capital social, diferente de outras formas de capital, reside nas relações e não nos indivíduos isolados, como por exemplo é o caso do capital humano, o qual faz referência ao estoque de habilidades que um indivíduo possui. Tal como observa Baquero (2003), o capital social se constitui em coletividades institucionalizadas como: universidades, corporações, governo, associações informais de pessoas, etc.

Seguindo um raciocínio muito próximo, Flores e Rello (2001), ao construir uma definição para capital social comunitário rural, afirmam ser o mesmo a capacidade de atuar num coletivo, buscando a realização de metas e benefícios definidos em comum.

Duas dimensões no processo de construção dessas relações que apontam para uma ação coletiva aparecem com grande importância: a confiança e o sentimento de pertença.

A confiança tem se mostrado como fator fundamental para se gerar o elo de ligação entre os indivíduos, possibilitando assim o surgimento de capital social. Vale ressaltar no entanto que o que origina uma relação de confiança entre indivíduos muitas vezes escapa ao modelo estipulado pela razão utilitarista, imposto pelo cotidiano das relações capitalista, ou como diria Marcel Mauss, não são necessariamente os parâmetros do mercado ou do contrato que impulsionam estes laços sociais baseados na confiança. Assim, nos aproximando da perspectiva do paradigma do dom, observamos que nas relações de confiança, assim como “na ação social, certamente entra o cálculo e interesse, material ou imaterial, mas não há somente isso: encontra-se também obrigação, espontaneidade, amizade e solidariedade, em suma, dom”. (Caillé, 2002:15).

Todavia, uma questão ainda paira no ar: como um processo de confiança mútua e generalizada pode surgir?

Baquero (2003a), ao responder essa questão, identifica três vertentes que apontam para três formulações abaixo descritas:

- “a) a atividade voluntária se constitui no mecanismo essencial para sustentar a confiança generalizada;
- b) a confiança surge como resposta a experiências pessoais e com instituições

fora do universo daquelas pequenas associações das quais um indivíduo é filiado;

c) há um leque de instituições que promovem o capital social além das associações voluntárias, tais como: a família, as escolas, os meios de comunicação.” (Baquero, 2003a:31)

No entanto, confiar nos outros, na comunidade, não é o bastante para construção de uma unidade, é necessário o desenvolvimento do sentimento de pertença. É este sentimento que constrói identidade e possibilita, a partir das relações de confiança, fortalecer o tecido social na busca de soluções coletivas.

Questões como sentimento de pertença e identidade têm sido alvo de reflexões de muitas áreas do pensamento social contemporâneo, sobretudo, a partir da oposição entre as perspectivas essencialistas e construtivistas. Para a primeira as identidades se mostram como elementos estáticos, limitados e delineados por condicionantes biológicos e geográficos, revelando assim uma dimensão reificada no processo de integração social. Por outro lado, a perspectiva construtivista, sem desconsiderar elementos da realidade objetiva como são os fatores geográficos e biológicos, parte da premissa de que as identidades se encontram em movimento, em construção, “um constante ‘estar sendo’, embora se represente com aparência de ‘ser’”. (Jaccques, 2002:161).

Tomando como eixo a perspectiva construtivista, poderemos vislumbrar a possibilidade de, num processo de desenvolvimento do capital social, ou seja, na busca pela configuração de relações em rede, estimular o surgimento de novas identidades coletivas que possam, de forma integrada, responder aos desafios das diversas identidades hoje postas na sociedade, sobretudo para os setores mais desafortunados.

As similitudes e complementaridades...

Retomando o conceito de economia solidária, elaborado por Singer (2003), que aponta para práticas de autogestão e de solidariedade para com a população trabalhadora, poderemos identificar uma intrínseca relação com o processo de desenvolvimento de

capital social. Tanto na economia solidária quanto nas abordagens acerca do capital social, o aspecto das relações com vistas ao desenvolvimento da coletividade se apresenta como determinante.

Neste sentido como bem nos lembra Singer (2002), “...se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico (...) ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista.” E continua:

“Há, no entanto uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebido para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor” (SINGER, 2002: 114).

Ser uma alternativa superior remete a economia solidária à tarefa de repensar as relações estabelecidas entre os indivíduos, suscitadas a partir do aspecto econômico, mas que não se resumem unicamente a ele. Envolve um processo de mudança no âmbito das relações locais apontando para novas configurações dos territórios, sendo o mesmo entendido a partir das formulações de Milton Santos.

“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os

quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda”. (Santos 2000: 96-97)

Concluimos assim que há na tríade Capital Social – Economia Solidária – Desenvolvimento Local uma complexa relação revelando potencialidades para a concretização de um círculo virtuoso, no qual o investimento em capital social gera as condições para o desencadeamento de ações no campo da economia solidária que por sua vez impulsionam o desenvolvimento local, fator que corrobora para um aprimoramento e expansão do capital social existente, retomando assim novamente todo o círculo.

Referências

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. *Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucro-alcooleira de Alagoana*. Série Apontamentos Nº 42, Maceió:EDUFAL, 2001.

BAQUERO, Marcello. Capital Social. In: CATTANI, Antônio D.(org) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*, 21, nov., 2003b. pp.83-108.

FISCHER, Tânia. *Poderes Locais, Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1993.

FISCHER, Tânia. Poderes Locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FLORES, Margarita e RELLO, Fernando. *Capital Social: virtudes y limitaciones*. Comunicação apresentada na reunião anual da Latin American Studies Association – LASA2001. Washington DC, 2001.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade e Trabalho. In: CATTANI, Antônio D. (org) *Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4 ed. Ver. Ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

LLORENS, Francisco.A. *Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas* (Bahia, Brasil). Salvador: mimeo, 2002.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio D.(org) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

EMPODERAMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO¹

Adele Oliveri²

Quero agradecer à Z Magazine e aos organizadores do *Life After Capitalism* por me darem a oportunidade de participar deste evento incrível. Espero que o que vou dizer provoque um debate interessante sobre a vida do trabalho numa sociedade poscapitalista.

À luz dos debates que ocorreram nestes últimos dias vou pressupor que a maioria de vocês estejam aqui porque simplesmente detestam o que o capitalismo tem a nos oferecer – e confiem em que existam alternativas melhores para um mundo mais humano. Logo não gastarei tempo dizendo o que é de que não gostamos a respeito do sistema econômico e político atual, a não ser, claro, que isto me seja útil ao longo desta palestra para melhor focalizar as vantagens da alternativa que vou colocar.

Sem mais delongas, me permitam que estruture minha palestra fazendo duas perguntas fundamentais: “o que é que nós queremos?” e “como vamos obtê-lo?” Assim, minha palestra hoje tratará fundamentalmente da visão – isto é, como queremos que o trabalho seja numa sociedade poscapitalista – e da estratégia e táticas necessárias para transformar essa visão em prática.

Quando digo “o que é que nós queremos?” espero que concordemos todos que o que temos em mente seja um mundo livre de todo sofrimento e violência desnecessários, uma nova sociedade baseada numa cooperação eqüitativa, onde as diversidades inatas e derivadas das pessoas sejam respeitadas e bem apreciadas, onde todos participem das decisões que afetem suas próprias vidas, onde todos tenham controle sobre sua própria vida

¹ Tradução da palestra “Empowering for participation through work” apresentada no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2003, por José Brendan Macdonald, INCUBES, UFPB, João Pessoa

² Mestra em economia pela London School of Economics. Militante popular, junta com outros divulga a versão italiana do site norteamericano Znet cujo endereço é www.zmag.org/weluser.htm. O endereço dela é melippa@gmx.net.

econômica sem a exploração de uns grupos por outros. Contudo não basta dizer quais são nossos valores, comunicá-los, compartilhá-los com os outros. Precisamos também ter a certeza de organizar os mecanismos apropriados que cultivarão estes valores de modo durável. Primeiro, é bastante provável que aqueles que não concordarem tudo farão ao seu dispor para obstruir – sem dizer reprimir – quaisquer tentativas de criar uma sociedade fundamentada nesses valores. E isto já está acontecendo. Segundo, mesmo no cenário mais otimista onde todos se dediquem a esses valores, ainda precisaríamos superar décadas de prenoções e comportamentos induzidos pelo capitalismo. A menos que mudemos os mecanismos decisórios básicos, os mecanismos econômicos básicos, os mecanismos políticos, qualquer reforma parcial que nos leve mais adiante na nossa luta provavelmente terá vida curta.

Assim, ter uma visão – uma visão econômica neste caso particular (se bem que o mesmo vale em outras ramificações da vida humana como o parentesco, a cultura, a política, etc.) – não é apenas termos claro nas nossas mentes o que sejam nossos valores mas também entendermos o que é que precisamos para ter a certeza de que esses valores norteiem e informem nossos atos. Em uma palavra, precisamos de INSTITUIÇÕES que cultivem esses valores. O que realmente tenho em mente são “instituições sociais”, isto é, nas palavras de Robin Hahnel, “conglomerados de papeis interrelacionados....que estabeleçam os padrões de expectativas dentro dos quais as atividades humanas têm que ocorrer.” Quero esclarecer isso. Qualquer atividade humana exige algum tipo de interrelação direta ou indireta entre seres humanos. O que fazem as instituições sociais é simplesmente definir quais os papeis das pessoas nessas interrelações e como as pessoas devem comportar-se ao cumprirem esses papeis. Assim, as famílias, as unidades de trabalho, as escolas, as paróquias, os centros sociais, as assembléias, os parlamentos, etc. são todas instituições sociais. O fato de não gostarmos de algumas ou de todas nossas instituições atuais não significa necessariamente que as instituições por si sejam “más.” A nós cabe criar instituições que sirvam nossos valores e promovam de modo durável o tipo de relações humanas e sociais que gostaríamos fossem realizadas.

Assim, aquilo que discutirei com vocês hoje, na primeira parte de minha apresentação, não será apenas que tipo de valores espero seja realizado numa sociedade

poscapitalista mas também de que espécie de instituições precisaremos para promover esses valores. Claro, já que este é um debate sobre o “trabalho” vou focalizar algumas instituições muito específicas, a saber unidades de trabalho – e em particular tentarei propor uma visão sobre qual o tipo de divisão de trabalho, ou organização do trabalho, que é mais compatível com nossos valores mais caros. Levando em mente esses valores, comecemos a pensar como podemos organizar nosso mundo do trabalho de acordo com tudo isso.

Ora, mesmo numa sociedade nova precisaríamos, é claro, que ocorresse alguma atividade produtiva para suprir os bens e serviços precisos para realizar nossas necessidades e promover nosso bem-estar. Portanto ainda haverá as fábricas, escritórios, lojas, hospitais, escolas, etc. e ainda haverá tarefas a completar dentro de cada uma destas unidades de trabalho. Contudo, se realmente quisermos realizar a solidariedade, a autogestão, a equidade e a diversidade, precisaremos organizar o trabalho dentro das unidades de trabalho (e mesmo entre as unidades de trabalho) para promover esses valores.

A divisão do trabalho geralmente lembra a eficiência econômica, isto é, a capacidade de fazer com que as coisas sejam feitas sem desperdício desnecessário de recursos escassos. Porém, o modo de organizar o trabalho nos afeta diretamente em dois outros níveis pelo menos: a nível individual e a nível societário genericamente.

Começemos com o indivíduo – evidentemente, dado o montante ponderável do tempo da nossa vida dedicado ao trabalho, isso afeta não apenas nossa qualidade de vida em termos de satisfação pelo trabalho, realização, felicidade, recompensas materiais, etc., mas também as capacidades e características sociais que desenvolvemos. Não é preciso pensar muito para percebermos que somos profundamente influenciados pelo trabalho que fazemos. As pessoas envolvidas em um trabalho criativo e que empodera, em tomadas de decisões muito provavelmente se sentem confiantes, ativas, categóricas, podem avaliar alternativas e tomar decisões complexas. Por outro lado, as pessoas envolvidas em trabalhos repetitivos, humildes, obedientes, muito provavelmente se sentirão desempoderadas, passivas, não confiarão nas suas capacidades, não poderão exercitar suas capacidades intelectuais e criativas a tal ponto que ficarão anestesiadas. Assim, para resumir isso numa palavra: somos o que trabalhamos, até certo ponto.

A divisão do trabalho afeta não só o indivíduo mas também a maneira como os

indivíduos interagem e a estrutura da sociedade. A divisão do trabalho determina não apenas quem faz o que mas também como as decisões econômicas são tomadas como também a habilidade efetiva das pessoas na participação na tomada de decisões econômicas. Esta também é uma questão muito óbvia, mas ela não raro não é considerada. Se o trabalho é dividido de tal maneira que um pequeno grupo toma todas as decisões e decide como conduzir a atividade econômica ao passo que a grande maioria é obrigada a cumprir ordens e fazer todo o trabalho rotineiro e monótono, então o primeiro terá claramente todos os incentivos para arquitetar mecanismos para preservar seus privilégios: esse grupo atribuirá para si quinhões cada vez maiores do bolo econômico, guardará para si todas as tarefas que dêem um empoderamento e sensação de realização e tudo fará a seu alcance para garantir que os de baixo não possam reivindicar um quinhão justo de recompensas materiais e participação. Isso inevitavelmente cria cisões entre esses dois grupos, e as divisões de classe emergem. Assim, a divisão do trabalho, junto com a propriedade de capital produtivo e outros fatores, é um dos principais fatores determinantes de divisões e relações de classe.

Levando em consideração estes dois pontos, afirmo que se quisermos promover a solidariedade, a autogestão, a participação, a equidade e a diversidade, precisaremos eliminar a divisão do trabalho tal qual a conhecemos, a saber a divisão de trabalho hierárquica e corporativista e precisaremos substituí-la por aquilo que os partidários da economia participante chamam de “complexos de tarefas equilibrados.”³

Na divisão de trabalho das grandes corporações capitalistas as tarefas são divididas em funções (composta cada uma delas de um conjunto de tarefas relativamente homogêneas) que podem ser graduados hierarquicamente em termos de empoderamento e

³ Segundo Michael Albert e Robin Hahnel no seu livro *Looking forward – Participatory economics for the twenty first century*, p. 152, South End Press, Cambridge, EUA, assim se caracteriza um complexo de tarefas [*job complex*]: “conjunto de tarefas abrangendo as funções de trabalho de um indivíduo. Todas as economias têm complexos de tarefas, que podem ser desequilibrados quanto à desejabilidade e empoderamento, como no capitalismo e no coordenadorismo [economia de tipo soviético] ou equilibrados como na economia participante.” Eles caracterizam especificamente um complexo de tarefas equilibrado [*balanced job complex*]: “Um conjunto de tarefas dentro de uma unidade de trabalho que nos seus ônus e benefícios e no seu impacto sobre a habilidade do trabalhador de participar nas decisões é comparável com todos os outros complexos de tarefas nesse mesmo complexo de trabalho. Os trabalhadores têm uma responsabilidade para um complexo de tarefas na sua unidade de trabalho principal e não raro para tarefas adicionais fora para equilibrar suas responsabilidades de trabalho gerais com as de outros trabalhadores na sociedade.” (p. 151 da obra citada) – NOTA DO TRADUTOR

qualidade de vida. Assim, temos garis, faxineiros, professores, burocratas, médicos, pintores, *webmasters*, contadores, gerentes, presidentes de empresa, etc. Com certeza umas tarefas terão aspectos mais desejáveis do que outras e permitirão que umas pessoas cultivem capacidades maiores e mais variadas do que outras. Algumas tarefas são rotineiras, obedientes, monótonas e alienantes. Outras promovem o empoderamento, dão sensações de realização, criatividade e variedade. Por que umas pessoas devem agüentar condições de trabalho estressantes, fazer serviços perigosos e mal remunerados ao passo que outras devem passar o dia inteiro sentadas em salas com ar condicionado, desfrutar viagens áreas de primeira classe e viagens em carros da empresa e tomar decisões que afetam não só a elas próprias senão também a outras pessoas? Com certeza a divisão de trabalho das corporações é reprovada no teste da equidade. Se estamos preocupados com a criação de uma sociedade equitativa, ou devemos eliminar a divisão do trabalho das corporações ou então compensar aqueles que estão executando as tarefas mais perigosas e onerosas remunerando-os melhor do que aqueles que gozam de condições de trabalho de melhor qualidade.

Mas a equidade é apenas um dos valores que gostaríamos de ver realizados numa sociedade poscapitalista. Que tal a participação e autogestão? Suponhamos que decidamos resolver o problema da equidade através da retenção de uma divisão de trabalho das corporações e compensem materialmente aqueles que aturam condições de trabalho mortificantes e fazem sacrifícios maiores. Suponhamos também que a todos demos a oportunidade de participar em pé de igualdade na tomada de decisões econômicas a fim de alcançarmos a autogestão. Isso funcionaria? Pensemos nisso. Imaginemos que estabeleçamos conselhos de trabalhadores de uma pessoa um voto numa fábrica de automóveis e demos a todos a oportunidade de participar. Imaginemos que ainda retenhamos a divisão de trabalho das corporações – com burocratas, trabalhadores de linha de assembléia, garis, engenheiros, gerentes de produção, contadores, etc. Será que todos poderiam participar em pé de igualdade? Se passo toda a minha vida profissional na linha de assembléia trabalhando com caixas de marcha, sem a oportunidade de exercitar ou desenvolver minhas outras capacidades, sem a oportunidade de acessar relevantes informações sobre o conjunto do negócio, com certeza não poderei participar de processos

decisórios em pé de igualdade com alguém que passa sua vida profissional participando do planejamento estratégico, avaliações de investimentos, vendas e marketing, contabilidade, etc. Talvez nem possa expor meu ponto de vista com argumentos, não possa apoiar minhas opiniões com dados relevantes e até me sinta intimidada de fazer qualquer intervenção. O resultado de tudo isso é bastante claro: as decisões finais refletiriam em última análise as opiniões e motivações daqueles que gozam de empoderamento em razão das funções que desempenham na unidade de trabalho; e como esses trabalhadores costumam “reger” o processo de tomadas de decisão, eles podem até mesmo decidir eliminar a participação totalmente. Afinal de contas, para que nos preocuparmos com reuniões de conselho democráticas, participantes, se as decisões finais refletem nosso ponto de vista de qualquer maneira. Por que não organizaríamos apenas mais reuniões exclusivas como as reuniões dos conselhos de sempre? Assim, em pouco tempo todo o sistema baquearia e estaríamos de volta à estaca zero. E sabemos o que significa isso: exploração, divisões em classes (coordenadores⁴ e planejadores versus trabalhadores) e conflitos, frustrações, alienação, e assim por diante.

Portanto a divisão do trabalho das corporações é reprovada tanto pelo teste de equidade como também pelo teste de autogestão e participação. Se levamos a sério a igualdade de oportunidades, a qualidade de vida e participação, se cremos que todos deveriam controlar sua vida econômica, se queremos alcançar uma verdadeira sociedade sem classes, então não podemos apoiar a divisão do trabalho tipo corporações numa sociedade poscapitalista. Aquilo de que precisamos ao invés disso é uma divisão de trabalho tal que as tarefas da economia tenham um empoderamento e impacto comparáveis de desejabilidade sobre a vida das pessoas. Se devemos todos participar, então devemos todos ter as habilidades e motivações para participar. E já que “somos o que trabalhamos” (até certo ponto), então é de capital importância que, não importa que tarefa eu resolver assumir, essa tarefa me muna das habilidades e confiança para que eu desempenhe um papel ativo nas tomadas de decisão.

É exatamente isso o que fazem os complexos de tarefas equilibrados. Com os complexos de tarefas equilibrados as tarefas são divididas de forma tal que todos

⁴ Os coordenadores aqui são os tecnoburocratas que, numa economia do tipo soviético no século XX tinham o papel que correspondia ao dos capitalistas nas economias capitalistas. NOTA DO TRADUTOR

compartilhem com justiça o trabalho oneroso e desagradável e todos também compartilhem com justiça o trabalho empoderante e edificante de tal maneira que todos desfrutemos dos mesmos empoderamento e qualidade de vida medianos. Assim, já não haverá secretárias e presidentes de empresas, faxineiros e contadores, enfermeiras e médicos, engenheiros e trabalhadores de linha de assembléia, mas todos teríamos um misto de tarefas, umas edificantes e outras monótonas, umas de concepção e outras manuais, cada uma de acordo com nossas preferências e habilidades, mas de tal modo que todos tenhamos empoderamento igual para participar nas tomadas de decisão.

Notem que não estamos insinuando que todos devam desempenhar cada tarefa na unidade de trabalho. Isso não é exequível, não é desejável, já que desvirtuaria atenções e fazer eventualmente com que não conseguíssemos realizar nosso trabalho. Tampouco estamos insinuando que devamos eliminar a especialização. Habilidades e conhecimentos especiais como, por exemplo, programações avançadas de computação, química orgânica, econometria, etc. ainda serão necessários, e as pessoas se sentirão encorajadas a perseguir seus interesses e especializar-se nas áreas onde são boas. Mas o conhecimento de programações de computadores ou a capacidade de fazer *designs* de foguetes não sugerirá que eu vá passar toda minha vida útil fazendo apenas isso ou que eu possa monopolizar o processo de tomada de decisões. Em vez de eu ser um cientista da computação e você ser uma secretária, eu poderei cuidar de minha correspondência e telefonemas durante uma parte do tempo ao passo que você poderá gastar uma parte de seu tempo fazendo *marketing* ou *web design* ou então tratar de vendas e relações com os clientes ou qualquer outra tarefa que você achar interessante, útil e compatível com seus talentos. Claro, o efeito do empoderamento de nosso complexo de tarefas será o mesmo para os dois para que, quando nos sentarmos no conselho dos trabalhadores, ambos possamos expressar nosso pontos de vista, avaliar alternativas e contribuir efetivamente para o processo de tomadas de decisão.

Reiterando: precisamos criar complexos de tarefas equilibrados dentro da unidade de trabalho. Quem faz isso? Já que se trata de uma decisão que afeta a unidade de trabalho inteira, ela será tomada por um conselho de trabalhadores que representará toda a unidade de trabalho, e será preciso garantir que todos os pontos de vista sejam representados corretamente. Como será feito isso? Não há regra determinada para isso – depende do

campo de atividades específico. Assim, é provável que uma escola crie complexos de tarefas equilibrados diferentemente de um hospital ou uma academia de ginástica. Uma maneira de agir seria fazer uma lista de todas as tarefas que precisam ser feitas numa unidade de trabalho e classificá-las de acordo com sua desejabilidade e seu efeito de empoderamento. Em seguida combinamos essas tarefas em complexos de tarefas de tal modo que todas elas tenham o mesmo empoderamento e impacto sobre a qualidade de vida, o que deve se igualar à média para essa unidade de trabalho. Alguns complexos de tarefas podem ser feitos de tarefas que são todas medianas em termos de desejabilidade e empoderamento; outros podem ser feitos de tarefas que são em larga medida diferentes a esse respeito contanto que a combinação deles seja igual à média para a unidade de trabalho.

Acontece que nem todas as unidades de trabalho são iguais em termos de uma qualidade de vida e um empoderamento medianos. Trabalhar numa mina de carvão é provavelmente menos desejável e empoderante do que trabalhar no departamento de uma universidade ou numa casa de modas. Aquelas indústrias com a maioria dos complexos de tarefas empoderantes permitiriam que seus trabalhadores desenvolvessem habilidades superiores de autogestão e tomadas de decisão. Assim, as divisões e os conflitos entre as classes, que tentamos expulsar pela porta da frente (estabelecendo complexos de tarefas equilibrados dentro da unidade de trabalho) chegariam de volta pela porta dos fundos. Já que começamos dizendo que nosso propósito é alcançar uma participação e autogestão verdadeira e superar as divisões de classe, então devemos equilibrar complexos de tarefas não apenas dentro das unidades de trabalho mas também entre as unidades de trabalho para que cada complexo de tarefas da economia seja igualmente empoderante e desejável; ou, noutras palavras, para que alcancemos empoderamento e qualidade de vida para todos os trabalhadores, não importa em que atividades se envolvam.

Como fazemos isso? Simplesmente observando que aqueles que têm um complexo de tarefas que é mais empoderante e desejável que o mediano da economia passam uma parte de seus dias úteis numa unidade de trabalho com complexos de tarefas que estão abaixo da média. Assim, se eu trabalhasse numa casa de modas (onde, como uma parte de meu complexo de tarefas eu passasse meu tempo fazendo ora tarefas monótonas, ora

tarefas criativas) e ser estilista é mais desejável e empoderante do que a média, eu poderia passar uma parte de meus dias úteis dando assistência aos idosos de um asilo, atendendo telefonemas na minha biblioteca local ou fazendo parte de equipes de garis no meu bairro, e assim por diante.

Antes de entrar na questão da estratégia, gostaria de esclarecer alguns pontos. Primeiro, por mais atraentes que sejam os complexos de tarefas, eles são apenas uma de várias instituições que podemos colocar num mundo poscapitalista. Notem que nada falei sobre a remuneração, a alocação de recursos, planejamento, consumo, etc. – isto é, todas as outras atividades que caracterizam a vida econômica, e isso por duas razões. Uma, não fazem parte do enfoque deste bloco deste evento. A outra, o tempo de que dispomos é pouco e falar em muitas coisas ao mesmo tempo provavelmente confundiria as pessoas. Mas por favor levem em conta que os complexos de tarefas equilibrados fazem parte de um conjunto mais amplo de instituições econômicas que compõem uma visão econômica que promove a equidade, solidariedade, diversidade e autogestão.

Segundo, uma palavra de cautela. As atividades humanas não são nada matemáticas. O equilíbrio dos complexos de tarefas é um processo contínuo e que exige melhoras sucessivas já que as pessoas trocam de tarefas e são introduzidas inovações que modificam as condições de trabalho em determinadas unidades de trabalho e indústrias. Isso não difere muito do que já acontece em unidades de trabalho tradicionais, onde as responsabilidades e as tarefas são constantemente reconsideradas e redistribuídas. A diferença fundamental, claro, é que os complexos de tarefas equilibrados permitem um empoderamento e qualidade de vida comparáveis para todos ao passo que tal não ocorre com a divisão do trabalho de hoje – os complexos de tarefas equilibrados são estabelecidos democraticamente e de uma maneira participante ao passo que a divisão de trabalho pelas corporações é um processo vertical e autocrático.

Terceiro, não devemos ter a esperança de equilibrar os complexos de tarefas em mais de uma hora ou mesmo um dia – mas com certeza podemos visar conseguir equilibrar os complexos de tarefas dentro de um tempo maior, arquitetando turnos e tarefas de tal modo que consigamos conciliar a necessidade da especialização com a necessidade de garantir a

todos empoderamento e experiências de qualidade de vida comparáveis. Naturalmente o prazo de tempo relevante depende de cada unidade de trabalho e as preferências de seus trabalhadores.

Quarto e último ponto, uma palavra sobre a eficiência. Muita gente, ao se deparar com os complexos de tarefas equilibrados, reage dizendo que essa solução é ineficiente porque desperdiça a capacidade e habilidades – se alguém tem talento para engenharia avançada, fazer com que ele ou ela atenda telefonemas ou trabalhe com fichários é desperdiçar seus talentos ou é prejudicial para o bem-estar da sociedade. Aqui surgem três questões. Primeiro, como eu já disse acima, não estamos frisando que as pessoas não devam especializar-se em qualquer coisa para a qual têm talento. Estamos apenas dizendo que todos devem ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades e capacidades, e a única maneira de fazer isso é assegurar que todos tenham a oportunidade de desempenhar trabalhos empoderantes e criativos. Para toda a “eficiência” que perdemos por insistirmos que um alto gerente providencie seus próprios horários para viajar, ganhamos eficiência liberando muito potencial e habilidades entre aquelas pessoas da economia cujas habilidades foram frustradas anteriormente por trabalho enfadonho e mortificante. Além do mais, na medida em que os trabalhadores controlarem efetivamente a sua própria vida econômica, eles mais provavelmente serão motivados nas suas tarefas e portanto mais produtivos do que no sistema atual. Segundo, mesmo que perdêssemos parte da eficiência ou do produto social no processo, ganharíamos em termos de uma qualidade de vida melhorada para todos, um controle mais intenso por cada um sobre sua vida de trabalho, uma distribuição de oportunidades mais eqüitativa e conflitos de classe reduzidos. Se incluirmos essas metas na nossa função objetiva, então certamente vemos que os complexos de tarefas equilibrados se tornam a opção eficiente ao passo que a divisão de trabalho tal como nas corporações é ineficiente na medida em que impede que alcancemos essas metas. Finalmente, já que todos agora já cumprem tarefas tanto mortificantes como empoderantes, haverá um incentivo para minimizar o tempo necessário para as tarefas monótonas e enfadonhas, assim favorecendo inovações que aumentem a automação destas tarefas, por exemplo, assim para liberar o tempo para todos os envolvidos. Isto é, os complexos de tarefas equilibrados também são eficientes dentro de uma perspectiva

dinâmica, e assim conduzem para melhoras firmes nas condições da vida útil de todos e para uma maior produtividade ao longo do tempo.

Tendo esboçado nossa visão do “trabalho depois do capitalismo”, nos voltamos agora para a segunda pergunta: “o que podemos fazer para chegar lá?” Certamente, se não temos a sorte de trabalharmos numa unidade de trabalho com complexos de tarefas equilibrados, então devemos direcionar a organização de nossa luta no sentido de pedir e obter melhoras na nossa vida de trabalhador que levem a um empoderamento maior, melhores condições de trabalho e uma justa distribuição de privilégios e responsabilidades. Como trabalhadores temos várias táticas a nosso dispor: uma consciência crescente entre nossos colegas sobre as vantagens dos complexos de tarefas equilibrados; nossa organização para exercer pressões através de lóbis e greves; a organização de conselhos de trabalhadores infra-empresas para acompanhar o vertical processo decisório e a invenção de planos alternativos para nossa unidade de produção; podemos pedir mais treinamento e descrições de empregos mais variadas; pedir acesso a informações “confidenciais” como dados sobre contabilidade e finanças e planos estratégicos para a empresa e promover a discussão e avaliação de tais dados. Se estamos numa posição que permita que estabeleçamos nossa própria atividade econômica, então devemos tentar organizar tarefas em complexos de tarefas equilibrados, encorajando uma ampla participação na tomada de decisões.

Alguns de vocês podem imaginar como pode mesmo ser possível conseguir descrições de empregos mais variadas numa tradicional economia capitalista, sem falar nos complexos de tarefas equilibrados. Porém há muitas unidades de trabalho onde os trabalhadores estão empenhados num conjunto de tarefas que, sem chegarem a ser complexos, realmente oferecem meios para desenvolver uma ampla gama de habilidades. Eu mesma tive a oportunidade de trabalhar durante alguns anos numa pequena consultoria onde havia tentativas de tornar mais participante o negócio sem chegar entretanto a criar complexos de trabalho equilibrados e conselhos democráticos de trabalhadores. Como se tratava de uma empresa incipiente, no começo tínhamos que nos virar sem secretários, departamentos, burocratas, recepcionista, etc. Além de trabalharmos como consultores tínhamos todos uma porção ponderável de tarefas rotineiros a cumprir como responder ao telefone, fichar a correspondência, faturamentos, etc. Ao mesmo tempo éramos todos

encorajados a participar do marketing, recrutamento de pessoal, design do esquema de abonos, gerenciamento de marcas, e as decisões mais importantes sobre a empresa eram tomadas coletivamente como, por exemplo, quando optamos por uma estrutura administrativa que daria aos trabalhadores a real propriedade da empresa. Eu aprendi muito com essa experiência. Não só descobri que havia coisas de que gostava mais do que fazer consultoria, mas também cheguei a adquirir uma visão conjuntural de como funciona uma empresa, o que é necessário para estabelecê-la, que dificuldades você pode encontrar no caminho, etc. E a hierarquia não era tão fixa como nas unidades de trabalho tradicionais, pois não raro algumas pessoas lideravam uns projetos e seguiam a liderança de outras em outros projetos. Infelizmente nunca levamos a experiência tão longe como teria sido possível criando um local de trabalho que fosse realmente participante, onde todos gozásemos de complexos de trabalho equilibrados, onde todos fossemos igualmente empoderados por nossas condições de trabalho. Ao mesmo tempo havia a sensação de que fazíamos consideravelmente bem em comparação com outras unidades de trabalho maiores onde os sócios tinham a última palavra sobre tudo e os executivos eram obrigados a ficar até tarde – ou em todo caso até que o patrão saísse da jornada.

Estou contando esta história para vocês por dois motivos. Primeiro, mesmo dentro do sistema atual, ainda há espaço para pedir, e conseguir, melhoras significativas em descrições de empregos, qualidade de condições de trabalho, maior empoderamento, etc. A consultoria onde eu trabalhava não perdeu para a concorrência do mercado apenas porque tentara envolver os trabalhadores em algum tipo de tomada de decisões (embora não o fizesse completamente). Na realidade, penso que éramos muito mais motivados com nosso trabalho já que contribuíamos diretamente para a definição de como fazer as coisas, quais as tarefas que devíamos assumir, como devíamos alocar o tempo para as diversas tarefas, etc. E o negócio foi beneficiado no seu conjunto graças ao nosso engajamento. Mas esta história nos diz que devemos ter consciência de um perigo potencial ao ganharmos reformas parciais que melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores e o empoderamento. Existe o risco de que acabemos limitando-nos a aceitar o que consigamos, o risco de que, uma vez conseguindo melhores condições de trabalho, nos tornemos menos militantes ao lutar por nossa meta final, a saber, a substituição da divisão de trabalho das corporações

pelos complexos de trabalho equilibrados e da tomada de decisões autoritária pela autogestão e participação. É aqui que a visão se torna importante. Embora seja útil e realmente necessário ganhar reformas parciais para fazer avançar nossa luta, não devemos esquecer que, enquanto os mecanismos básicos do capitalismo se encontram em pé, qualquer vitória nossa provavelmente terá curta vida e poderá ser revertida facilmente.

Além de fazermos ações “externas” para fazer com que as unidades de trabalho se tornem mais participantes e para conseguir complexos de trabalho equilibrados, devemos também empenhar-nos em algumas ações “internas” para organizar nossos movimentos, nossos grupos sociais, nossos sindicatos, nossos conselhos de bairro, nossos grupos de direitos humanos, nossa mídia alternativa de acordo com os princípios dos complexos de tarefas equilibrados e a tomada de decisões participante. Primeiro, nossos pedidos de complexos de trabalho equilibrados, de unidades de trabalho verdadeiramente participantes, provavelmente não vão nos ganhar pontos se nós mesmos não formos coerentes com esses princípios. Não teremos credibilidade a menos que demonstremos que o que queremos não é só desejável mas exeqüível e realmente superior a qualquer outra solução com que possamos estar acostumados.

Ademais, se nossos movimentos quiserem atrair sempre grupos maiores, se eles pretenderem apelar para várias associações, teremos que ter a certeza de que eles sejam verdadeiramente participantes para que os pontos de vista e as preocupações de todos possam ser expressas e levadas em consideração corretamente. Se eu sou metalúrgico que passa sua jornada inteira seguindo ordens e executando tarefas estafantes, por que eu quereria gastar meu tempo livre numa organização que me obrigue a fazer mais tarefas enfadonhas e obedientes? Por que eu gostaria de ir de um patrão para outro? Tanto faria eu ficar em casa e assistir a televisão ou fazer compras ou ir a uma buate ou em todo caso gastar as horas livres que eu tiver decidindo o que eu julgar seja o melhor para mim ao invés de escutar outras pessoas que me dirão o que devo fazer ou morrer de tédio em reuniões intermináveis nas quais não sinto confiança para participar.

Então, se pretendemos levar a participação a sério, devemos fazer com que nosso movimento seja participante e promova o empoderamento de todos. Nossos movimentos devem oferecer aos participantes um vislumbre de como deveria parecer nossa desejada

sociedade do futuro, uma sociedade onde existam oportunidades para que todos participem das tomadas de decisões e desfrutem de condições de trabalho edificantes e empoderantes. Assim que entendermos como funcionam os complexos de trabalho equilibrados e concordarmos que são o único meio que garanta uma participação efetiva, poderemos começar considerando como as tarefas e responsabilidades sejam alocadas dentro dos nossos grupos. Será que são sempre as mesmas pessoas que exercem a palavra, fazem todas as campanhas, participam das reuniões internacionais, que são vistas pela mídia, que estabelecem a estratégia para o grupo? Será que temos hierarquias internas, temos pessoas cujo único papel é cuidar de tirar cópias em xerox, cuidar das assinaturas ou tomar as providências para viagens, etc.? Se esse for o caso, devemos começar com a correção desses desequilíbrios, treinando as pessoas conforme as necessidades, naturalmente sem forçarmos ninguém a fazer nada contra seus próprios interesses ou pendores. Assim, enquanto nem todos podem ter vontade de discursar para uma grande multidão para promover a agenda do grupo, algumas pessoas podem evidenciar uma inclinação para escrever comunicados para a imprensa ou para calcular as melhores táticas necessárias para envolver as pessoas nos seus bairros ou para organizar eventos que arrecadem fundos.

Permitam-me concluir dizendo que tenho a consciência de que nada disso vai ser fácil. Precisaremos superar resistências e todo tipo de obstáculos, precisaremos aceitar o fato de que, mesmo que nós estejamos acostumados a fazer todo o trabalho agradável e empoderante, deveremos também aceitar nossa parcela justa de tarefas monótonas e serviçais, precisaremos discutir e concordar com meios para garantir que todos participemos em pé de igualdade, e precisaremos convencer os céticos no meio do caminho. Então vai ser difícil. Mesmo assim, como mostram muitos dos exemplos que dei para vocês acima, impossível não. Nas palavras de Sêneca, filósofo romano: “Não é porque as coisas sejam difíceis que não ousamos fazê-las. É porque não ousamos fazê-las que são difíceis.”

Obrigada.

EDUCAÇÃO POPULAR NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

uma ponte para a construção do novo

Rosângela Alves de Oliveira¹

“Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne”.

(Paulo Freire)

Introdução

Nos últimos tempos, particularmente nas duas últimas décadas, o mundo tem assistido meio que perplexo a um certo “vazio teórico” com a conhecida crise dos paradigmas e o “fim das utopias”. Isto tem nos colocado diante de indagações que nos desafiam a construir categorias que ajudem a entender a complexidade do atual tecido social, imbuído de transformações profundas.

Em mais de dois séculos de existência, o capitalismo tem se aprimorado e mostrado uma grande habilidade em responder às suas crises nos diferenciados contextos históricos. A sociedade atual vive uma crise estrutural advinda do modelo de desenvolvimento hoje hegemonizado pelo grande capital financeiro que, organizado mundialmente, tem provocado muitas mudanças no mundo do trabalho, concentrando riquezas e marginalizando a grande maioria da população. Essa população excluída historicamente tem reinventado formas alternativas de sobrevivência em todos os campos (educação, saúde, economia...) com os aportes que lhe são acessíveis, em condições sumamente adversas.

¹ Rosângela Alves de Oliveira é mestra em Educação Popular, pela Universidade Federal da Paraíba e participante da Rede de Educadores Populares do Nordeste, integrante do Fórum Estadual de Economia Solidária - PB.

Sem trabalho, fora do mercado e sem poder de consumo, os trabalhadores se vêem fragilizados, com sua sobrevivência ameaçada. O tempo livre advindo das descobertas tecnológicas, o que poderia servir para melhoria da qualidade de vida, tem causado angústias e incertezas para muitos setores que vivem do trabalho em todo o mundo, reabrindo a discussão de que uma economia pode existir de forma solidária.

A economia solidária, enquanto movimento social, surge no início do século XIX como expressão da luta dos trabalhadores no início da era das revoluções industriais. Foram duas as principais estratégias criadas pelos trabalhadores para se contraporem à exploração do capitalismo. Uma das formas foi a criação dos sindicatos de trabalhadores enquanto corporações classistas; a outra forma encontrada foi a organização de empresas cooperativas criadas pelos trabalhadores demitidos das fábricas, os quais competiam no mercado com os empresários, seus antigos patrões.

Na crise do sindicalismo inglês, quando muitos sindicatos foram para a clandestinidade, fortaleceram-se as iniciativas de cooperativas ligadas ao movimento sindical. Segundo Singer (2002: 29), “os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhoria salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve torna-se uma arma, não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão”.

No cenário atual, a economia solidária ressurgiu como uma possibilidade de garantir a sobrevivência dos setores empobrecidos a partir dos empreendimentos solidários. Ela traz consigo uma outra perspectiva do trabalho, pautada em uma economia que considere o humano e preserve o planeta.

Entre as iniciativas no campo da economia dos setores populares, algumas se diferenciam quando introduzem em seus processos produtivos elementos que vão além da geração de trabalho e renda. Percebe-se que, em algumas iniciativas desses setores, os valores da gratuidade, da cooperação e da autogestão predominam sobre a lógica do individualismo. Princípios como os da democratização do saber, da convivência solidária com a natureza, da valorização da vida do consumidor, da questão de gênero são diferenciais em relação à exploração econômica na lógica convencional do capitalismo.

Além disso, em alguns casos, quando ocorre uma articulação dessas iniciativas econômicas populares com outros atores sociais, contribuem para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a sociedade. Esse tipo de atividade econômica é denominada de *economia solidária*.

A *economia solidária*, para Singer (2000: 13), “é o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”.

Já que o autor traz o elemento da economia solidária como modo de produção baseado na propriedade coletiva, no direito à liberdade individual e nas iniciativas econômicas, o resultado seria a solidariedade entre os produtores. Porém, alerta que para sua realização são necessários mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. No seu entender (*ibid*: 10), “mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável”.²

As experiências *econômicas populares e solidárias* são oriundas principalmente de grupos com certo nível de organização, com pessoas que vêm dos movimentos populares, de lutas anteriores (mesmo que, no interior do empreendimento, sejam incorporadas pessoas que não participaram efetivamente dos movimentos, mas estão ligadas ao grupo por algum vínculo). São os excluídos do mercado, os trabalhadores rurais sem terra, sem casa, das periferias das cidades, desempregados, que decidem iniciar alguma atividade produtiva para garantir sua sobrevivência. Percebe-se que, quando as pessoas se juntam apenas para receber algum tipo de crédito e iniciar alguma atividade produtiva, têm mais dificuldades de manter o grupo produzindo na perspectiva da economia solidária.

A feira agro-ecológica da Várzea paraibana – caminhos educativos para uma economia popular solidária

² O autor aponta como alternativa a constituição de um fundo criado pelo Estado, oriundo do imposto de renda progressivo, que comporia uma renda básica igual distribuída a todo cidadão. É o que ele chama de “renda cidadã” (*ibid*: 11).

Há uma diversidade de práticas que se identificam como educação popular junto aos setores populares, tradicionalmente excluídos da sociedade moderna. Essas práticas educativas se, por um lado, indicam uma variedade rica de experiências, por outro, revelam um certo desconhecimento dos educadores populares sobre a qualidade dos processos de aprendizagem advindos da multiplicidade e da pouca sistematização que transcorre nessas experiências educativas.

A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana tem sido um referencial enquanto experiência exitosa de comercialização coletiva com pequenos agricultores no estado. Esta feira é uma organização não formalizada, composta por 28 componentes diretamente responsáveis (13 mulheres e 15 homens), e 10 vendedores indiretos. Além destes, participam ainda algumas organizações, sendo elas: o grupo de mulheres do acampamento de Dona Helena, composto por 10 mulheres com uma barraca de remédios caseiros e plantas medicinais; a Associação dos Trabalhadores Rurais de Dona Helena (104 famílias), com produtos da associação (cocos); e a Associação de Apicultores que articula 32 apicultores na Paraíba, com mel e seus derivados.

Esses trabalhadores são oriundos basicamente de quatro assentamentos – Dona Helena (Município de Cruz do Espírito Santo), Padre Gino, João Pedro Teixeira e Raíinha dos Anjos (no município de Sapé) e um acampamento - Ponta de Gramame - em João Pessoa. Esses trabalhadores e trabalhadoras³ iniciaram este empreendimento em 12 de novembro de 2001.

O que mais chama a atenção no sucesso do empreendimento está no aumento da renda dos trabalhadores envolvidos, o qual é associado ao plantio agroecológico como também a forma encontrada pelo grupo para a implementação do trabalho. Nesse sentido, iremos destacar, dentro do processo organizativo do grupo, as práticas educativas desenvolvidas no interior da organização. Inicialmente, é importante registrar que, mesmo com todas as dificuldades encontradas no campo da reforma agrária, havia um cenário favorável para iniciar uma organização desse porte.

Em primeiro lugar, houve uma afinidade metodológica entre as entidades de

³ A Feira foi inaugurada em novembro de 2001, porém seu processo de formação e capacitação foi iniciado em março do mesmo ano. Antes disso a CPT (Comissão Pastoral da Terra) já havia, desde 1997, iniciado um processo de discussão sobre a comercialização coletiva na região da Várzea.

assessoria envolvidas⁴. Outro fato é que o público já vinha de um movimento organizado cuja única perspectiva de continuar na terra de forma compensadora era a comercialização dos produtos como fonte de renda.

No caso da Feira, seu sentido de existir está na comercialização, fase posterior à produção, quando se concentra o maior gargalo do processo conjunto de produção e distribuição (comercialização). Soma-se a isso o fato de esta organização ser de caráter coletivo, com poucos recursos financeiros e nenhuma experiência acumulada pelo grupo, de alguma atividade com esse perfil.

Considerando toda a complexidade inerente ao campo da economia dos setores populares, é possível apontar alguns elementos desenvolvidos pela educação popular e presentes na Feira Agroecológica da Várzea, que indicam uma sincronia nas atividades educativas quando se busca o exercício de uma experiência de economia popular solidária. Assim, pode-se destacar a *autogestão*.

Autogestão

Esta é um elemento imprescindível à economia solidária. Não existe economia solidária sem autogestão. Segundo Melo Neto (2003: 92), “autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e sobretudo o *controle* dos trabalhadores de todo o processo produtivo”. No caso da Feira Agroecológica, esse processo se dá, inclusive, na fase de distribuição, isto é, na fase da comercialização dos bens produzidos.

Os trabalhadores da Feira demonstram ter conhecimento da sua organização, e segundo José Antonio do Nascimento, um dos dirigentes da Feira:

Na feira, o grupo é quem toma a decisão e a coordenação encaminha a decisão do grupo. Eu acho que o grupo não é fechado mas, também, não está aberto a qualquer um. Tem critérios. Você tem que produzir no regime familiar; tem que ter acompanhamento tanto nosso - que somos mais antigos -

⁴ Estas são a Cáritas e a CPT- entidades da igreja católica - e o mandato do deputado estadual Frei Anastácio, atuante na luta pela reforma agrária.

quanto da equipe técnica, [tem que] trabalhar a questão do meio ambiente; participar das assembléias e respeitar as decisões da maioria [...] Quem chega tem que se agregar a essa proposta nossa de trabalhar nessa questão de economia solidária.

Este “modelo”, que não contempla a figura do patrão, extrapola o processo produtivo e exige uma postura libertária na relação com as pessoas, com a natureza. Autogerir-se, como princípio de vida, numa sociedade orientada pelo privado, implica mudança de comportamento no exercício da tolerância, no respeito ao outro, que deve ser reconhecido como diferente.

O reconhecimento do *coletivo* é base para o exercício da autogestão, enquanto expressão de autonomia dos seus entes. O coletivo é mais que um agrupamento de pessoas; é um espaço de construção de conflitos e consensos que estabelece o diálogo como dimensão mediadora necessária aos acordos coletivos. José Antônio afirma ainda que: “a questão da gente vender junto e na hora de ver as despesas ver junto, eu acho que para mim, isso é também uma lição, mesmo”.

Em relação aos meios de produção, a propriedade coletiva é simbolicamente o que tem de mais expressivo na economia solidária. No caso da Feira Agroecológica, todos aqueles bens usados para comercializar a produção como barracas, caixas, tendas, valor do transporte são de propriedade do grupo. A terra e os instrumentos usados para a produção propriamente são propriedade de cada família, pois a agricultura tem essa peculiaridade.

No espaço produtivo, onde o “natural” é ter um chefe, o fato de decidir de forma coletiva é responsável por muitos conflitos. O “patrão”, construído culturalmente durante séculos, está incutido de forma bastante arraigada na sociedade e, de forma especial, nos setores despossuídos da sociedade.

Nos empreendimentos populares, a dificuldade da efetivação da autogestão se dá principalmente de duas formas: uma delas é a prática a que a maioria das pessoas está acostumada - ter sempre alguém que dê as ordens. É cômodo ter alguém que se preocupe com as questões do empreendimento como um todo, sendo mais fácil voltar-se à

responsabilidade do *seu setor*, da sua função específica no empreendimento. A segunda forma é a identificação de alguns dirigentes com papel preponderante no exercício do poder no estilo tradicional. Às vezes, uma pessoa, até então com uma boa relação no grupo, quando tem a oportunidade de assumir uma função de coordenação, torna-se um dirigente autoritário.

A dificuldade é de que em ambos os casos, isso acontece de forma velada, sutil e até inconsciente. É o trabalhador que “confia” no coordenador, e este que toma a decisão porque tem a confiança do grupo, porque é preciso ser ágil e não perder oportunidades no mercado. No caso da Feira, o grupo parece ter desenvolvido um processo de gestão participativa em que é possível verificar a presença da autogestão na organização. Idalécio Silva, um dos novos integrantes da Feira, afirma:

As assembléias eu acho um ponto muito bom, porque lá se discute os problemas que está acontecendo e se tenta botar em prática, tenta botar certo porque às vezes acontece um erro, um negócio assim. Mas na reunião sempre a gente conserta porque um erro tem conserto (...) A participação é de todos, porquê um só lá não decide. A voz é de todos nós.

A autogestão, para ser efetivada, requer o empoderamento⁵ por parte dos seus protagonistas e a autonomia dos trabalhadores em relação aos agentes externos. Em se tratando do empoderamento, entra em cena um fator fundamental, que é a autoestima das pessoas envolvidas no processo. Acreditar que elas mesmas podem mudar a realidade é algo lento e complicado para Josefa Mota:

No começo, quando o pessoal me chamou para fazer parte da Feira eu não quis, achei que isso não ia dar certo, era muito exigente, tudo era novo para mim, esse negócio de comunidade, de trabalhar junto. Eu participava de comunidade, mas era aquela coisa desorganizada. Depois o pessoal me chamou de novo. Eu fui e as coisas foram ficando mais claras, parece que foi

⁵ Empoderamento, enquanto tomada de consciência do poder interior que cada pessoa traz consigo e que pode ser potencializado através de uma ação coletiva.

abrindo minha mente. Hoje eu gosto tanto das assembleias que eu vou a pé, vou de bicicleta, arrumo dinheiro emprestado, mas não perco nenhuma.

Muitas pessoas precisam ver os resultados das ações para poderem acreditar nas mudanças e que elas podem ser protagonistas desse processo. O problema é que esses resultados, muitas vezes, dependem de fatores externos. É preciso então identificá-los para que as pessoas não se sintam responsáveis por algo que não é de sua competência resolver. Isto vai exigindo um papel diferenciador para a educação que contribua nessa direção.

O maior desafio para a autogestão está nas armadilhas do cotidiano, nas tarefas do dia-a-dia; de como transformar uma atividade simples numa atividade educativa. É viver sempre alerta, no fio da navalha; é ter a paciência necessária, o cuidado de não inviabilizar o processo e ter a serenidade de acolher os resultados.

A opção que a assessoria da Feira fez foi introduzir sempre os trabalhadores em todas as tarefas e fases da organização. Para isso, foram criadas as comissões necessárias para cada situação específica, tentando diversificar a composição e envolvendo sempre outros agricultores. No cotidiano, isso é um grande desafio, porque, em alguns casos, mesmo sendo mais fácil para a assessoria fazer os contatos, por exemplo, com os órgãos governamentais, a decisão era sempre fazê-lo através de comissão. Mesmo a comunicação (entrevistas em rádios, tevês e jornais, fotografias, etc) está sob a responsabilidade da coordenação da Feira. Cabe à assessoria apoiar-se na sugestão de roteiros, mas o entendimento é de que o ator político é a Feira, que como tal deve ser divulgada. No caso de apresentação da experiência, a assessoria prepara material audiovisual a partir do que o grupo sugere e o deixa à disposição.

Os momentos de reuniões e assembleias são espaços privilegiados de formação, conforme diz Idalécio Silva:

Eu morava na terra, mas não praticava. Depois que eu comecei a participar da Feira, dos encontros, das reuniões, aí fui aprendendo[...] Eu acho boas as assembleias porque se discute os problemas. Quando acontece um erro a gente tenta botar em prática o que é certo, todo erro tem conserto[...] Lá, um só não

decide! A voz é de todos nós.

A autonomia dos trabalhadores em relação aos agentes externos, em muitos casos iniciados com um intento de autogestão, é dificultada pela mistura de papéis das próprias entidades de assessorias e dos trabalhadores (principalmente de alguns dirigentes), que, mesmo tendo um discurso libertário, nas micro-relações do cotidiano se deixam levar pelo mais prático. Isto, às vezes, significa deixar que a assessoria encaminhe, resolva e decida. Com isso, o princípio da autogestão vai sutilmente sendo esvaziado. Na Feira, isto não acontece porque esse aspecto tem sido objeto de eterna vigilância dos trabalhadores e das assessorias que a apóiam, acompanhado de cuidadosa discussão educativa dos princípios autogestionários e da economia solidária.

Paulo Alves, um dos integrantes da Feira, sobre o processo de tomada de decisão no grupo, afirma:

Sempre quem decide é a assembléia. [...] Às vezes dá muita zoadá, quando o pessoal não cumpre; dá problema; o povo fica dizendo que a assembléia tem que tomar a decisão prá não ficar uma coisa bagunçada, né!? Não pode ficar assim não.

O aumento da renda

Outra importante dimensão é o aumento da renda das pessoas. O retorno econômico é fundamental. Garante a existência física do grupo e é o que diferencia o empreendimento econômico dos outros movimentos populares. Os grupos que se organizam para produzir coletivamente, quase sempre têm pouco ou quase nenhum capital para investir. Contam com a confiança no outro através do *aval solidário*,⁶ isto é, o compromisso coletivo de se

⁶ O aval solidário é uma das práticas de crédito popular que os setores bancários introduziram como instrumento de microcrédito. A diferença é que no caso dos bancos, o instrumento é utilizado como forma de coibir a inadimplência com severas punições para o usuário. O aval solidário utilizado para a economia solidária tem um caráter educativo, de fortalecer os compromissos para partilhar conhecimento e entrosamento entre os participantes.

responsabilizar pelo empreendimento, incluindo o ônus e o bônus. Normalmente essa é a única garantia que os grupos populares têm para iniciar uma atividade econômica.

A viabilidade econômica está diretamente vinculada aos investimentos adquiridos pelo grupo, seja por meio de crédito⁷, seja pela contrapartida⁸ dos empreendedores populares, e isso necessita de um retorno econômico para garantir, no mínimo, a existência do empreendimento.

Jássia⁹ comenta como mudou sua vida depois da Feira: “O que é bom é que mudou tudo na gente, mudou a vida da gente mesmo, porque tinha vezes que meu pai não tinha dinheiro nem prá ir prá feira e agora meu pai tem dinheiro toda semana”.

Sobre a comercialização, Jássia declara:

É muito bom participar da Feira. A gente aprende muito com o povo que compra, tanto eles aprendem com a gente e a gente com eles.[...]. Aprende assim, o que a gente não sabe daquelas verduras, eles falam prá gente como é que faz. Eles fazem umas coisas que a gente não conhece, aí a gente fica sabendo e já faz também. É só querer fazer.

Para os participantes da Feira Agroecológica da Várzea, esse desafio tem sido superado com muito trabalho, e paulatinamente, a cada feira. O resultado pode ser aferido a partir do aumento da renda¹⁰ e da melhoria na qualidade de vida dos assentados.

Segundo Joselito dos Santos, a participação na feira mudou sua vida:

⁷ O único crédito adquirido pelo grupo foi no valor de R\$ 5.862,80 cedido pelo programa de fundo rotativo da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, destinados à compra coletiva das barracas, caixas e vestuário (batas e bonés).

⁸ Contrapartida é o termo técnico usado para definir os recursos financeiros ou não, advindo dos próprios empreendedores, em um determinado projeto.

⁹ Jássia do Nascimento Rodrigues tem 15 anos e é uma das filhas de Geraldo Rodrigues. Vem acompanhando o pai na comercialização. É uma das jovens que tem participado da feira com regularidade.

¹⁰ Em 2003, foram realizadas 57 feiras, 389 toneladas de alimentos, 80 tipos de produtos frutas, verduras, legumes, etc, e uma renda bruta de R\$ 121.350,82. O grupo tem no fundo de feira - caixa coletivo composto de 5% da renda bruta arrecadada no final de cada feira.

Melhorou bastante. Quando a gente vivia plantando e não tinha a quem vender, prá gente era muito ruim mesmo[...]Eu estou comprando dez cabeças de gado, dois cavalos e tudo eu comecei na feira.

Falando sobre as mudanças na renda de sua família, o senhor José Antônio comenta:

Vou dizer uma coisa que completa tudo. Antes eu devia nas bodegas, hoje eu não devo mais. Essa aí é uma coisa que pra mim é uma mudança e tanto. É fruto da Feira, não devo a ninguém, graças a Deus.

A senhora Neuraci afirma:

Teve essa Romaria da Terra agora. Eu só consegui ir pra essa Romaria porque eu estava participando da Feira. Tem também os animais como o gado [que] a gente só está conseguindo manter por causa dessa renda da Feira. A gente está mantendo as nossas coisas como cabra, galinha, porque se não fosse essa Feira, ficava mais difícil. O que tinha ia logo vendendo. É o que acontece muito nos assentamentos, a pessoa tem gado e vende pra comer porque não vai ficar morrendo de fome. E a gente consegue segurar, não vende por causa que a gente tem a renda da Feira.

Falando sobre a melhoria de renda adquirida depois da sua participação na Feira Agroecológica, a senhora Josefa Mota¹¹ faz o seguinte comentário:

A mudança é grande. Comprei um fogão, já paguei com o dinheiro da minha horta. Tem muitas coisas. Já fiz meu exame de vista com dinheiro da minha horta, entre tudo custou uns trezentos reais, tudo com o dinheiro da minha

¹¹ Josefa Mota da Silva Vieira é uma das feirantes assentadas em Sapé, no Assentamento Padre Gino, que só veio participar da Feira depois que viu os resultados do grupo. Inicialmente, com uma participação muito tímida, é atualmente uma das feirantes mais atuantes. Tanto aumentou sua produção quanto a participação nas discussões.

horta, sem contar com a Feira que eu faço. É minha renda, graças a Deus, estou satisfeita e tenho fé em Deus de dobrar.

Porém, nesse tipo de organização no aumento da renda, enquanto um dos resultados da atividade produtiva, não está contida tão somente a economia. A renda é fruto do trabalho e tem caráter educativo. Para alguns, ela é um elemento importante, mas não é o único. Mesmo aqueles que não conseguem ter muito sucesso nas vendas não se afastam do empreendimento. É o caso do senhor Orlando Luís Franco. Ele assim se expressa:

Eu tive uma feira que a gente não conseguiu apurar nadinha, mas até aqui graças a Deus eu não deixei a Feira. Estou muito satisfeito. Teve dia que eu não apurei nem o dinheiro do frete. Eu botei do meu bolso mas não saí daqui [...]. É a obrigação que nós fizemos que agora eu estou cumprindo com ela. Todos que estão na Feira têm que cumprir com suas obrigações. A obrigação é de nunca faltar produto na Feira, entendeu?

Socialização do saber

A partilha do conhecimento de todas as etapas da produção/comercialização é um dos constituintes das experiências de economia popular solidária. Respeitando-se as diferentes habilidades pessoais dos componentes dos grupos, é preciso garantir a todos o acesso à informação e ao conhecimento. Muitas vezes, o número reduzido de componentes no grupo propicia esse tipo de atitude, mas, mesmo em grupos maiores, é uma prática comum os diversos empreendedores solidários compartilharem os seus variados conhecimentos adquiridos .

Dona Cristina, uma das feirantes indiretas (que envia seus produtos por outros) e que participa com frequência das assembléias, afirma: “Depois dessa feira, a gente teve conhecimento. A gente estava morrendo aos poucos. Eu tenho aprendido lá na reunião da gente, todos os meses e aqui mesmo, com os companheiros”.

Enquanto na economia capitalista, não é permitido aos concorrentes descobrir os *segredos da produção*, os trabalhadores dos empreendimentos solidários fazem exatamente o contrário. Ficam normalmente satisfeitos de “ensinar” alguma técnica nova aos demais companheiros, tanto dentro do grupo como também para com outros grupos. Luis Damásio, atual coordenador da Feira comenta:

Depois do sucesso de nossa Feira, muita gente ficou curiosa. Outros trabalhadores já estão se organizando e nós somos sempre chamados para falar como começamos nossa experiência. Eu acho que esse é nosso papel: ajudar os outros a começar uma experiência como a nossa para todos melhorar de vida.

Os intercâmbios de experiências têm sido um grande exemplo disso. As visitas a experiências similares têm sido de grande aceitação entre os trabalhadores. A *fala entre iguais* em muitos casos tem melhores resultados do que os cursos tradicionais.

Relações de gênero e de gerações

As experiências de economia solidária têm em sua maioria como base a produção familiar, seja ela urbana ou rural. É comum a incorporação do trabalho feminino e dos jovens em parâmetros diferentes dos postos pelo capitalismo. Há um reconhecimento da importância do papel da mulher e do jovem no trabalho que antes acontecia de forma anônima e insignificante. Há no grupo lideranças femininas dirigentes dos assentamentos e militantes dos grupos de mulheres. Segundo a feirante Neuraci: “Eu acho que a participação das mulheres poderia ser mais reforçada. Hoje em dia, tem uma representação boa de mulher lá. A maioria dá opinião e participa mas merecia ter mais mulheres na Feira”.

Sobre a participação das mulheres na Feira Agroecológica José Antonio do Nascimento afirma:

Eu acho que tem poucas mulheres, principalmente na questão da organização.

A mulher tem que ocupar mais espaço nesse sentido, tanto na questão da organização quanto pra compor o grupo mesmo. Eu acho que deve ser pau a pau, dez homens e dez mulheres. Acho que os homens têm que tirar as mulheres da cozinha, começando a partir de mim, sabe? Quando a mulher não vai que eu vou, mas, quando ela vai, eu fico em casa assumindo.

Tem crescido, também, nos últimos tempos, o interesse dos jovens pela Feira. A atividade dos pais tem atraído o interesse dos filhos e das filhas. O ingresso desses jovens à Feira deu-se inicialmente como apoio aos pais nas vendas e transformou-se numa presença mais constante.

Sobre esse assunto, Jássia expõe¹²:

Eu acho que o povo discute muito, começa a arengar e dizer coisa. Mas é bom porque bota tudo o que tem pra fora [...]. Eu gosto dessa reunião também. Eu queria dizer que queria participar mais da Feira, queria ser assim como as outras pessoas que sabe dizer tudo. Os homens, as mulheres podem dizer o que quer, tem vezes que a gente é menor do que eles e a gente quer dizer mas eles nem ligam pra gente, eu queria ser que nem eles.

Em reunião, foi debatida a importância da participação dos jovens e adolescentes nas assembléias ordinárias como forma de se capacitarem para o exercício da comercialização e da formação. Em alguns casos, eles têm assumido a comercialização.

O senhor Paulo Alves¹³ expõe assim o seu ponto de vista:

Eu acho que seja boa a chegada do grupo de jovens principalmente para uma pessoa como Idalécio, um jovem que veio animado está com muita força, com

^{1 2} Esta entrevista foi elemento de discussão da coordenação da Feira, que pareceu um tanto surpresa com a fala da adolescente. O tema foi colocado em assembléia e se decidiu investir de forma mais efetiva na participação da juventude de forma que eles participem de todo o processo de formação e capacitação dos outros membros.

^{1 3} Paulo Alves é um dos dirigentes do Assentamento Dona Helena.

muita garra, e eu me admiro quando o jovem é assim. A gente pensa que pode melhorar através dele, chamar mais jovem para participar da Feira. É importante.

Um dos resultados dessa participação está no exemplo de Idalécio Silva¹⁴ que afirma:

Não tinha emprego pra mim. Aí eu falei com o pessoal e aí o pessoal me botou na Feira. Agora, eu acharia que os jovens que só pensam em viver de empregos, esses jovens que moram nas suas parcelas, deveriam botar suas cabeças para pensar que emprego está difícil. Se eles trabalharem na terra mesmo e começarem a negociar seu produto, mandando para a feirinha, é melhor do que emprego. Tem emprego que você é xingado, é mandado. O dono de você é seu patrão. É melhor trabalhar no negócio que é seu, para mim é melhor do que emprego.

Relações com o meio ambiente

O cuidado com o meio ambiente, com a Natureza, com a saúde das pessoas é, pelo menos idealmente, uma preocupação dos que praticam a economia solidária. Essa preocupação existe quer seja para evitar desperdício de matéria prima, no ato de produzir, quer pela necessidade de sobrevivência, principalmente quando há um contato direto com a terra ou com a água, ou seja, pela compreensão de que é preciso construir uma forma harmoniosa de conviver com a Natureza. Vivendo em terras devastadas pelo plantio extensivo da cana-de-açúcar, os trabalhadores dessas áreas rurais tentam recuperar o solo já prejudicado por tantos anos de monocultura.

No Assentamento Dona Helena, a experiência da Feira conseguiu influenciar o grupo de jovens a iniciar um processo de reflorestamento do assentamento. No caso da

¹⁴ Idalécio Junior da Silva tem 18 anos, mora no Assentamento Dona Helena, participa do grupo de jovens da comunidade e entrou na Feira nos últimos meses.

Feira, o cultivo agroecológico (juntamente com o aumento da renda) tem sido um elemento de destaque na mudança de comportamento das pessoas envolvidas nesse processo.

Veja-se também a assertiva do senhor Paulo Alves: "Sim, trabalhei sim, antes dessa feira eu trabalhava, eu aguava minhas plantas, feijão, milho, fava, aguava com veneno. Mas depois dessa feira, nós demos um basta nisso e acabou."

A agricultora Cristina, assentada em Padre Gino, expõe:

Já usei agrotóxicos, antes de eu conhecer essa Feira, eu não vou mentir, eu usei. Graças a Deus esse pecado saiu de cima de mim, porque eu acho que isso é um pecado porque a gente está se contaminando e contaminando os outros [...]. A gente estava morrendo aos poucos [...]. Sair dos agrotóxicos que usava, pra mim, foi a libertação maior da minha vida.

A mudança é verificada, inclusive, nos hábitos alimentares dos trabalhadores e trabalhadoras da Feira. O agricultor José Antônio afirma:

Eu mudei o ato de me alimentar porque eu não costumava comer muita verdura. Hoje não, tem dia que eu falo prá mim: hoje eu vou comer só verdura. A partir das nossas discussões, pensei: a gente tem o produto e não come, então a partir de hoje eu vou tentar aprender a comer.

Articulação com outros atores sociais

As pessoas que trabalham na perspectiva da economia solidária sabem dos limites que há em uma organização produtiva diferenciada do padrão convencional, isto é, dos parâmetros capitalistas, principalmente no que diz respeito ao mercado.

Os trabalhadores descobrem na prática que seu empreendimento só terá êxito à medida que for capaz de se articular com outras experiências produtivas e que isso só será possível com a articulação e o apoio de outros setores sociais. Por isso, os trabalhadores definiram como estratégia participar dos espaços da sociedade civil e dos conselhos de

gestão nos espaços municipais.

A Feira Agroecológica tem participado ativamente da criação do FEES - Fórum Estadual de Economia Solidária - com um representante no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Participa também da Articulação do Semi-Árido Paraibano – ASA - através dos Encontros Paraibanos de Agroecologia. No que se refere aos espaços governamentais, a Feira tem um assento no Conselho Estadual de Saúde, através da CIAN – Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição e está envolvida na criação do Conselho Estadual de Agricultura Orgânica ligada ao Ministério de Agricultura. Ela está iniciando um processo de articulação em rede dos empreendedores solidários das cinco feiras agroecológicas já existentes em 2003 na Paraíba. Essa Feira é a mais antiga no estado da Paraíba.

A construção de um novo modelo de sociedade

As iniciativas econômicas de economia solidária precisam ser capazes de sinalizar para um novo modelo de sociedade que não seja pautada pelo paradigma capitalista, onde o fundamental é o lucro e a exploração.

A partir das relações de produção, construídas nos empreendimentos solidários, é preciso construir novas referências que contemplem a cooperação solidária em lugar da concorrência fratricida, a relação respeitosa com outras formas de vida, em lugar da devastação da Natureza, a generosidade da partilha e da doação, em lugar da concentração de riquezas e um consumo consciente e necessário em lugar do consumismo.

O feirante José Antonio afirma: “A gente nunca aprende tudo, sempre a gente tem mais o que aprender, mais o que fazer. Eu gostaria que a gente não parasse, mas que tratasse de inovar tanto quanto pessoa com inovar nossa discussão.”

Os intercâmbios de experiências como espaço privilegiado de práticas educativas dialógicas

A Feira Agroecológica da Várzea tem se configurado como uma iniciativa de

economia solidária porque em todo o seu processo organizativo e no cotidiano das ações do grupo estão contidas as práticas educativas numa perspectiva emancipatória. Isso começa com os momentos de formação programada - visitas de intercâmbio, cursos, seminários - até o processo de formação na ação, alicerçados por práticas de educação popular.

Alguns movimentos sociais, principalmente os ligados à disseminação de tecnologias alternativas de convivência no Semi-Árido brasileiro, têm promovido a prática das “visitas de intercâmbio”, “dias de campo” ou ainda “intercâmbios de experiência”, como são chamados, dependendo do lugar e/ou entidade de assessoria.

Os intercâmbios de experiências são práticas educativas voltadas à capacitação de pessoas interessadas em compartilhar um conhecimento construído numa área temática específica. Inicialmente utilizados apenas como recurso metodológico, os intercâmbios de experiência, como espaço educativo, têm demonstrado grande riqueza de conhecimento, resgatando o diálogo como princípio formativo que privilegia a fala entre iguais. Eles têm como núcleo pedagógico a dimensão do *testemunho*. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire escreve que o testemunho é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico da revolução. Isto tem se comprovado a partir da mudança de comportamento daqueles que têm participado dos intercâmbios. A agricultora Neuraci afirma:

Eu gosto muito das visitas porque eu aprendo. Cada vez que eu saio aprendo com as pessoas que a gente vai visitar[...] Se eu estivesse nessas visitas e nessa Feira antes, a minha parcela era outra parcela. Agora, eu não queimo mais o basculho. Junto tudo, não toco mais fogo [...] Só agora que comecei a participar e que comecei a organizar a minha parcela. Hoje, quando eu chego aqui, na minha parcela, parece que eu chego no paraíso.

A relação estabelecida entre os que apresentam e os que vão conhecer as experiências tem demonstrado uma grande abertura por parte dos envolvidos com bastante clareza no conteúdo trabalhado. O processo de aprendizagem do público envolvido tem sido muito rico, em muitos casos, diferenciando-se da fala, do discurso de um técnico-

especialista. Segundo Sena¹⁵, a importância dos intercâmbios de experiências é expressa assim:

As trocas de experiências são válidas porque os agricultores estão vendo como se fazem as coisas, eles aprendem fazendo. Eu acho que nesse lado, exige mais um pouco (...) Não fica ninguém sem fazer uma atividade, então ele pratica, e no curso, às vezes numa parte mais teórica, não abrange todos os treinandos. Nessa troca de experiência, você tem o interesse em realmente fazer acontecer lá, com você também na sua roça, na sua horta.

Esses atores sabem o que dizer, o que perguntar, ficando orgulhosos com a capacidade e com o conhecimento adquirido por um “igual”. O agricultor Marcos Trajano assevera:

O que me ajudou muito foi essa reunião de intercâmbio, né, reunião com os agricultores de outros municípios, de outros estados, e a partir daí a gente cresce na experiência e cresce na consciência e a transformação vai se dando passo a passo.

Considerações

O processo tem sido um grande incentivo para a autoestima dos trabalhadores envolvidos nessas práticas educativas, vivenciando experiências em economia solidária. Assim, é possível apontar alguns elementos que se destacam como fatores importantes no processo formativo.

Para a realização dos intercâmbios de experiências, há um antecedente fundamental, apresentando-se contido na realidade, que é o de atender ao *interesse* do grupo. Se o grupo de fato estiver interessado em adquirir algum tipo de conhecimento, ele se mobiliza com

¹⁵ Luiz Pereira Sena é um técnico em agropecuária, da CPT, responsável pelo acompanhamento técnico da Feira Agroecológica da Várzea.

certa facilidade para realizar a ação. O grupo procura saídas para os problemas, articula a comunidade, envolve-se no processo. Normalmente, esse interesse no primeiro momento está sempre ligado à satisfação de alguma necessidade imediata, algo que tenha uma utilidade na vida cotidiana das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, que qualifique sua realidade. Por exemplo, é muito mais fácil mobilizar o grupo da Feira para um curso de bio-fertilizante do que para um curso sobre associativismo, por mais importante que seja esta discussão.

O insucesso de muitos cursos de capacitação, oferecidos por algumas entidades governamentais e não governamentais, está no fato de que quase todos estão fora de um processo organizativo local, do interesse real das pessoas naquele momento. Se isso ocorre, o curso não se viabiliza ou acontece com certa timidez, por mais que sejam importantes as suas temáticas.

Outro elemento importante no processo educativo presente nos intercâmbios de experiências é o *conhecimento da realidade*. Desvendar o que acontece na sua realidade, dialogando com um semelhante, que tem uma realidade parecida, vendo quais são as possibilidades e os entraves de ver seus interesses viabilizados é um rico processo de aprendizagem.

Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade, a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades. Os intercâmbios de experiências levam não só o que testemunha (aquele que vai conhecer a experiência), mas também aquele que dá o testemunho (expositor) cada vez mais à ação.

Outro elemento a ser destacado é o *aprender fazendo*. Através dele, os atores experimentam como desenvolver suas idéias e abstrair das práticas as suas lições. Destaque-se o exercício da *cultura da solidariedade*, em que todos aprendem com todos. Na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração. Freire (1986: 165) concebe que: “O EU dialógico sabe que é exatamente o TU que o constitui. TU é igual ao não EU, o TU se constitui como EU, ao ter no seu EU um TU. EU e TU passam a ser na dialética, destas relações constitutivas, dois TU se fazem dois EU”.

Por fim, é importante esclarecer que os *intercâmbios de experiências* de forma alguma devem substituir nem minimizar o trabalho educativo feito pelos técnicos, especialistas em educação e assessores populares. Pelo contrário, em quase todas as experiências exitosas, há sempre uma grande contribuição técnica, um trabalho anterior realizado.

As “experiências referências” a serem visitadas já são em si o resultado de um trabalho de educação popular qualificado, visto que as experiências são sempre sistematizadas, apresentadas pelos protagonistas da ação. Aí reside o sucesso desses espaços formativos na capacidade de transformar a realidade em que os educandos vivem para que assim se possam fazer porta-vozes do conhecimento construído solidariamente.

O maior desafio da educação popular, no momento, é o de contribuir com a constituição de um sujeito dialógico, na direção de construir uma sociedade justa e solidária. Nesse sentido, o papel dos pedagogos e dos educadores populares podem dirigir-se à construção de novos pactos, de novas relações educacionais tão imprescindíveis no campo da economia solidária.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária, autogestão e educação popular*. Relatório de Pesquisa – Universidade Federal da Paraíba/Universidade de São Paulo. João Pessoa, 2004.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. *A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego*, Editora Contexto, São Paulo, 2000

COOPERATIVISMO E COTIDIANO
um estudo da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de
Aracaju – CARE

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos¹

1 - Introdução

Os estudos que têm sido feitos sobre a economia solidária e, de forma específica, sobre o cooperativismo, conforme levantamento que já realizei, enfocam, em sua grande maioria, conteúdos que dizem respeito aos aspectos conceituais, históricos, conjunturais e estruturais que envolvem essa temática, ou seja, o foco de análise tem sido conduzido para entender a sua gênese e convivência com o modo de produção capitalista, os processos de gestão, a viabilidade econômica, entre outros².

As análises partem, principalmente os estudos das últimas décadas, na maioria das vezes, das mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho, ou melhor, como diz Hirata (1998) nos mundos do trabalho, com ênfase nas modificações que vêm acontecendo no processo de gestão do trabalho e de produção das empresas, na globalização ou globalizações como coloca Boaventura (2002), as consequências do desemprego etc.

Sem dúvida que é fundamental entender e analisar essas mudanças, até porque é necessário contextualizar as experiências individuais e coletivas para compreender as transformações que se processam em nosso cotidiano. Entretanto, concordando com Pais (2003), Blass (2002) e Thompson (1987), é importante, também, aprofundar esse entendimento, a partir do conhecimento do cenário traçado pelos indivíduos, construído e reconstruído em cotidianos que se revelam não apenas pelo que é socialmente estabelecido e dado, mas também através de experiências que são construídas, de forma individual e

¹ Professora da Universidade Federal da Sergipe, membro do GT Nacional de Economia Solidária – UNITRABALHO. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP.

² A exemplo podemos destacar os trabalhos de Singer, Gaiger, Nuñez, Coraggio.

coletiva, pelos indivíduos que fazem a sociedade. Sem ignorar as condições materiais de existência dos homens, e entendendo que a experiência é, em última instância, gerada na vida material, Thompson (1987) mostra que é preciso aglutinar na análise da sociedade as experiências cotidianas, seus valores, cultura etc. É preciso interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento, desvelando elementos fundantes para o entendimento da vida social, uma vez que,

“(...) as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...) elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou através de formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas” (Thompson, 1981, p. 189).

Reforçando essas idéias, Martins (2000) coloca como preocupação a importância de refletir sobre o lugar do senso comum na vida cotidiana, apresentando outras vozes desse senso comum, sempre banal e desqualificado pela erudição, mostrando que é preciso dar voz àqueles que são condenados ao silêncio e à condição de vítima da história. Esse homem comum é capaz de criar e recriar situações diversas que podem levar às mudanças que se fazem necessárias em suas vidas. “O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (Martins, 2000, p. 57).

Tendo como referência tais discussões, esse texto tem como objetivo compreender além do cenário social e do que está concretamente posto, o significado de trabalhar em uma cooperativa para aqueles que vivem essa experiência, ou seja, o cenário dos indivíduos. Para tanto, o foco de análise será a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju – CARE e os seus cooperados.³

³ Foram feitas observações e 06 entrevistas com alguns cooperados, além de conversas informais. Para identificar os cooperados entrevistados utilizei códigos de acordo com a sequência das entrevistas, ou seja, E1, E2, E3, E4, E5, E6 que corresponde aos entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 6, respectivamente. Além das observações e entrevistas, foram feitas leituras em documentos como: Estatuto e Regimento Interno da CARE e relatórios.

Esse texto está dividido em cinco momentos, além da introdução e considerações finais. Inicialmente, serão feitas algumas considerações sobre o cooperativismo situando o seu surgimento no mundo e no Brasil, destacando a proliferação desse tipo de trabalho nas últimas décadas. Posteriormente, serão feitas algumas indicações sobre o cooperativismo em Sergipe. Num terceiro momento, será feita uma contextualização da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju – CARE, enfatizando sua origem, localização, perfil dos catadores etc. Em seguida, serão abordados os processos de trabalho vivenciados pelos cooperados da CARE, suas etapas, rotinas etc. No quinto momento, será feita uma análise do significado do trabalho no lixo e na CARE, a partir da visão dos cooperados. Por fim, algumas considerações como forma de síntese dos momentos anteriormente elencados.

2 –Cooperativismo: algumas considerações

A cooperação, enquanto parte integrante do processo de trabalho, sempre esteve presente na sociedade desde as mais antigas civilizações, atravessando os diferentes modos de produção. As diversas formas de organizar a produção, através da divisão social do trabalho, proporcionaram uma gradual individualização dos homens e a evolução da propriedade privada dos meios de produção. Se por um lado e de forma contraditória, isso representava a emancipação do homem em relação a sua origem natural e comunitária, por outro, com a evolução das forças produtivas e de forma especial com o capitalismo isso significou a sua mais ampla alienação. A cooperação, enquanto processo de aumento da força produtiva para atender ao capital, sempre foi utilizada pelo capitalismo e na proporção que essas forças foram se complexificando iam sendo executadas por trabalhadores qualificados resultando numa crescente divisão entre estes e aqueles considerados não qualificados. Os trabalhadores qualificados se organizaram nos *trade clubs* (organização de ofício) reagiram ao capital – movimento ludista, e se organizaram através dos *trade unions*. Nesse contexto, as cooperativas e as idéias associativas tiveram um papel importante na organização dos trabalhadores sob outra possibilidade: a de gerirem o seu próprio negócio, coletivizar a produção e socializar perdas e ganhos.

O cooperativismo vem historicamente se desenvolvendo em nível mundial, desde o final do século XVIII e início do século XIX, assumindo, portanto, diferentes dimensões tanto em termos de sua prática como também em seus suportes teóricos. Toda sua origem está ligada por um lado a idéia de ajuda, filantropia, fé cristã, e por outro, pela reação dos trabalhadores no sentido de demonstrar seu desagrado ao modo de produção capitalista. O cooperativismo nasce enquanto uma alternativa de trabalho dentro de uma sociedade polarizada pelo antagonismo de classes sociais, e como forma de reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da nova organização do trabalho. A exploração dos trabalhadores nas fábricas era intensa, além de ser comum o trabalho infantil, as jornadas excessivas de trabalho e o desemprego. Na Inglaterra, berço da revolução industrial, surgem as primeiras idéias de uma economia que tivesse como base o cooperativismo. Robert Owen, precursor dessas idéias, apontava as aldeias cooperativas como alternativa para inserção dos pobres no processo de produção. Apesar de não serem aceitas pelo governo, nem pela classe alta, suas idéias tiveram efetividade por intermédio de seus seguidores e, posteriormente, pelo movimento sindical que passaram a criar diversas cooperativas.⁴ Tal movimento, composto basicamente por socialistas, tinha como propósito a construção de uma sociedade baseada nos sentimentos de solidariedade e de um processo de produção associativo. Tinha-se como propósito eliminar a figura do patrão e construir práticas de trabalho que tivessem como base a participação do trabalhador no processo de gestão e a democratização das relações de trabalho, entre outros. Tendo-se como referência pioneira a experiência de Rochdale, Inglaterra, são lançados os valores e princípios do cooperativismo⁵ que passam a ser disseminados no mundo.⁶ Essas idéias vão ganhando corpo de maneira diferenciada em todo mundo, mesmo que no geral tenham sido conservados os princípios e valores rochadaleanos.

⁴ Pode-se citar como contribuições importantes na efetivação das idéias owenistas: George Mudie, Abram Combe, William King, John Doherty entre outros.

⁵ São valores cooperativos: a solidariedade, liberdade, democracia, justiça social e equidade. Os seus princípios: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos cooperados; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

⁶ A esse respeito ver Santos (2002), parte relativa à Introdução e Singer (2002).

No caso do Brasil, o surgimento do cooperativismo vai apresentar algumas peculiaridades, principalmente com relação à forma como ocorreu esse surgimento e os seus beneficiários.

“No Brasil, o cooperativismo surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora. Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é um caso pois de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias” (Rios, 1989, p.24).

Até os anos 70, predominou, no Brasil, um modelo de trabalho cooperativo que mesmo tendo importado os princípios de Rochdale, efetivou-se em favor de uma minoria, principalmente no sentido do retorno financeiro e no processo de gestão.

A partir dos anos 80 e de maneira mais efetiva na segunda metade da década de 90, face as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho (abertura da economia, desemprego, mudanças nos processos produtivos e organizacionais etc.), tem-se observado a proliferação de diversas formas associativas e cooperativas, cujo propósito é garantir a geração de trabalho, emprego e renda de segmentos da população que não estão encontrando espaço no mercado formal de trabalho.

Segundo LIANZA (1999), os exemplos são os mais diversos: empregados de empresas em processo falimentar assumem o seu controle e o desafio de construir modelos de autogestão democrático e eficazes, capazes de garantir a sobrevivência e expansão daquelas empresas no mercado; o processo de terceirização, em que muitas vezes os empregados das empresas terceirizadas foram empregados da firma contratante e acabam formando cooperativas; prefeituras municipais e governos estaduais quando estimulam a criação de cooperativas, banco do povo etc. Assim, multiplicam-se as iniciativas de geração de trabalho, emprego e renda vinculadas aos setores populares e que têm como base a forma solidária e associativa. Se anteriormente essas experiências tinham um caráter

pontual, fragmentário e isolado, hoje dão lugar a uma realidade que se expande, chamando a atenção de organismos da sociedade civil, do poder público e entidades de classe. Ao nível do governo, é notório o estímulo à criação de empreendimentos, de caráter cooperativo, através da adoção de programas de crédito popular (Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, financiamentos do Banco do Brasil, Banco do Nordeste etc.); Programa Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR, hoje Plano de Qualificação Profissional - PNQ; além dos trabalhos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais – ONG's. Convém também pontuar que o governo federal tem dado sinais de que serão desenvolvidas ações que estimulem o surgimento e consolidação de empreendimentos solidários.⁷ Esse tema também está presente nas Universidades, principalmente na área de Extensão Acadêmica, através das Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Além das cooperativas legalmente constituídas, tem-se notado a existência de diversos grupos de produção e associações que têm procurado canalizar atividades produtivas de forma coletiva. Os empreendimentos autogestionários, apesar de não se constituírem em uma nova forma de organização, uma vez que o trabalho cooperativo e solidário já vem, ao longo dos anos, sendo utilizado no desenvolvimento de atividades econômicas de determinados grupos sociais, vem, nos últimos tempos, apresentando-se como uma alternativa para a reinserção no mundo do trabalho.

3 – O cooperativismo em Sergipe: breves indicações

O Estado de Sergipe, localizado na Região Nordeste, possui uma superfície de 21.994 km², representa 1,4% da área da referida região e 0,26% da área do território nacional.

As atividades relacionadas ao cooperativismo, em Sergipe, advêm ainda dos anos 30 e estão vinculadas inicialmente à área agrícola. Como boa parte dos estados nordestinos, Sergipe possuía até os anos 60 uma economia predominantemente agrícola. Essa atividade se constituía em fator importante na geração da renda do Estado. Em 1960, a

⁷ Exemplo disso foi a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho – MTE, assumida pelo prof. Paul Singer.

agricultura participava com 42,8% da composição da renda interna do Estado, enquanto que a indústria participava com 10,8%.⁸ Em 1938, foi criada a primeira cooperativa sergipana - a *Cooperativa Sergipense de Laticínios – CSL*. No período de 1940 a 1960, surgiram algumas cooperativas no Estado, mas poucas alcançaram êxito.⁹ Até então, as iniciativas cooperativas não tinham grande influência na economia sergipana, que foi dinamizada a partir da inclusão de Sergipe na política de desenvolvimento da região Nordeste¹⁰ a partir da criação da SUDENE, dos incentivos fiscais, através do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, permitindo “a diversificação de alguns segmentos de sua economia, a modernização de outros, e a abertura de muitas oportunidades de emprego” (SEPLAN, 1993, pg.13).

Nos anos 60, existiam, em Sergipe, 06 (seis) cooperativas, sendo que apenas uma estava localizada na capital e as demais no interior do Estado. O surgimento da Cooperativa dos Agricultores do Treze deu um novo impulso ao trabalho cooperativo no Estado.

Nos anos 70, ocorreu um declínio da atividade agrícola do Estado, mas, por outro lado, houve um crescimento importante do setor industrial¹¹, que passou a contribuir também com o aumento de absorção da mão-de-obra do Estado. Nessa década, o número de cooperativas aumenta. São 07 cooperativas criadas (06 no interior e uma na capital).

A partir de meados da década de 80, começou a se observar uma desaceleração na economia sergipana. O setor agrícola, que já não respondia pela linha de frente do desenvolvimento do Estado, continuou com poucos investimentos. O setor industrial começou a enfrentar alguns problemas. O Brasil atravessava um período recessivo, o que ocasionou uma redefinição nos seus investimentos. Essa situação foi atingindo o estado

⁸ Conforme documento: Sergipe Sócio-Econômico. CONDESE, agosto de 1970. Segundo Censo Industrial de 1960, as indústrias existentes, desenvolviam atividades ligadas principalmente à cana-de-açúcar, têxteis e alimentícia de pequeno porte (fábrica de açúcar, farinha de mandioca e beneficiamento de arroz).

⁹ Conforme documento “Análise sócio-econômica das cooperativas de Estado de Sergipe”, INCRA, 1980, até no final dos anos 70, das cooperativas surgidas entre os anos 40 e 60, continuavam funcionando: A Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze LTDA; a Cooperativa Agrícola Mista de Estância; a Cooperativa dos Produtores de Coco do Estado de Sergipe LTDA; a Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil de Sergipe LTDA.

¹⁰ Diagnóstico elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN mostrou a necessidade de traçar para região uma nova política industrial que não apenas modernizasse as indústrias existentes, mas também proporcionasse o surgimento de novos investimentos. Sergipe foi incluído, a partir de 1963, quando teve seus primeiros projetos aprovados.

¹¹ No período de 1970 a 1983, por exemplo, a indústria extrativa mineral cresceu de 1.4375% no valor da produção, a indústria de transformação com 19,4% e a construção civil 265,3%, conforme documento: O Setor Industrial em Sergipe. IESAP, 1988.

de Sergipe. Por um lado, os recursos advindos do FINOR começaram a se afastar da região e, por outro, houve uma redução substancial dos investimentos governamentais nas empresas estatais. O setor terciário passou a apresentar as atividades mais dinâmicas na economia do Estado, tanto em termos de geração de produtos como também na criação de oportunidades de emprego. Esse setor que representava, conforme Lacerda (2000) 53,7% do PIB, em 1970, em meados dos anos 80, chegou a responder com 36,8% do PIB.

A partir dos anos 80, o setor cooperativo ganha uma nova dimensão. Se anteriormente a concentração das cooperativas estava no interior do Estado, esse cenário começa a ser modificado. Das cooperativas criadas, 04 estavam localizadas na capital e 01 no interior. Fruto da retração do setor agrícola, as cooperativas começam a desenvolver suas atividades na área urbana. Essa situação também vai ser verificada nos anos 90 quando mudam as perspectivas da economia sergipana.

Segundo Lacerda (2000), nos anos 90, “ (...) O setor primário se mantém como predominante na geração de ocupação e renda. Contudo, inegavelmente, são as atividades urbanas, industriais e de serviços as principais responsáveis, não somente pela expansão do PIB como pela absorção da força de trabalho” (2000, p.34). Assim, a década de 90 veio acompanhada do aumento do desemprego, tanto no setor primário quanto no secundário. Esse aumento não foi maior, uma vez que o setor terciário esteve em expansão. “Em Sergipe, entre 1992 e 1997, foram fechados postos de trabalho, tanto no setor primário quanto no secundário. O nível de emprego não caiu para a economia como um todo, por conta da expansão do setor terciário” (Lacerda, 2000, p.37).

Nos anos 90, fica claro o aumento do número de cooperativas em todo Estado e mais especificamente na área urbana. A maioria das cooperativas constituídas nessa década, ou seja, 62,50%, estavam localizadas na capital e 42,30% no interior do Estado.¹² Os dados revelam uma concentração das cooperativas de trabalho (37,88%), seguidas por aquelas vinculadas às áreas de saúde e agropecuária que aparecem com o mesmo percentual (21,21%). Segundo 78% dos entrevistados, a principal razão do aumento do número desses empreendimentos está relacionada à necessidade de geração de emprego, trabalho e renda.

¹ ² Conforme Pesquisa: Diagnóstico do Setor Cooperativo em Sergipe que teve como objetivo mapear os empreendimentos cooperativos no Estado de Sergipe, tendo como referência os dados da OCESE. O universo da pesquisa foi 66 cooperativas.

Outros fatores também se destacam: oportunidade de mercado de trabalho (24,3%), incentivos do governo (24,3%), disponibilidade de matéria-prima e existência de crédito que apreçam com o percentual de 13,5% cada.

Aracaju, nesse contexto, também vem sofrendo com esse processo de mudanças. A população cresce e os problemas de absorção da mão-de-obra se acentuam. O mercado formal vem apresentando várias oscilações. Nos últimos 10 anos, conforme dados do Ministério do Trabalho – RAIS, tem diminuído o emprego no setor secundário e nas atividades da administração pública (privatização de empresas estatais e os programas de demissão voluntária), uma certa estagnação na construção civil e um aumento no setor de serviços. Reflexo disso é a proliferação, na última década, do surgimento de outras alternativas de trabalho, emprego e renda.

As cooperativas são exemplos dessas alternativas, e a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo – CARE se encontra entre elas, embora conserve algumas singularidades, tendo em vista as razões de seu surgimento, uma vez que nasceu, a partir da necessidade de garantir aos seus cooperados melhores condições de vida e de trabalho diante da situação de miserabilidade que vivem os catadores de lixo, conforme veremos a seguir.

4 – Contextualizando a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju – CARE

A Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju-CARE está localizada no bairro Santa Maria, área periférica da capital sergipana. Neste mesmo bairro funciona a lixeira da Terra Dura que tem sido objeto de atenção da agenda do UNICEF, Ministério Público - MP¹³ e Universidade Federal de Sergipe, desde o ano de 1997, quando foi constituído o Grupo de Estudos Ambientais, tendo por objetivo debater e criar, em conjunto com representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, alternativas para mudar as condições de disposição dos resíduos sólidos naquele vazadouro.

¹ ³ Como o Ministério Público é um órgão bastante citado nesse texto, utilizarei, de agora em diante, a sigla MP quando estiver me referindo a essa instituição.

O bairro Santa Maria, antigo Terra Dura, situa-se na parte sudoeste de Aracaju, distante 17 km do centro da cidade, e é constituído, basicamente, por três conjuntos habitacionais ali implantados para aglutinar as famílias transferidas de áreas de ocupações irregulares. A população é formada por pessoas pobres que, na sua maioria, conta com uma renda mensal inferior a um salário mínimo. A média de pessoas por família é de 4 membros, sendo estes jovens desempregados e de pouca ou nenhuma escolaridade.

As precárias condições de vida dos moradores do bairro Santa Maria estão evidenciadas num cadastramento realizado pelo Programa Saúde da Família, em 1999. Lá vivem 28.073 pessoas, das quais mais de 85% se encontram abaixo da linha de pobreza. Dos 3.969 domicílios, 53,2% das casas utilizavam água sem tratamento; 25,7% não possuíam sanitários e a taxa de mortalidade infantil era de 153 por mil crianças nascidas vivas, causada principalmente por desnutrição, diarreias e doenças respiratórias.

No que diz respeito à população catadora de lixo, um diagnóstico realizado pela Universidade Federal de Sergipe, no âmbito do Projeto Lixo e Cidadania, em 1999, identificou 310 famílias sobrevivendo do lixo, totalizando 1080 pessoas. Desse total, 69,5% delas eram provenientes, em grande parte, do interior do estado de Sergipe; 20,2% de Alagoas e 10,3% de outras unidades da Federação. A maioria dos entrevistados (53%) residia há mais de 10 anos no bairro Santa Maria. Com relação ao tipo de habitação, 47,7% moravam em barracos; 43,2% em casas e os demais em quartos e palhoças. Aproximadamente 70% dessa população não dispunham de água encanada e 43,2% não tinham acesso à energia elétrica. Em torno de 85% das famílias ocupadas na catação de lixo viviam exclusivamente do material coletado no vazadouro e 70% percebiam rendimento inferior a 01 salário mínimo. As crianças e adolescentes somavam 509 pessoas, sendo que 39% destas estavam fora da escola e 17,7% eram catadores habituais.

A idéia da cooperativa surgiu, a partir de 1999, com a integração das ações do Programa de Defesa Comunitária previstas pelo Projeto Lixo e Cidadania em Sergipe, desenvolvido pelo MP e UNICEF, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe/PROEX e os Departamentos de Serviço Social, Direito e de Arte Educação. O Programa tinha como propósito inicial realizar um trabalho em três dimensões: eliminar o trabalho de crianças e adolescentes nos lixões; melhorar as condições de trabalho e renda da

população que sobrevivia da economia de reciclagem do lixo; impulsionar ações governamentais no sentido de erradicar a lixeira que existia a céu aberto e implantação do aterro sanitário. Para a implementação dos objetivos propostos, optou-se pela execução de dois sub-projetos denominados: “Criança fora do lixo e dentro da escola” e “Aterro sanitário e preservação ambiental”.

Foi feito o cadastramento dos catadores, através da realização de entrevistas e de visitas ao local e deu-se início ao processo de conhecimento e abordagem das famílias, especialmente daquelas residentes na área de descarte da lixeira, objetivando conscientizá-las sobre a necessidade de sua remoção para um outro local. Após esse cadastramento, as famílias que residiam no lixão foram inseridas no programa habitacional desenvolvido pelo governo do estado de Sergipe e conseguiram suas moradias (43 famílias) no conjunto Padre Pedro, localizado no bairro Santa Maria. As crianças e adolescentes (250) foram inseridos em escolas da rede municipal e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET. As crianças de 0 a 03 anos foram encaminhadas para as creches. Concomitantemente, foram feitas várias reuniões com as famílias que sobreviviam do lixo, com o propósito de organizar uma cooperativa.

A formação da cooperativa contou, inicialmente, com a resistência dos catadores, justificada, segundo relatórios do MP, pelo descrédito manifestado por essa população em relação ao poder público e pela desconfiança com os políticos. Entretanto, um grupo de catadores passou a participar de oficinas de integração social, de palestras e dinâmicas de grupo que visavam, a partir da situação concreta de vida dos mesmos, encontrar alternativas para romper com a relação de exploração a que estavam sujeitos pelos intermediários e sucateiros. O resultado deste trabalho de sensibilização e mobilização foi a formação da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE. Neste sentido, foi elaborado um projeto para a instalação de uma unidade produtiva, tendo como pressupostos a sistematização da atividade de catação e a adoção de mecanismos que possibilitassem a racionalização do processo de comercialização e o beneficiamento dos materiais recicláveis.

A CARE – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju foi criada em 24 de dezembro de 1999¹⁴. É uma entidade sem fins lucrativos, fundada para congregar os catadores de material reciclável que atuavam no “Lixão da Terra Dura”, com o objetivo de beneficiar e comercializar materiais recicláveis. A cooperativa tem como finalidade “prestar serviços a seus associados, com fundamento na participação, cooperação e ajuda mútua dos mesmos, visando a estabilidade econômica e o bem estar de todos seus integrantes”¹⁵.

Hoje fazem parte da CARE 30 cooperados, com a perspectiva de ampliação desse número, a partir da aquisição de máquinas e equipamentos que auxiliem na ampliação das atividades atuais e implantação de outras unidades de reciclagem.

Atualmente a cooperativa trabalha com material reciclável proveniente da coleta seletiva realizada pela EMSURB – Empresa Municipal de Serviços Urbanos em 11 localidades de Aracaju. Há também a coleta em algumas empresas, órgãos públicos e privados e condomínios habitacionais, através de convênios firmados com a intermediação do MP de Sergipe. A CARE trabalha com 20 toneladas/mês de material coletado, utilizando-se do processo de prensagem e enfardamento, sendo a produção comercializada diretamente com fábricas e empresas de reaproveitamento. A unidade produtiva foi implantada em 2001, a partir da aprovação do projeto pela MAXITEL/TIM, que financiou a construção e os equipamentos necessários para o seu funcionamento. Também, nesse ano, foi instituído o Conselho de Fiscalização e Desenvolvimento da CARE do qual fazem parte empresas como a MAXITEL (TIM), MULTSERV, Companhia do Desenvolvimento Industrial de Sergipe (CODISE) e SEBRAE/SE, bem como instituições públicas, a exemplo da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), Federação do Comércio, Universidade Federal de Sergipe, Banco do Nordeste, INFRAERO, Companhia de Habitação de Sergipe, Defesa Civil e a Fundação Municipal do Trabalho.

¹⁴ Desde o seu início a CARE conta com o acompanhamento direto de um técnico do MP. A Universidade Federal de Sergipe participou mais efetivamente do trabalho até a criação da cooperativa, mas posteriormente acabou se afastando. Atualmente está sendo retomada essa relação através do Núcleo Local da Unitrabalho, com o objetivo de dar assessoria no processo de gestão.

¹⁵ Conforme Estatuto da CARE.

Os filhos dos cooperados contam com o reforço escolar, atividades artísticas e culturais, através do Projeto CRIARTE, financiado pelo MP.

Em 2003, com a transformação da lixeira em aterro semicontrolado, foram removidos da área 242 catadores, dos quais 130, após treinamento promovido pela Empresa Municipal de Serviços Urbanos-EMSURB passaram a desenvolver atividades de fiscalização de caixa coletora, serviços de conservação de praças e coleta seletiva.

Apesar de contar com a parceria de órgãos públicos e de empresas privadas a coleta seletiva, ainda merece ser melhor estruturada, assim como as atividades desenvolvidas atualmente na cooperativa precisam ser ampliadas com o propósito de envolver outros catadores. Essa ampliação das atividades exige a aquisição de máquinas e equipamentos, além de uma infra-estrutura básica.

5 – O cotidiano dos processos de trabalho na CARE

Tem sido grande a quantidade de resíduos sólidos resultantes das atividades humanas. Só no Brasil, produzem-se 240 mil toneladas/dia, em escala doméstica, comercial, industrial, hospitalar, agrícola etc. Desse total, em torno de 88% é lixo doméstico. Apenas 2% do lixo total do Brasil é reciclado. Através da coleta seletiva e da reciclagem, desenvolve-se um sistema de recolhimento dos resíduos sólidos que são previamente separados com o propósito de reaproveitar e reutilizar o lixo, fazendo com que a matéria-prima volte ao ciclo da produção do qual foi descartado. A reciclagem tem se apresentado como uma alternativa importante para a redução do lixo e tem sido utilizada como uma fonte de geração de trabalho, emprego e renda. É isso que os cooperados da CARE têm feito em seus processos de produção, na medida em que os plásticos, papéis, papelões, embalagens de PET, latinhas de cerveja etc, são separados, processados e vendidos.

A CARE conta, atualmente, com alguns equipamentos importantes para o desenvolvimento das atividades de triagem, prensa, tritramento e enfardamento do material reciclado. Existem duas prensas, sendo uma para metal e outra para papel; um triturador de vidro; uma picotadora de papel; um elevador de cargas e uma balança. A

coleta seletiva tem contado com o apoio da Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Empresa Municipal de Serviços Urbanos – EMSURB. Os processos de trabalho exigem o desenvolvimento de diferentes atividades individuais e coletivas que obedecem a uma seqüência e ordenação.

O dia de trabalho dos cooperados começa às 7h30min. Ao chegarem à cooperativa eles tomam café da manhã (pão com manteiga, café e leite), que é custeado com recursos de materiais vendidos na cooperativa, a exemplo do ferro e madeira. O café ocorre das 7h30min às 8h e é feito por uma cooperada que chega um pouco mais cedo.

Dos 30 cooperados, 15 vão para o curso de alfabetização que acontece em um galpão localizado na própria cooperativa, no horário das 8 às 9h30min. A professora é cedida pelo SESC que estabeleceu uma parceria com a CARE, para alfabetizar alguns cooperados. Os demais são divididos nas atividades de coleta, triagem, picotagem e prensa do material reciclável. As atividades são definidas e divididas diariamente pela presidente da cooperativa, a depender da quantidade de pessoas que vai trabalhar. Normalmente os cooperados são divididos em dupla.

5.1. A rotina dos processos de trabalho

Os processos de trabalho são desenvolvidos manualmente, apesar de contar com duas prensas e uma picotadeira. Quando chega o caminhão, todo material é colocado nas baias¹⁶ e delas são retirados os sacos plásticos cheios de lixo que vão para as mesas de madeira, onde acontece a primeira etapa da reciclagem: a triagem.

Na triagem, os cooperados são divididos em duplas e distribuídos em três mesas de madeira, onde os sacos de lixo são abertos um a um. O lixo, quando aberto, exala um gás com odor, que, segundo os cooperados, ocasiona algumas doenças.¹⁷ Foi comum verificar cooperados que não usavam máscaras ou luvas. O lixo é separado de acordo com a sua característica. São separados de um lado os plásticos grossos, latas de cerveja e refrigerante e de outro lado, os papéis grossos e finos. Os plásticos são separados por cor e de acordo

¹⁶ No galpão existem 03 baias. Elas são os espaços onde são colocados os sacos plásticos de lixo.
¹⁷ As doenças mais comuns estão relacionadas com problemas de pele (micoses).

com a especificação (grossos e finos)¹⁸. As bolsas são separadas em sacos que ficam pendurados ao lado da mesa de madeira. Os plásticos grossos são jogados no chão próximos de onde estão os cooperados. Essa é uma primeira separação ainda grosseira. Só depois é que é feita a separação dos plásticos grossos, das latas de refrigerante e cerveja para serem encaminhados à prensa. Os plásticos de cor branca são vendidos por um preço bem mais elevado do que o plástico colorido.

Do lado de cada cooperado, ficam quatro sacos onde são colocados os plásticos finos, papéis coloridos, papéis brancos e o rejeito. Da mesma forma que acontece com o plástico, o papel branco tem maior valor comercial do que o colorido. O lixo que não serve para reciclar é chamado de rejeito e é levado pelo caminhão da EMSURB para a lixeira.¹⁹

O lixo que chega tanto da coleta seletiva como também das doações, após separado, é pesado e identificado (coleta seletiva ou doação). Isso permite que a cooperativa tenha o controle da entrada e saída de material. Atualmente, a maior parte da matéria-prima vem das doações. Após o material ser separado, um dos cooperados faz uma breve inspeção para verificar se a triagem foi feita corretamente. Esse trabalho é feito por qualquer um dos cooperados designados pela presidente ou pelo tesoureiro da cooperativa. Não existe uma pessoa pré-definida para fazer essa atividade.

Uma segunda etapa dos processos de trabalho acontece quando é feito o uso da picotadeira de papel. Parte do papel fino, que foi triado, vai para uma máquina para ser picotado. Só cinco pessoas, todas do sexo feminino, sabem manusear essa máquina. O seu manuseio exige concentração e cuidado porque pode provocar acidentes de trabalho. Os papéis são colocados manualmente e aos poucos na máquina para picotar e se transformam em filetos que são espalhados pelo chão.

A terceira etapa consiste na prensagem do papel, plásticos e latinhas de cerveja e de refrigerantes. Existem duas máquinas de prensa: uma que prensa papel e papelão e outra que amassa as latinhas. Na prensa, os plásticos ou papelões são colocados também de forma manual e todo o comando da máquina é assumido por um cooperado que amassa

¹⁸ São considerados plásticos grossos: garrafas de PET, bacias, baldes, garrafas de água sanitária, vasos de margarina, detergente e amaciante. Os plásticos finos são: bolsas de supermercado ou de outra procedência.

¹⁹ No rejeito estão material de PVC (copinhos de água e café), material orgânico que ainda vem junto com a coleta etc. Esse tipo de material não é utilizado pela CARE

constantemente os papéis ou plásticos, coloca e retira os fardos. Para prensar o papel e o papelão, o processo obedece as seguintes etapas: a máquina é aberta e é colocado um papelão grosso em baixo para servir de base. Em seguida, a máquina é fechada e começa a colocar os filetos de papel que foram picados, os papéis e papelões grossos. O objetivo dessa mistura é que o papel mais grosso sirva de recheio para o fino de forma que facilite a compactação. Quando o fardo já está no tamanho adequado, coloca-se outro papelão por cima, tira-se o fardo de dentro da máquina e amarra com cordas ou cordões grossos. Está pronto o fardo de papel para ser comercializado.

O mesmo processo acontece com a prensagem dos plásticos grossos e também das latinhas de cerveja e refrigerante, mas com a diferença de que, nesse caso, não precisa de recheio para facilitar sua compactação. As latinhas de cerveja e de refrigerante são prensadas em outra máquina diferente da que prensa o papel. Só não prensa os galões de ferro e os vidros que são vendidos da forma que chegam à cooperativa.

Por último, os fardos já prontos são levados, manualmente, pelos cooperados até o carro e são transportados para a comercialização. Não existe dificuldade para fazer a venda, uma vez que a CARE já tem definido os compradores para os seus produtos, com possibilidade de ampliar as vendas se aumentar a produção.

Apesar de serem processos bem simples, exigem-se conhecimento e experiência. Os cooperados não sentiram dificuldades, uma vez que já tinham, principalmente na parte da triagem, experiência adquirida com o trabalho no lixão. É importante colocar que a grande maioria dos cooperados possui conhecimento de todos os processos de trabalho, mesmo que não estejam envolvidos em todos eles e sabem explicar os detalhes e as especificidades do material utilizado na reciclagem (por que separar por cor, qual o material mais caro e o mais barato etc).

Os processos de trabalho obedecem a uma seqüência e uma ordenação em todas as atividades desenvolvidas. Mesmo que não se caracterize como uma linha de montagem, uma etapa depende da outra para que o produto final (os fardos) tenha o formato desejado para a comercialização.

6 – O trabalho no lixão e na cooperativa: a visão dos cooperados

O trabalho é uma atividade social presente em todas as sociedades e continua sendo fundante para a sociabilidade humana. Portanto, é preciso analisá-lo em suas múltiplas facetas e tendo como referência não apenas o emprego fabril. Nesse sentido, é importante desvelar o que significa trabalhar em uma cooperativa a partir do cotidiano vivenciado pelos cooperados, ou seja, da dimensão da vida cotidiana, em sua heterogeneidade e sentidos, do homem inserido em sua cotidianidade, história, enquanto ser particular e genérico (Heller, 1972).

Como a vida cotidiana não é somente rotina, segundo Pais (2003), é importante “vadiar” pela realidade mesmo quando aparentemente nada se passa. Seguir as rotas do cotidiano, não isolável do contexto em que se situa, seguindo a lógica de descoberta e não da demonstração. Diante dessas referências nos perguntamos: o que significa o trabalho para as pessoas que desenvolvem suas atividades com o lixo? Como pensam aqueles que estão envolvidos nesse tipo de trabalho e participando de uma cooperativa?

As observações feitas durante as visitas e entrevistas realizadas com os cooperados evidenciaram alguns aspectos que convêm serem destacados.

6.1. O trabalho no lixão

Todos os cooperados da CARE vieram do lixão da Terra Dura. A grande maioria vivia do e no lixão. Todos os entrevistados moravam no lixão, de onde tiravam o sustento de suas famílias. Foram trabalhar lá por indicação de algum parente ou amigo e devido à falta de opção, porque ficaram desempregados. Boa parte deles teve experiência de trabalhos assalariados e foram demitidos face às diversas mudanças que vêm se processando nas empresas, principalmente no que diz respeito à redução dos postos de trabalho. As falas dos entrevistados evidenciam claramente essa situação: “Tinha carteira assinada. Fiquei desempregado porque a firma perdeu o contrato. Como não consegui outro emprego o jeito foi ir para a lixeira”. (E3). “Fiquei parado. Tinha um irmão que trabalhava na lixeira. Ele me chamou e fui trabalhar para mim mesmo.” (E6). “A mulher que eu trabalhava não podia mais me pagar, morava de aluguel e precisava criar os meus filhos.” (E5).

Observa-se que a decisão de ir trabalhar na lixeira, além da ligação com a perda do emprego, ou a falta dele, também está vinculada a alguma relação de amizade ou parentesco com outras pessoas que já desenvolviam atividades no lixão, ou seja, com a rede de sociabilidade a que pertencem os catadores. A fala a seguir reforça ainda mais essa questão: “Tinha uma vizinha que trabalhava no lixão e ela me chamou para ir trabalhar lá. Não conseguia emprego, então fui pra lá” (E4). O fato de ir trabalhar na lixeira causava para alguns sofrimentos, além de representar uma gama de preconceitos. A sua dignidade, enquanto pessoa e trabalhador, via-se ameaçada pela sua nova condição de “ganhar a vida”. “No início, eu não queria ir. Minhas irmãs, todo mundo ia ver eu trabalhando na lixeira e iam mamar de mim. Eu com dois filhos pequenos tive que ir” (E4). “No lixão, me sentia discriminado” (E3). Se pegarmos o dicionário de Aurélio, vamos observar que lixo significa “tudo que não presta e se joga fora”. Essa é a idéia que historicamente foi construída na nossa sociedade. Trabalhar no lixão pode significar uma referência ao que não presta, não serve para nada.

Para os entrevistados, trabalhar no lixão significava uma falta de opção diante do desemprego, da falta do trabalho assalariado, sendo este último, o sonho de todos aqueles que foram trabalhar no lixão. No entanto, ao mesmo tempo, essa falta de opção e o sofrimento inicial foram se transformando cotidianamente na construção de uma nova experiência de trabalho e foi este fator que, além de garantir a sobrevivência da família, favoreceu sua inserção na cooperativa. “Quando fui para a cooperativa, sabia fazer tudo porque eu já fazia isso no lixão” (E4). Eles trouxeram a experiência que tinham acumulado e agregaram outros conhecimentos através do curso sobre reciclagem do lixo que todos participaram, e de um cotidiano que foi e é construído diariamente através do trabalho.

6.2. O trabalho na cooperativa

A ida para a cooperativa significou para todos os cooperados entrevistados a melhoria das condições de trabalho, uma vez que, na CARE, não estão expostos à chuva, à sujeira, à violência etc. Foram comuns em suas verbalizações afirmações como: “aqui melhorou 100%, não tem aquela lameira” (E6); “No lixo vivia sujo” (E3); “aqui é bom porque não tem lama, não trabalha no sol, não tem muita sujeira” (E5); “aqui não tem

fedor, não se pega em tudo, trabalha com luva. Na lixeira a gente topava de tudo, lama, sujeira” (E2).

Trabalhar na cooperativa, para eles, também representa segurança em termos de sobrevivência, principalmente no que diz respeito ao resultado objetivo que ela proporciona, ou seja, o recebimento de um valor monetário. “Aqui se a gente cair em uma doença recebe alguma coisa, pelo menos metade do que ganha na semana” (E2). “No lixão, quando dava bom tirava um dinheiro a mais. Aqui é bom porque a gente trabalha e recebe certinho, toda semana” (E2). Ao mesmo tempo que gera segurança para as questões de sobrevivência imediata, suscita preocupações com o futuro, principalmente quando pensam na velhice.

“ Eu acho bom pelo menos tenho o meu dinheirinho que estou ganhando. Já estou velha, não posso trabalhar em firma, não posso trabalhar em outro canto, vivo doente. Eu só queria uma melhoria pra mim, porque daqui a uns dias eu me afasto e vou morrer de fome, porque não tenho quem me dê. Se eu fosse aposentada, eu podia ir passando porque eu crio dois netos. Mas eu me afastando daqui eu vou passar muita necessidade porque diz que não ajuda mesmo. Não é de carteira assinada. Aqui a gente não tem direito a nada” (E4).

A idéia do emprego com carteira assinada é um fator muito forte entre os entrevistados, principalmente para aqueles que já trabalharam na condição de assalariados. Ficou evidente, em falas e comentários dos cooperados, a valorização do trabalho vinculada com a idéia historicamente disseminada com a modernidade: trabalho vinculado ao assalariamento, ao campo da empresa, da indústria, “da firma”. Sem desconsiderar que trabalhar sob a forma cooperativa é bom, para os cooperados, a carteira assinada, o recolhimento para o INSS, aparecem como um aspecto importante de segurança a longo prazo.

“Para mim trabalhar junto é melhor. O que não gosto é que não tem carteira assinada. Quando trabalhava na firma era bom por isso, temos os nossos

direitos. Aqui a gente não tem e devia ter, essa é a minha opinião. Eu preferia que fosse com carteira assinada. Quando sai daqui não tenho direito a nada só a 50,00, pra que dá? O rapaz do Ministério Público estava dizendo que ia resolver o negócio do INSS. Eu gostei porque se sair daqui não vou poder trabalhar mais em outro lugar e vou viver como? “ (E6).

Da mesma forma coloca outro cooperado:

“ Eu achava assim, já que é cooperativa, quando a gente saísse aí pelo menos aquele fundo que diz que tá pra gente, a gente pegar cada uma pessoa que fosse saindo, mas não é assim. Dizem que a gente não tem direito a nada. A semana passada ele teve aqui e disse que vai fazer uma reunião com a gente que é pra ver o que vai fazer com a gente, com o futuro da gente, garantir o INSS. Deus ajude que seja assim, porque quando a gente se cortar, adoecer já tem um futuro seguro” (E4).

Na legislação cooperativa, existe a possibilidade de criação de fundos sociais que possam assegurar o afastamento dos cooperados por motivo de doença, licença maternidade, descanso remunerado etc. Além disso, os cooperados podem contribuir para o INSS sob a forma de autônomos, o que não tem ocorrido na CARE. Os depoimentos mostram que essas questões não são discutidas entre os cooperados. Exemplo disso é a fala do cooperado quando trata da dependência do técnico do MP para que essa decisão seja tomada. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se estabelece essa relação de dependência e subordinação, aparecem as idéias da necessidade de garantia de direitos, apesar de que essas idéias estão vinculadas ao caráter da ajuda, do paternalismo, da dependência.

A prevalência das relações de favor revela também a existência de uma hierarquia em que as relações são permeadas pela obediência, principalmente porque os cooperados se

reconhecem como desiguais em relação a outros segmentos da sociedade. “Hoje os ricos falam com a gente” (E3). São idéias construídas socialmente que têm vinculação com a formação da sociedade brasileira, com a cultura de subordinação, com a forma de tratamento dos colonizadores para com os colonizados, com a imagem de inferioridade em relação aos dominantes.

Todas essas questões são reforçadas na medida em que existe um sentimento de desvalorização do trabalho por parte dos cooperados: “esse é um trabalho simples” (E3); “por enquanto vou trabalhando assim clandestino” (E4). Trabalhar no lixo é se reconhecer como simples, algo que não tem muito valor, clandestino, não legalizado. Mesmo que, para alguns cooperados, exista o entendimento de que o trabalho na cooperativa é importante, essa valorização está sempre vinculada à imagem do outro ao que a sociedade pensa, ao que é valorizado socialmente, ou seja, aquilo que tradicionalmente se considera como um trabalho “digno”. “Não vivia falado na rua, não saía para os lugares. Hoje quando tem palestra vamos, somos bem recebidos o povo trata a gente bem e, no lixão, não tinha isso” (E3). Esse mesmo trabalho fornece aos cooperados o reconhecimento e *status* de trabalhador, a possibilidade mínima de se reconhecerem como pessoas, como fazendo parte da engrenagem social, possibilidade essa, anteriormente, completamente ausente. Exemplo disso é a fala de um cooperado. “Hoje temos até dinheiro no banco! A gente nunca sonhou com isso, ter dinheiro no banco!” (E3).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que mesmo quando consideram importante o trabalho coletivo, no dizer deles “trabalhar junto é melhor” as verbalizações dos entrevistados apontaram para um desconhecimento geral do que é trabalhar em uma cooperativa. Todos afirmaram ter feito um curso sobre cooperativismo, antes de entrar na cooperativa, mas não sabem muito bem o que significa. Ao serem questionados, ficavam sem saber como responder: “o quê?”, “como?”, “Não sei, não tenho idéia”. Isso mostra que os significados do trabalho coletivo foram construídos, a partir da experiência do cotidiano, do que eles vivenciam cada dia, da definição dos papéis, das tarefas. No caso da CARE, como veremos a seguir, foi perceptível verificar, através da forma como as relações sociais se estabelecem, que as noções preliminares sobre o trabalho cooperativo não tinham muito sentido, uma vez que o cotidiano revela situações que reforçam o poder de mando

centralizado em duas pessoas, a forma de pagamento dos cooperados, as relações de solidariedade etc.

6.3.As relações sociais no cotidiano do trabalho

O cotidiano da CARE não revela sinais de um trabalho que tem como base os princípios e valores cooperativos. As relações estabelecidas entre os cooperados e a direção (que se resume na presidente) demonstram que existem dificuldades na condução do processo de gestão da cooperativa. Um exemplo disso é a forma como se faz o pagamento pelo trabalho realizado. Os cooperados recebem “um salário” por mês. Se faltar ao trabalho, é descontado o dia, a não ser que traga um atestado médico, ou a falta seja justificada e aceita pela presidente. As advertências, suspensões, são definidas pela presidência, que desconhece o Estatuto e o Regimento Interno no momento de punir algum cooperado. Este, por sua vez, não conhece esses documentos, o que dificulta qualquer possibilidade de se contrapor às ordens advindas da direção.

As tarefas diárias são distribuídas e definidas pela presidente. Somente na sua ausência é que podem ser indicadas pelo tesoureiro ou pela vice-presidente da cooperativa. Essa situação foi verificada não apenas em falas isoladas, mas também nos depoimentos dos cooperados. Uma cooperada ao retratar o seu cotidiano de trabalho mostra de forma clara como se estabelecem as relações de mando e de subordinação na cooperativa. “Quando chego espero a hora do café tomo café e vou pra mesa. Vou para o lugar que a presidente me mandar” (E4). Acrescenta a E2: “A presidente é quem define as tarefas. Ela administra a gente”. Os cooperados não decidem coletivamente as tarefas e as funções de cada um, nem também a possibilidade de rodízio.

As relações entre os cooperados, segundo a maioria dos entrevistados, não correm de forma tranqüila. Os depoimentos mostram que existe um clima de tensão constante tanto entre os cooperados como também em relação à presidente. Conforme mostram as falas a seguir: “falta união, tem muita fofoca e briga. Um quer ser sempre mais que o outro. Trabalhar numa cooperativa é trabalhar unido é ter respeito pelo outro” (E5). “Aqui tem muita desunião. Se a pessoa vai ao banheiro, outro fica dizendo: olhe fulano ainda não veio,

olhe está enrolando”. “Nem todos são unidos, uns querem fazer o que querem, outros mandam nos outros” (E3). “As intrigas são muito mais porque um acha que está trabalhando mais que o outro, um quer ser mais que o outro.” (E2).

Ao se referirem à presidente dizem: “Se estamos aqui é porque precisamos, mas é pressão demais em cima da gente por parte dela” (E1). “É preciso saber falar com as pessoas. Todos nós temos sentimentos. É ter compreensão com quem trabalha.” (E5).

É interessante observar que, mesmo sendo contrários a essa forma de relação estabelecida pela presidente da cooperativa, não existem, explicitamente, formas de manifestação ou protestos. O silêncio tem sido a estratégia adotada para manifestar que não concordam com esse tipo de gestão do trabalho. Quando há reunião, o que dificilmente acontece, os cooperados preferem adotar o silêncio. São ouvintes de ordens para as mudanças que precisam acontecer na cooperativa. “Prefiro ficar calada” (E5).

Como se vê, esse cotidiano, como diz Pais (2003), onde se passa o que nada parece passar é rico em revelações. Quem chega na cooperativa e vê tudo funcionando, não tem a dimensão do que ocorre em seu cotidiano. É preciso mergulhar na sua rotina, ouvir quem nela está envolvido, para que possa conhecê-la e interrogá-la. Por que as relações se estabelecem dessa forma? Por que os cooperados não se manifestam publicamente e/ou manifestam-se através do silêncio? Os próprios cooperados deram vários indícios das possíveis razões. Uma delas está relacionada à dependência financeira, a necessidade da sobrevivência. “Se sair daqui para onde vou?” (E6). “Não quero é que isso aqui se acabe porque, se acabar, estou morta” (E4). “Aqui a gente tem um salário certo” (E3). A subordinação também passa pela questão cultural e pela idéia de pobreza que como diz Martins (1991) não pode ser entendida apenas como a ausência de bens materiais, mas também como uma categoria política que se traduz na carência de direitos, de possibilidades de mudanças, de esperança. Além disso, a presidente é uma das únicas pessoas na cooperativa que sabe ler. Os demais não se sentem em condições de assumir a direção porque acham que não têm condições de executar a parte administrativa.

Outro aspecto importante diz respeito à forma como a CARE foi criada. A decisão não partiu, inicialmente, dos trabalhadores que estavam no lixão. Nasce do desenvolvimento de uma ação da UNICEF junto com o MP, cujo propósito era retirar as

crianças do lixão. Com o desenvolvimento das atividades, foi sendo observado que a questão não era somente colocar as crianças na escola, perpassavam outras ações, a exemplo da moradia, da melhoria das condições de vida dos catadores etc. A retirada das pessoas do lixão exigia encontrar alguns caminhos para que elas pudessem continuar sustentando suas famílias. Surgiu a idéia da cooperativa, idealizada muito mais pelos técnicos que acompanhavam o projeto do que pelos catadores. Tanto é que, no início, houve resistência dos trabalhadores, pois dos 310, somente 40 resolveram fazer o curso sobre cooperativismo e, desses, existem atualmente 30.

Convém pontuar também que a relação que sempre se estabeleceu com o técnico do MP auxiliou na alimentação da relação de dependência e subserviência, hoje, vivenciada na CARE, por parte dos cooperados. Aquele órgão, sem negar a importância de sua ação, assumiu para si tarefas e responsabilidades que deveriam ser conduzidas pelos cooperados. Os contatos com os órgãos públicos, o estabelecimento das parcerias, a elaboração de Estatutos, Regimento Interno, viabilização dos cursos, são exemplos do papel desenvolvido pelo MP, até hoje ainda muito presente na CARE. Coube aos cooperados o papel de executor de tarefas. A idéia da ajuda de subserviência é bastante evidente nessa relação. “Só temos vez agora porque o MP está ajudando” (E3). Aliou-se a isso o desconhecimento que eles têm sobre o que significa uma cooperativa.

Na maioria das falas os cooperados afirmam que sabem desenvolver todas as etapas do trabalho, mas estas são bem definidas entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres²⁰ e aquelas executadas pelos homens. A estes cabe o trabalho mais pesado (coleta seletiva, carregar os carrinhos com os fardos, amarrar os fardos, retirar da prensa) e as mulheres, as atividades de menor esforço físico (separar os materiais, limpeza). Reforça-se, assim, na divisão sexual do trabalho, as tarefas historicamente definidas para as mulheres, ou seja, aquelas que têm relação com o ambiente privado, a casa, o cuidado do lar. No setor de triagem, por exemplo, é forte a presença das mulheres. Na prensa, a presença masculina. No setor de picotagem, que exige uma maior habilidade e cuidado, só as mulheres sabem manusear a máquina.

²⁰ 0 Existem na cooperativa 13 mulheres e 17 homens.

6.4.O cotidiano fora da rotina de trabalho e as perspectivas de futuro

7.

O cotidiano dos cooperados, quando não estão trabalhando, tem se constituído de atividades que não exigem gastos financeiros ou grandes deslocamentos. A casa tem sido o espaço privilegiado de lazer. É comum eles adotarem atividades de lazer como: assistir à televisão, ouvir música (de preferência aquelas mais antigas), arrumar a casa e cuidar dos filhos (no caso das mulheres), ir à praia, quando possível. A grande maioria prefere ficar em casa e aproveitar para fazer as atividades domésticas, acompanhar os deveres escolares dos filhos, fazer reparos na moradia etc. Essas atividades são entendidas como não-trabalho na fala dos cooperados. “Aproveito que não estou trabalhando e faço as coisas em casa”. Isso demonstra uma distinção clara entre o que é trabalho para os cooperados. Para eles, significa a atividade desenvolvida num determinado espaço físico – a CARE, o cumprimento de horário, o cumprimento de tarefas designadas por outrem. É o local separado da moradia, das atividades domiciliares, do chamado tempo livre, é o mundo do trabalho separado do não- trabalho, ou seja, fazer as tarefas domésticas, fazer reparos na moradia, não estaria, para eles, sendo considerados trabalho, porque não possuem uma vinculação formal e direta com o mundo do seu trabalho. É notória a idéia de trabalho apenas vinculada ao desenvolvimento de atividades que gerem algum tipo de retorno financeiro e sua dicotomia com o mundo do lazer. Como diz Blass,

“ (...) tratando-se das sociedades modernas e desenvolvidas, os locais de trabalho designados como mundos do trabalho (Hirata,1997) encontram-se separados dos locais de moradia, das atividades domiciliares e outras designadas como lazer que, enquadradas nas práticas de tempo livre, formariam o chamado mundo do não trabalho. O tempo social estrutura-se, por consequência, conforme a jornada regular de trabalho que o divide em tempo de trabalho e em tempo livre. (...) A noção moderna de trabalho, criada e imaginada na modernidade, não abrange, portanto, as atividades de não trabalho” (2002).

No que diz respeito às perspectivas com relação ao futuro, os cooperados demonstraram pouca possibilidade de mudanças em suas vidas. Alguns apontam para uma vida mais tranqüila na velhice e aí a aposentadoria aparece como um aspecto importante; outros visualizam a melhoria em suas condições de moradia no sentido de ter condição de adquirir móveis novos, reformar a casa, “ter mais conforto”. Para a maioria, os filhos representam a possibilidade de ter uma vida diferente da sua, através do acesso à escola, pois o êxito escolar e a conseqüente obtenção de um diploma significam, para eles, a possibilidade de ocupar novos espaços na divisão social do trabalho. A educação como meio de mobilidade social como diz Pais (2001).

O alcance de uma vida melhor, através da educação escolar, fica muitas vezes frustrado, tendo em vista as condições sociais que se encontram, que influenciam e definem a forma de acesso à escola. Foi comum, por exemplo, informações de que os filhos com 15 anos de idade ainda estão freqüentando as primeiras séries do ensino fundamental. A possibilidade dos filhos irem trabalhar, no lixão, é motivo de preocupação para os cooperados como afirma uma entrevistada: “fico muito preocupada porque ele tem ido para o lixão. Lá, é muito violento”. Os entrevistados esperam que os filhos levem uma vida diferente da deles querem que estudem que tenham uma vida melhor.

7 – Considerações finais

Nas últimas décadas, tem-se observado o aumento de práticas de trabalho que têm como pressuposto a economia solidária. Segundo Gaiger, “(...) no campo do solidarismo econômico popular, contam-se hoje empreendimentos os mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática” (1999,pg.3).

Essa proliferação tem uma vinculação com o cenário social vivenciado nas sociedades modernas e de forma mais específica com as mudanças que vêm ocorrendo na organização da produção, nas relações de trabalho, na estruturação das empresas e na

configuração da economia mundial através dos processos de globalizações. Com isso, aumenta também a massa de desempregados que, sem possibilidade de inserção no mercado de emprego e trabalho formal, tem procurado outras alternativas de “ganhar a vida”. As cooperativas têm sido uma dessas formas. Elas vêm (re)surgindo sob novas abordagens que se diferenciam do cooperativismo tradicional e estão se disseminando em diferentes setores da economia entre eles a reciclagem do lixo.

O aproveitamento dos resíduos sólidos tem se constituído um desafio na contemporaneidade, face ao volume do lixo produzido nas cidades e a necessidade de um uso adequado deste. O que geralmente ocorre com o lixo é a falta de um ordenamento, gerando um processo de comercialização informal que agrega, além dos catadores, uma rede de pequenos e médios intermediários até que os materiais recicláveis sejam reaproveitados pelo setor industrial. O comum é que os resíduos sólidos sejam despejados a céu aberto, sem qualquer preocupação com o seu destino.

A reciclagem tem se apresentado como uma alternativa para que os resíduos produzidos pela ação humana sejam reaproveitados e reutilizados. Além de trazer aspectos positivos para a preservação da natureza, esse tipo de atividade tem sido importante na geração de emprego, trabalho e renda para várias pessoas. Com esse segmento em crescimento e diante das condições de vida daqueles diretamente envolvidos nas práticas de trabalho relativas à catação do lixo, vêm surgindo diversas cooperativas incentivadas por segmentos governamentais, ONG's, movimentos sociais ou grupos populares que decidem pela organização da produção sob a forma associativa e cooperativa.

Existem, historicamente, referências quanto aos princípios e valores que regem o cooperativismo e que dão o suporte a esse tipo de atividade. Essas referências são vivenciadas de forma diferente de acordo com a realidade de cada experiência construída cotidianamente. Nesse sentido, a importância de não compreender o trabalho cooperativo como um pólo de unidades e tendo como análise apenas os aspectos históricos, conjunturais e estruturais e as referências européias.

Como diz Yazbek, para a compreensão da totalidade da vida social é preciso entender não apenas,

“a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Dessa forma a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se reproduzem as idéias nessa sociedade. Idéias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais e padrões de comportamento que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade” (1999, p.).

Por isso, não é possível pensar as experiências desenvolvidas nas cooperativas, a partir de generalizações e sem ouvir aqueles que constroem esse cotidiano, sem considerar a pluralidade de ações nesse campo e as suas singularidades. Esse foi o meu propósito, ou seja, sem perder a referência do contexto em que as práticas sociais ocorrem, procurei compreender no processo de construção e reconstrução das relações sociais cotidianas, o significado do trabalho desenvolvido na CARE, por aqueles que o vivencia, ou seja, os seus cooperados.

A experiência vivenciada pelos integrantes da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE reflete um conjunto de aspectos importantes com idéias semelhantes e diferenciadas sobre os significados de trabalhar em uma cooperativa. Envolve a forma como ela foi criada, suas trajetórias de vida, o funcionamento das práticas do trabalho no cotidiano, as relações sociais que são estabelecidas.

Se para alguns, o trabalho na cooperativa expressa a possibilidade de trabalhar “por conta própria”, ou no dizer deles porque “pra mim é bom porque não somos mandados toda hora, estamos pela vontade da gente”; para outros, representa um trabalho a mais sem muito sentido coletivo, sem expressão de liberdade e autonomia sobre o que e como faz. Esse último sentimento foi o mais comum entre os cooperados entrevistados, ou seja, o sentimento do não pertencimento ou o estabelecimento de práticas de trabalho que se revestem de pouco sentido no que diz respeito a uma relação de solidariedade e cooperação. As tarefas diárias são executadas, a partir de uma definição unilateral, os cooperados não

são envolvidos nos processos decisórios, as relações sociais são movidas por tensões constantes, prevalece a defesa dos interesses individuais. As relações se estabelecem de forma vertical, dificultando o trabalho cooperativo e reproduzindo a hierarquia de uma empresa capitalista.

A relação de dependência estabelecida, desde o início da formação da cooperativa, com o técnico do MP, a forma como a cooperativa nasceu, ou seja, a partir de uma ação externa aos trabalhadores, também são aspectos importantes para compreender os significados atribuídos pelos cooperados ao seu trabalho na cooperativa. A própria existência de um Conselho de Fiscalização e Desenvolvimento formado por órgãos externos à cooperativa indica a posição de tutela. Essa dependência passa também pelo nível de instrução dos cooperados, em sua maioria praticamente, sem qualquer escolarização, o que tem dificultado a participação de outras pessoas nos cargos de direção, situação verbalizada pelos próprios cooperados. “Não tenho estudo como vou assumir a direção?”

Sem dúvida que esses aspectos também tem relação com o próprio processo de formação da sociedade brasileira e suas configurações baseadas no coronelismo, paternalismo e subserviência. No caso do Nordeste e de Sergipe em particular, isso tem uma real significação sobre a formação do trabalhador. É interessante observar como isso se reproduz no cotidiano dos cooperados, através das relações de mando, da dependência constante dos órgãos públicos, das reações tímidas que mesmo elencando a possibilidade de reação e de reivindicação de direitos não avançam além da necessidade do imediato. Indica também que, como diz Martins, “o modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de idéias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico” (1978,p XI).

O significado de trabalhar na cooperativa também passa pela maneira como ocorreu o processo de formação dos cooperados em um novo cotidiano. A experiência de trabalho no lixão que se configurava por práticas individuais, ou no dizer dos cooperados “ninguém mandava em mim”, também é um indicativo que auxilia na compreensão das dificuldades enfrentadas por eles ao se defrontarem com um novo cotidiano que exigiu o exercício do trabalho coletivo, a construção de novas relações sociais e de valores como solidariedade e cooperação. Mesmo que cada um se sinta “fazendo a sua parte”, para que todos os

processos de trabalho aconteçam, é necessário que se estabeleça uma rede de relações sociais.

Trabalhar na cooperativa significa, para a grande maioria dos cooperados, uma melhoria nas condições de vida, principalmente se consideradas as condições de trabalho no lixão. Mesmo assim, o sonho pelo trabalho com carteira assinada vinculado e com a possibilidade de garantias na velhice continua vivo na maioria dos entrevistados. O cotidiano vivido na cooperativa cuja forma de gestão assemelha-se aos princípios da empresa capitalista, também contribui para esse entendimento. Fica difícil, para os cooperados, compreenderem, por exemplo, por que não têm carteira assinada em uma situação de trabalho em que são “mandados”, recebem ordens, não participam na tomada de decisões, são punidos quando não vão trabalhar ou suspensos no caso de qualquer atitude que vá de encontro ao que pensa a presidente.

Contribui para esse significado, o fato de que alguns cooperados já passaram por experiências de trabalho assalariado e vivenciarem no cotidiano da CARE relações que reproduzem o contexto de trabalho com um vínculo empregatício, ou seja, a reprodução dos mecanismos de controle próprios da disciplina fabril.

Os cooperados vêem o que fazem como trabalho. Para eles, um trabalho não valorizado, um peso, uma falta de opção. Era visível o trabalho sem alegria, a falta de sorrisos e de diálogo entre os cooperados, mesmo no trabalho de triagem que aglutina um número maior deles. Foi comum identificar o desencantamento pelo não acesso a um trabalho e emprego assalariado. O trabalho, enquanto ato criativo, enquanto obra do homem independente de onde esteja sendo realizado (Arendt, 1983), perdia o seu sentido.

A não valorização do trabalho que desenvolvem, associa-se ao preconceito socialmente estabelecido de que trabalhar no lixo é trabalhar “com o que não presta”, “com o que ninguém quer mais”, “algo eliminável, descartável”. Reflete a construção do imaginário urbano que relaciona aqueles que trabalham na catação de lixo como os pobres, pedintes, aqueles que moram nas periferias, que podem ameaçar a “ordem social”. Reflete o estigma social (Gofmam), que acaba sendo incorporado no cotidiano dos cooperados.

Ao mesmo tempo em que o trabalho na cooperativa ganha centralidade como alternativa de sobrevivência, da falta de opção diante da “informalidade”, do desemprego,

auxilia na construção de outra identidade enquanto trabalhador. “Hoje temos outro tratamento, as pessoas conversam com a gente” (E4). “Hoje posso voltar pra casa com a mesma roupa que uso aqui e as pessoas não sentem nojo da gente”. O trabalho na CARE tem possibilitado, portanto, ocupar um novo espaço na vida social, servindo de “passa porte” para serem reconhecidos no bairro, junto aos vizinhos, aos familiares, ao grupo de amigos. Ainda assim, é notório que, nas perspectivas de projetos para o futuro esse tipo de trabalho não é desejado para os filhos, uma vez que depositam neles a possibilidade de ascensão social pela via da escola, da educação formal.

É um misto de significações quanto ao entendimento do trabalho na cooperativa, da vida, do futuro. Mas como diz Thompson,

“(.) os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de *contradição*, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. (...) Homens e mulheres discutem sobre seus valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais” (1981, p.194).

Tudo isso mostra que a diversidade de significados verbalizados sobre o que significa trabalhar em uma cooperativa, pelos cooperados, tem relação com a sua experiência, com o seu cotidiano. Como diz Thompson, ao se referir à formação da classe operária inglesa:

“(.) as mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto. (...) o operário ou torcedor de meias eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. (...) A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (1987b, p.18).

No caso dos cooperados da CARE, eles trouxeram para o trabalho na cooperativa a experiência do trabalho no lixão, do trabalho assalariado, valores, idéias, sentimentos e desejos que foram socialmente construídos e reconstruídos no cotidiano, no intercâmbio de relações sociais, na vida. Trazem também toda relação com o contexto social em que vivem, com um sistema social contraditório, injusto, excludente e desigual.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah (1983). Prólogo; Labor; Trabalho; Ação. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

BLASS, Leila (1998). Trabalho e suas metamorfoses. In: DOWBOR, L.. et al., *Desafios da globalização*, Petrópolis, Vozes.

_____. (2002). *Trabalho: lugares e significados*. São Paulo, datil.

_____. (2000). A formação multicultural do trabalhador assalariado brasileiro: o invisível pertinente. In: *Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Porto, setembro de 2000.

Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju – CARE – Estatuto e Regimento Interno.

CORAGGIO, José Luís. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: *Revista Proposta* nº. 75, FASE, São Paulo, 1997.

GAIGER, Luís Inácio (2000). Sentido e possibilidade de economia solidária hoje. In: Gabriel Kraychete & all (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a utopia e a realidade*. Rio de Janeiro, Vozes.

_____. (1999). O trabalho ao centro da economia popular. In: *Anais do XIII Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade)*. Caxambu.

GOFFMAN, Erving (1988). *Estigma*. Livros Técnicos e Científicos – LTC.

HIRRATA, Helena (1998). Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 4, número 4.

HELLER, Agnes (1972). Estrutura da vida cotidiana. In: *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOWARICK, Lúcio (1994). *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LACERDA, Ricardo (2000). Geração de emprego e renda. In: *Pensar Sergipe*, UFS.

LIANZA, Sidney (1999). Um projeto de Combate à Exclusão. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: A Economia solidária em Debate*. Cadernos UNITRABALHO, São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza (2000). O senso comum e vida cotidiana . In: *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1991). *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec,

_____ (1978). *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo, Hucitec.

NUÑEZ, Orlando (1997). Os caminhos da Revolução e a economia solidária. . In: *Revista Proposta* nº. 75, FASE, São Paulo.

PAIS, José Machado (2003). Nas rotas do cotidiano; Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana. In: *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo, Cortez.

_____ (2001). Por uma sociologia da pós-linearidade; Trabalho precário. In: *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto, Âmbar.

PINHO, Diva Benevides (1966). *A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas*. 2ª ed. Revista e ampliada, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

SANTOS, Boaventura de S. (org.) (2002). Introdução. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SINGER, Paul.(2000) *Economia solidária no Brasil*. São Paulo, Cortez.

RAZETO, Luís M. (1997). O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. In: *Revista Proposta* nº. 75, FASE, São Paulo.

RECICLANDO A CIDADANIA. Relatório Final: Projeto Lixo e Cidadania em Sergipe. UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. Ministério Público de Sergipe, 2002.

RIOS, Gilvando Sá Leitão (1989). *O que é Cooperativismo*. São Paulo, Brasiliense.

THOMPSON, E. P. (1987a). *A formação da classe operária inglesa: da árvore da liberdade*. Vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (1987b). *A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão*. Vol. II, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (1981). *A miséria da Teoria: um planetário de erros*. Rio de janeiro, Zhar Editores.

YAZBEK, Maria Carmelita (1993). Classes subalternas e assistência social. São Paulo,

Cortez.

_____. (1999). O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: *Reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 2 do Curso de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais , CFESS, ABEPSS, UNB, Brasília.

PINDORAMA: A COOPERATIVA COMO ALTERNATIVA

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho¹

Introdução.

Pindorama, “terra das palmeiras” em tupi-guarani, era uma das denominações dadas pelos indígenas à região de muitas árvores de ouricuri, quando os portugueses aqui chegaram. Foi numa destas terras de muitas palmeiras, no município de Coruripe, fincado ao sul do Estado de Alagoas, que, na década de 50, se implantou o projeto que hoje se orgulha de ser o “maior empreendimento cooperativo agro-industrial de todo o Nordeste brasileiro”.

Com seus 33.000 hectares de terras, distribuídos em 1.450 pequenos lotes, a Cooperativa Pindorama chama especial atenção dos estudiosos da economia rural pelo fato de estar instalada na área dominada pela monocultura canavieira de um dos estados com a maior concentração de terras, renda e poder do Brasil: Alagoas. No meio de uma área de imensos latifúndios, a Cooperativa fragmentou a propriedade da terra; no meio de imensas *plantations* de cana-de-açúcar e cercada por quatro unidades sucro-alcooleiras – Seresta, Coruripe, Camaçari e Paisa –, a Cooperativa diversificou a produção agrícola e a pecuária;

Quais as razões que fizeram possível a inserção competitiva de uma associação de pequenos produtores numa região dominada pelo latifúndio, monocultura e trabalho servil? Que experiência é esta? A literatura existente sobre a Cooperativa Pindorama comprova que seu estudo atrai – sempre – as simpatias daqueles que dela se aproximam, na medida em que se caracteriza por ser um projeto que, de certa forma, humaniza e moderniza as

¹ Professor Doutor da Universidade Federal de Alagoas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA-AL.

relações sociais numa região onde a Abolição da Escravidão ainda não tinha completado sete décadas, quando da época em que foi instalado o projeto.

Neste trabalho, analisaremos a experiência cooperativa no sul de Alagoas, tratando de, sempre, captar seus traços originais e, neste esforço, periodizamos nosso estudo para melhor compreender as distintas fases desta experiência pioneira em todo Nordeste. Primeiro, analisaremos a combinação excepcional da política agrária – a colonização – vigente na época, mais a existência de uma área praticamente abandonada que permitiu, entre 1952 e 1961, a implantação da Cooperativa. No segundo momento estudaremos o período 1961-1975, quando a assistência técnica gratuita e as doações tanto materiais como financeiras de estrangeiros – alemães, suíças, holandeses e norte-americanas – viabilizaram o período de consolidação do projeto, que também contou com os créditos de bancos públicos – Banco do Brasil/BB, Banco do Nordeste do Brasil/BNB e Banco do Estado de Alagoas/Produban – para alavancá-lo. O fim da ajuda externa, a crise dos anos 70 e a solução através do Proálcool e do Polonordeste implicaram uma outra configuração de Pindorama: é o período 1975-90, de dependência da produção de álcool hidratado na destilaria autônoma, com a expansão dos canaviais, o que implicou mudanças na estrutura fundiária na Cooperativa. No último período estudado, 1990-2001, há uma retomada do projeto original através da diversificação produtiva, da agroindustrialização baseada em outras culturas que não somente a cana, na busca de afirmação da fruticultura, que volta a ser um dos principais eixos econômicos da Cooperativa, e de uma lógica empresarial mais próxima à realidade do mercado. São estes os novos e destacados elementos deste experimento social de meio século.

A geografia

A Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama tem sua sede no município de Coruripe, mas suas terras se estendem até o município de Penedo, com pequeníssimas franjas em Feliz Deserto e Igreja Nova, encravadas quase totalmente na área da bacia do Rio Piauí, um rio perene que nasce perto de Arapiraca e corta o centro da Colônia. Suas terras são constituídas por tabuleiros costeiros e vales de amplitude variável.

As temperaturas médias anuais são bastante estáveis e uniformes durante todo o ano, variando entre 23 e 26 graus e sua precipitação média anual é de 1.300mm.

Ao longo do período colonial, as terras do Vale do Piauí eram consideradas pouco produtivas pelos plantadores de cana-de-açúcar, permitindo que elas mantivessem extensas áreas de matas originárias ou que fossem ocupadas por pequenos agricultores, que cultivavam lavouras de subsistência como milho, feijão e mandioca, e conviviam com uma pecuária pobre e extensiva. Esta avaliação agrônômica tornava baratas as terras que seriam compradas, em 1952, pela Companhia Melhoramentos Marituba.

A partir dos anos 60 ocorre, em Alagoas, a expansão acelerada dos canaviais, em duas direções: do norte para o sul do Estado e dos vales úmidos para os tabuleiros. Esta expansão acontece desde as primeiras experiências de plantio de cana-de-açúcar em tabuleiro, uma inovação exitosa que combinava a utilização de novas variedades da planta, a mecanização do plantio e colheita, a incorporação dos insumos químicos para a correção das deficiências do solo e a irrigação. A experiência bem sucedida do plantio, ainda nos anos 50, em São Miguel dos Campos, teve como consequência a ampliação em direção aos “tabuleiros de mangaba”, principalmente no período do Programa Nacional do Alcool - Proálcool - (1975-1989), quando estas terras tiveram uma grande valorização. Com seus 21.000 hectares de tabuleiros, 10.000 de chãs e 2.000 de vales, ou seja, com 90% do solo mecanizáveis, Pindorama tinha a configuração ideal para a expansão dos canaviais nos anos 80.

A implantação (1952-1961)

Durante quase uma década o sociólogo Dirceu Lindoso trabalhou no *Organismo das Cooperativas*, o setor da Secretaria da Agricultura de Alagoas responsável pelo acompanhamento destas associações em Alagoas. Foi ele quem batizou a primeira etapa deste projeto, que vai de 1952 a 1961, como o “período heróico” da instalação desta experiência pioneira de colonização agrária levada a cabo pela Companhia Paulista de Colonização – CPR -, com recursos do Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC.

Instalada nas “terras de ninguém”, num vale úmido e de solo considerado pobre

para as atividades canavieiras, longe da rede viária estadual, sem energia elétrica ou qualquer outra infra-estrutura construída pelo Estado, o projeto não teve o mesmo destino de outras experiências cooperativas regionais, como a Capial na Região Fumageira, e Camil, na Bacia Leiteira, e, paradoxalmente, vingou.

O nascimento da Colônia Pindorama se pode explicar, originariamente, pela combinação, por um lado, da política pública federal, centrada, na época, na estratégia de colonização de terras devolutas como forma de enfrentar o problema agrário, detectado desde o século anterior e, por outro, da existência de terras abandonadas, ou de baixo preço, em Alagoas, fato excepcional na unidade da federação encravada na parte mais antiga da colonização brasileira, com o segundo maior nível de densidade demográfica do País (depois do Rio de Janeiro, na época Capital do Brasil).

Uma descrição de Pindorama, ainda nos seus anos iniciais – 1963 – feita por um geógrafo carioca, revela, com traços fortes, a paisagem da região: *“ao longo da rodovia, que de Penedo procura a Colônia Pindorama, segue a superfície dos tabuleiros, não se percebendo a presença do homem, nem de suas atividades, mas apenas estreitos caminhos que procuram os vales, indicando a importância destes para as atividades humanas”*.

O vazio demográfico é quase total, e a esta paisagem formada pela vegetação de tabuleiro (arbustos e árvores de porte baixo), já se terá acostumado o geógrafo, quando a cerca de vinte quilômetros de Penedo, surge uma outra, bastante diversa, onde o homem e o tabuleiro passam a fazer parte de uma nova paisagem agrária.

“Esta paisagem é o resultado de um empreendimento particular, feito pela Companhia Progresso Rural, que num plano considerado audacioso organizou uma colônia e cooperativa, tendo como idéia central o aproveitamento econômico dos tabuleiros, e em torno desta idéia organizou o espaço” (Corrêa, 1963:479).

A existência desta área ainda abandonada é explicada pela história regional. O processo de ocupação das imensas terras encontradas pelos portugueses marcou definitivamente toda a estrutura agrária brasileira. As capitanias hereditárias tinham dimensões sempre maiores que o próprio território português. Ao capitão donatário era dado o poder de conceder sesmarias, com extensões de terras que, na época, eram impossíveis de serem delimitadas e ocupadas, reconhecendo-se seus limites através de

grandes acidentes geográficos como uma enseada, foz de um rio ou uma serra.

As sesmarias, de tão grandes, abrigavam espaços vazios “as terras de ninguém”. No sul de Alagoas, na área ocupada por uma sesmaria entre os Rios São Francisco, Coruripe e Piauí encontrava-se uma destas faixas de terra. No século XIX, esta área desvalorizada ficou pertencendo ao Barão de Penedo e, já no século XX, a família Coutinho apossou-se delas. Há registro de que, nas margens do Rio Piauí, havia um engenho de açúcar com uma “casa grande”, pertencentes a esta família; tempos depois o engenho foi desativado, sobrevivendo como uma propriedade rural batizada de Fazenda Santa Terezinha.

Foi nesta área de pouco interesse econômico, com terras pouco produtivas pela baixa fertilidade natural dos solos nos tabuleiros que, em 1952, um grupo paulista comprou uma grande faixa de terra e por lá instalou a “Companhia de Melhoramentos Marituba”, um projeto comercial que visava a instalar plantações de café, produzir farinha de araruta, melhorando as plantações de coqueiros. Os trabalhos da Companhia Marituba não passaram de sua fase experimental, com o desmatamento de algumas áreas e o aproveitamento das madeiras. No ano seguinte, o grupo revendeu as terras à Companhia Progresso Rural, operação realizada com dinheiro federal.

A CPR, uma empresa particular credenciada e encarregada pelo INIC de construir colônias agrícolas em diferentes pontos do Brasil, foi além da primeira experiência. Realizou estudos sobre os assentamentos dos colonos e no ano seguinte – 1955 – começou a implantação do projeto. Investiu, principalmente na infra-estrutura: abriu estradas, fez a drenagem através de 600 km de valetas e canais, construiu as primeiras casas de alvenaria, escolas e, mais importante, instalou um gerador elétrico de 150 kwh que permitiu a existência de uma serraria, uma cerâmica e uma oficina mecânica.

Neste cenário bem tropical é que aparece René Bertholet, um técnico agrícola suíço que vivia no Brasil desde 1949 e que trabalhava para Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nos seus primeiros quatro anos de Brasil, Bertholet trabalhou na Colônia de Guarapuava, no Paraná, onde foram instaladas 500 famílias de agricultores. Experiente no ramo, em 1953 ele pisava em solo nordestino, onde daria alma a esse projeto coletivista.

A Companhia de Progresso Rural, depois de construir 200 casas de alvenaria, que formavam o Centro Urbano e as aldeias de Bonsucesso e Santa Terezinha, além de outros

elementos de infra-estrutura (150 quilômetros de estradas vicinais, posto de gasolina, almoxarifado, depósito, etc.), passou a enfrentar problemas financeiros com a Superintendência de Moedas e Crédito – SUMOC -, órgão financiador da política de imigração e colonização, entidade que, tempos depois, se transformaria no Banco Central. Os resultados da empresa no campo agrícola não lhes eram favoráveis e, com sérias dificuldades financeiras, na medida em tinha esgotado seus próprios recursos assim como os recursos que tinham sido consignados pelo INIC/SUMOC, a CPR anunciou sua intenção de abandonar as atividades de colonização.

Em dezembro de 1958, com o apoio do INIC e para evitar o abandono do projeto Pindorama, Bertholet demitiu-se da CPR e propôs a transformação da pequena Cooperativa de Consumo, que existia como parte da Colônia, numa forma mais complexa de organização, a “Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama Ltda”. No ano seguinte, a Cooperativa Pindorama entrou em negociação com a SUMOC e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - e comprou o patrimônio da CPR, assumindo o controle dos assentamentos e da comercialização dos produtos agrícolas. Detentor da confiança dos financiadores da experiência cooperativada e dos agricultores de Pindorama, René Bertholet passou a ter força política própria e foi eleito seu primeiro presidente.

O período entre 1958 e 1961 é de incerteza para Pindorama, mas, mesmo assim, houve um crescimento regular e, até 1961, 450 colonos foram instalados nos lotes distribuídos pela nova Cooperativa. Neste ano chega a eletricidade de Paulo Afonso. O crescimento populacional e a chegada da energia elétrica que vinha da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, justificaram a instalação de uma usina de beneficiamento de arroz, uma fábrica de geléia e a fábrica de suco de maracujá. E, desde então, ficou estabelecida a definição da Colônia Pindorama como um projeto agro-industrial.

Contrariamente as relações capital-trabalho dominantes na região, cristalizadas nos acordos patrões-empregados, baseadas na exploração direta do trabalho sem a concessão da propriedade da terra, a Colônia Pindorama criava um novo tipo de relação, a cooperativada. Refletindo uma idéia concebida fora do ambiente local, a direção da Cooperativa exigia, nas duas primeiras décadas do projeto, que, para ocupar um dos lotes cada candidato devia

provar sua tradição agrícola e a capacidade física para o exercício das atividades no campo. No plano do comportamento social, era solicitado que o candidato tivesse uma boa relação com os demais, dando-se preferência aos casados, na medida em que respondiam melhor ao grau de compromisso e de responsabilidade. Por muitos anos, foi proibida a venda de aguardente na área de Pindorama.

Foi neste cenário e com esta dinâmica que Pindorama começava a construir uma nova forma de modelo agrícola e de organização de produtores em Alagoas. Consciente da nova experiência, René Bertholet, em correspondência dirigida ao Governador de Alagoas, em novembro de 1960, descrevia assim a influência de Pindorama: *“já hoje os ‘matutos’ que eram alugados nas usinas ou arrendatários na zona do agreste, no sertão e que são colonos associados da Cooperativa Agrícola Pindorama, estão concordando que a mesma oferece-lhes uma oportunidade de ser camponeses livres com a perspectiva de bem estar e progresso”*.

Uma apreciação confirmada pelo pesquisador do *Conselho Nacional de Geografia/CNG*, Roberto Lobato Corrêa, que, impressionado pela experiência da Cooperativa, afirmava, no final da primeira década de existência de Pindorama, que *“o seu elevado padrão de vida comparativamente com o da população regional é devido a esta forma de organização”* (Corrêa, 1963:67).

A estabilização (1961-1975)

Entre 1961 e 1974, Pindorama viveu seu período de consolidação como instituição responsável pela assistência técnica aos associados, viabilizando o crédito, prestando serviços de mecanização geral, na revenda de insumos agropecuários e comercializando suas produções. A marca principal do período de estabilização é a da abundância de recursos materiais e financeiros recebidos pela Cooperativa, que fizeram-na relativamente privilegiada em termos de estoque de capital, em contraste com o período anterior (1952/1961), marcado pela escassez de recursos materiais e financeiros.

Definido o novo estatuto da Cooperativa, o Governo federal autorizou, ainda em 1961, um empréstimo no valor de US\$ 98.000, dinheiro que viabilizou o término da fábrica

de suco de maracujá. No ano seguinte, o Governo suíço forneceu um empréstimo de US\$ 140.000, a longo prazo, destinado à formação de um fundo rotativo, com o objetivo de resolver o problema de capital de giro para os colonos já instalados.

A partir deste empréstimo *“a Cooperativa recebeu uma ajuda técnica e financeira raramente igualada em qualquer outro projeto recente”* (SEAG, 1976:6). No ano seguinte, a “Aliança para o Progresso”, uma iniciativa política norte-americana para a América Latina, fez uma doação de alimentos no valor de Cr\$ 114.190,00, cuja receita seria aplicada no financiamento das atividades agrícolas dos cooperados. Logo depois, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID -, através da SUDENE, forneceu um crédito de Cr\$ 215.545,00, destinado à recuperação dos coqueirais pertencentes aos colonos e às plantações diretamente administradas pela Cooperativa, assim como um outro empréstimo no valor de Cr\$ 150.000,00 para a modernização da fábrica de sucos. Graças às boas relações no plano federal, a Pindorama conseguiu do Departamento Nacional de Erradicação das Endemias Rurais – DNERU -, recursos na ordem de Cr\$ 200.000,00 para a aquisição de equipamentos e material para a construção dos postos médicos e do hospital local.

Os investimentos em Pindorama resultaram, de imediato, numa valorização daquelas “terras de ninguém”. Comparado com as produtivas terras na *“chã de Arapiraca, cujos solos provenientes do cristalino são utilizados com rendosa fumicultura, cujo hectare valia, em média, quando próxima da cidade, 70-80 mil cruzeiros, na Colônia Pindorama, em terras de tabuleiro, o hectare com coqueiros prestes a produzir, valia, na mesma época, cerca de 100 mil cruzeiros”* (Lobato: 1963: 484). A presença de Pindorama alterou as paisagens humana e agrária e valorizou as terras no sul de Alagoas.

Um aspecto financeiro a ser posto é o de que a dívida da Cooperativa com a SUMOC, resultante do valor pelo qual adquiriu as terras da CPR, um montante de CR\$ 284.368,61, nunca foi pago. A passagem da SUMOC para Banco Central implicou a revisão dos contratos e aquele, referente a Pindorama, se perdeu na transição e essa dívida deixou de existir. O mesmo aconteceu com um empréstimo do Departamento de Assistência Agrícola da Alemanha, CR\$ 249.945,76 que, em 1970, converteu-se em doação. Outro débito menor, junto ao Bank of Germany, no valor de CR\$ 27.649,74, foi

perdoado e passou, também, a fazer do conjunto de “doações”.

O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco do Estado de Alagoas efetuaram outros financiamentos em escala menor e, até 1970, a Cooperativa já tinha recebido, aproximadamente, US\$ 5 milhões em forma de empréstimos oficiais e ajuda internacional, “*certamente uma cifra alta para qualquer lugar no mundo*” (Muller, 1995: 18). O equivalente a um custo médio de US\$ 12.000 por cada família assentada, em 1970. Um custo muito alto se comparado com outras áreas no Brasil, como, por exemplo, com os US \$ 2.000 na Amazônia.

A esta contribuição financeira privilegiada veio se somar o apoio técnico. Articulados pelos contatos de René Bertholet, os governos da República Federal Alemã e Suíça concederam empréstimos e assistência técnica à Pindorama. Entre os anos de 1961 e 1974, mais de 140 especialistas estrangeiros - fitopatologistas, mecânicos, agrônomos especializados em culturas tropicais e cooperativismo, eletricitistas e veterinários – prestaram seus serviços voluntários em Pindorama. Holandeses, suíços e alemães do corpo dos “Voluntários da Paz”, assim como norte-americanos da “Aliança para o Progresso”, não somente ofereceram a ajuda técnica especializada como instalaram uma estação experimental, introduzindo novas raças de animais e doando toneladas de fertilizantes e inseticidas, máquinas e implementos agrícolas, frota de micro-caminhões, tratores, etc., numa colaboração internacional dirigida pessoalmente por René Bertholet.

A partir de 1965 e até 1974, essa assistência técnica, material e financeira foi sistematizada e passou a cargo do Departamento de Assistência Agrícola da Alemanha (Gesellschaft für agrarische Entwicklung), do Deutscher Entwicklungsdienst e da Fundação Friedrich Ebert (Friedrich-Ebert-Stiftung). Essas instituições alemãs assumiram a coordenação total da assistência técnica, pessoal e dos investimentos financeiros dirigidos à criação de infra-estrutura da Cooperativa. A colaboração alemã resultou em investimentos no valor de 2.957.000,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil) marcos alemães (Sudene, 1972:228).

A participação técnica estrangeira tinha uma forte justificativa, que era o atraso educacional e cultural dos colonos da Cooperativa. Apesar destes pesados investimentos na área educacional e de formação, Pindorama ainda refletia, em 1971, o peso da pouca

escolaridade de seus associados adultos. O relatório do interventor da Secretaria Estadual de Agricultura, Luiz Henrique Oliveira Cavalcante, ao *Departamento Estadual de Cooperativas*, concluía dizendo que *“temos que admitir que os colonos não têm condições de dirigi-la por si mesmos. É necessário um corpo técnico eficiente e capaz para poder assegurar o bom andamento da empresa. É bem difícil para o colono que tem uma visão limitada dirigir uma empresa como Pindorama. Falta-lhe qualidade, e isso dificulta todo o processo empresarial da Cooperativa. O colono não tem espírito e visão cooperativista. É individualista e não vê a Cooperativa como uma coisa sua. A Cooperativa sofre o problema da carência de técnicos”*.

Um diagnóstico dos problemas enfrentados pela Cooperativa em 1972 coincidia com esta análise do Departamento Estadual de Cooperativas. Nesse estudo, as causas dos problemas apontados são: *“incipiente grau de consciência cooperativista; baixíssimo nível cultural e profissional dos colonos e rendeiros; crônica deficiência da administração comercial; escassa preparação empresarial de seus dirigentes; influencia altamente perniciosa que exerce as pressões e políticas originadas em interesses locais da oligarquia latifundiária; incapacidade de enfrentar a concorrência na comercialização dos produtos e insumos agrícolas, face ao alto nível de sonegação praticada pelos intermediários; reduzida escala de produção; insuficiente assistência técnica das entidades públicas estaduais e federais, responsáveis pelo desenvolvimento cooperativista; ausência de cooperativas de segundo grau capazes de dar “suporte” ao movimento cooperativista”* (SEAG/FCEPA, 1972: 23/24)

Em que pese todo este quadro de problemas, em 1974, quando a ajuda estrangeira para a implantação da Cooperativa foi encerrada, depois de completar a programação estabelecida desde 1961, e antes de Pindorama desenvolver o seu projeto de destilaria de álcool, passo que marcaria uma nova configuração da Cooperativa na década seguinte, o projeto Pindorama tinha as suas marcas estruturais já delimitadas:

a) O patrimônio mais valioso, a propriedade da terra – os 33.000 hectares – pertencia *de facto* e *de jure* à Cooperativa; b) Mais de 700 famílias tinham recebido ou comprado por um preço simbólico seus lotes de terras; c) A introdução de novas culturas e ampliação de outras lavouras tradicionais tinha desenhado um perfil agrícola diversificado; d) A

assistência técnica continuada por quase duas décadas, assim como a introdução de máquinas, implementos agrícolas e insumos industriais tinham permitido aos colonos o acesso a essas novas tecnologias; e) A produção verticalizada e a agroindustrialização, que vinham desde o início do projeto, tinham se firmado como modelo produtivo; f) E, não menos importante, o acesso às conquistas sociais criara um ambiente diferenciado de auto-estima dos habitantes daquela área.

Refletindo o estágio de “estabilização”, em 1974, as 13 Aldeias da Cooperativa abrigavam 716 lotes de terra, com um modelo agrário claramente solidificado: 98.3% dos lotes tinham menos de 30 hectares, ocupados por colonos em situação diferenciada: a maioria tinha recebido seus terrenos de forma gratuita, outros pagaram por eles um preço simbólico, mas todos tinham a garantia de usufruto continuado daqueles lotes.

Nova paisagem agrária

A característica fundiária mais importante da experiência Pindorama é, sem dúvida, o predomínio da pequena parcela, os lotes entre 5 e 30 hectares. “*No Nordeste, Pindorama tem um sistema único de divisão de terras*”, afirmava o geógrafo alemão Keith Muller. A vista panorâmica do mapa agrário da área de Pindorama nos revela um mosaico de 1.450 pequenas peças encaixadas segundo um recorte geométrico.

Na primeira etapa de sua formação, entre os anos de 1955 e 1961, cada colono recebia uma casa de moradia, um lote de terra residencial com 4.500m², um lote agrícola, com dimensão entre 20 e 30 hectares, com uma média de 100 pés de coqueiro e um hectare ocupado pela policultura: batata-doce, feijão, araruta, mandioca, etc. Este patrimônio inicial era complementado pela construção de um depósito para colheitas, um pequeno estábulo e o fornecimento das carroças, animais de tração, vacas e porcos. E, muito importante, o colono ingressava na era mercantil, recebendo uma ajuda semanal de Cr\$ 500,00 no seu primeiro ano e Cr\$ 300,00 durante o segundo ano.

Naquela época, o Ministério da Agricultura, através do Serviço de Economia Rural, definia como padrão para as glebas do projeto de colonização, uma área entre 20 e 30 hectares, devendo servir, no caso de Pindorama, ao plantio de fumo, mandioca, abacaxi,

coco, maracujá, que tinham financiamento para custeio e investimento, através da Companhia Progresso Rural que, anos depois, foi assumido pela Cooperativa.

O geógrafo Lobato Corrêa, quem primeiro sistematizou a experiência de Pindorama, vislumbra, ainda em seu processo de construção, as alterações ocorridas na área da Cooperativa: *“o regime fundiário com a colonização modificou-se sensivelmente, surgindo na área colonizada estabelecimentos de 15-20 hectares, um total de 387 lotes em 1962. Possuindo em média 22 hectares, as propriedades são capazes de proporcionar elevado padrão de vida, o qual não é efêmero, pois os sistemas agrícolas mantêm o ritmo de produção numa escala sempre econômica. Estes fatos permitem criar, numa região de grandes amplitudes sociais, uma classe média rural, a qual é única na região”* (...) *“Este novo cenário gerava a criação, pouco a pouco, de um espírito de expectativa de mudança na estrutura agrária das regiões vizinhas. Isto faz com que, por parte dos grandes proprietários, haja sempre certo temor em relação à Colônia, empregando alguns meios, para frustrar a obra de colonização”* (Corrêa, 1963: 483).

Por suas características diferenciadas, Pindorama se constituiu um caso a parte na estrutura fundiária regional. À intervenção pública (federal) inicial foi seguida pela estreita colaboração estrangeira. Em 1967, analisando os projetos de cooperação Brasil-Alemanha, o pesquisador Manfred Kuder informa que *“a Cooperativa Agrícola de Pindorama, no Estado de Alagoas, é o maior projeto de auxílio pessoal dispensado pela República Federal da Alemanha na América do Sul. Numa área de 34.000 ha vivem 436 famílias numa comunidade. Antes de receber em Pindorama uma casa e 20 ha de terra para cultivar, a maioria desses colonos eram agricultores sem terra (grifo do autor), empregados das plantações de cana-de-açúcar do Nordeste por falta de trabalho, havendo o perigo de desaparecerem nas favelas das grandes cidades. Àqueles juntam-se alguns pequenos agricultores, que procuraram, na comunidade, segurança econômica e social”* (Kuder, 1967:69).

A exploração das terras é realizada sob duas modalidades gerenciais diferentes. A parte mais importante é gerida diretamente pelos colonos em suas unidades familiares e pelos arrendatários. A outra parte é administrada diretamente pela Cooperativa com o objetivo de dar suporte às atividades dos associados: oferta de animais para criação,

viveiros para a produção de mudas, etc.

A propriedade destes lotes é exclusiva da Cooperativa. Os sócios só têm direito à posse de seus lotes, que pode ser transferida por herança e o direito de vender o título de posse para qualquer pessoa fora da família é permitido, mas com consentimento da Cooperativa. No entanto, as pessoas com o título de posse têm que morar na área do projeto e trabalhar na terra, evitando-se o absenteísmo. Em 1974, 96.9% dos lotes tinham uma área entre 5 e 30 hectares e ocupavam 95.8% da área trabalhada na Cooperativa.

Foi o geógrafo alemão Keith Muller quem pesquisou as semelhanças do sistema de divisão de terras de Pindorama com algumas experiências européias, definindo os lotes existentes em dois Tipos: I e II. Os lotes do Tipo I caracterizavam-se como blocos retangulares que se assemelham a quadrados, em média com 20-30 hectares. Estão assentados na área antiga da Cooperativa, nas partes planas do tabuleiro, formada nos anos 1950/60. Nesta área, encontram-se três grupos de assentamentos planejados em forma de agrovilas. Os lotes do Tipo II são longos e maiores que os lotes do Tipo I. Esses lotes longos topograficamente ajustados são similares aos estabelecimentos rurais europeus, como os de Waldhofendorf, as vilas de lotes longos de floresta, assim como os encontrados em várias localidades no Sul do Brasil (Muller, 1995:19).

Dos 1300 lotes existentes em Pindorama em 1990, 900 eram do Tipo II, 70% do total e 400 do Tipo I, maiores, com 20 a 30 hectares, formando 30% do total. Ademais destas características, os lotes estavam espalhados, na sua maioria, pelas 20 Aldeias e, aproximadamente, 400 compunham o Núcleo Urbano, onde fica instalado o Centro Administrativo de Pindorama.

Esses 1300 lotes, em 1990, passados os anos mais intensos do Proálcool, mantinham uma distribuição fundiária diferenciada de 20 anos atrás, um pouco mais concentrada, mas com o predomínio de lotes com dimensão entre 6.50 e 25.70 hectares que, juntos, ocupavam 89.2% de seu número e 85.1% de sua área trabalhada.

A distribuição destes lotes, no entanto, sofreu com a falta de planejamento inicial da Cooperativa, que não projetou uma rede de vias de comunicação interna e com a ausência de estudos pedológicos o que implicava a existência de lotes com áreas inaptas para a agricultura ao lado de outros com elevadas áreas de solos de boa qualidade em relação à

força de trabalho das unidades familiares, resultando numa baixa utilização da terra e, por consequência, baixa produtividade agrícola nestes dois casos.

Essa diferença é explicada pela distribuição que levou em conta a proximidade da parcela em relação ao Núcleo Urbano, o tamanho da família e a qualidade da terra. A diferença de um para seis no tamanho entre os lotes distribuídos revela, também, a falta de planejamento inicial. A existência, em 1974, de 320 arrendatários, que exploravam glebas com tamanho entre 1 e 1,5 hectares fugia completamente ao projeto redistributivo e eqüitativo da Cooperativa.

A fragmentação fundiária de 30.000 hectares em 1.450 lotes, resultava numa média de 22 hectares por parcela familiar, que tinha correspondência na diversificação produtiva, uma marca do projeto Pindorama. As culturas industriais ou comerciais – maracujá, abacaxi, algodão, coco e fumo –, assim como as lavouras de subsistência – feijão, milho, arroz – formavam quase a totalidade da produção agrícola. A cana-de-açúcar, em 1974, apesar da proximidade de Pindorama com as usinas Coruripe e Seresta, ainda não tinha nenhuma expressão no conjunto das culturas locais.

A CRISE DE 1975 E O PROÁLCOOL.

A transição

Nos anos 1960-70, em plena expansão das atividades sucro-alcooleiras, a Cooperativa Pindorama foi ficando fora do contexto produtivo da região sul de Alagoas, resistindo no seu isolamento graças ao apoio financeiro e técnico estrangeiro, assim como aos investimentos públicos federais. Uma situação que se transforma em crise – e período de transição – quando a participação estrangeira é levantada em 1974 e que somente termina em 1980, com a chegada dos recursos dos programas federais: Polonordeste e Proálcool.

A idéia da agroindustrialização através de uma destilaria de álcool não era extemporânea. Desde o início do projeto a Pindorama abrigou a agroindústria. A primeira fábrica implantada foi a de sucos naturais, em 1958. O produto principal era o maracujá

(*passi flora edulis*). Na Cooperativa funcionaram também uma unidade de beneficiamento de arroz, a serraria, a cerâmica, a oficina mecânica e a fábrica de rações. No entanto, durante mais de duas décadas, foi a fábrica de sucos, por sua capacidade de produzir uma mercadoria com forte demanda, responsável por mais de 90% da renda obtida pelo setor industrial da Cooperativa.

A partir de 1974, como já estava anunciado, cessaram os investimentos estrangeiros. Sem uma das suas principais fontes de financiamento, a Cooperativa entra em seu processo de reestruturação e busca de alternativas. Dois grandes problemas são imediatamente detectados: o insuficiente resultado da assistência técnica estrangeira e os altos custos para manter a rede de serviços públicos criados naqueles 15 anos.

A assistência técnica sempre foi alvo de críticas internas. Neste período de transição, os balanços da Cooperativa apontavam para um forte problema: o de que a assistência estrangeira fora aplicada sobre uma estrutura despreparada em termos humanos e materiais e que não tinha dado a devida atenção aos problemas relativos à transferência tecnológica e à formação dos técnicos da agricultura local, não levando em conta seus conhecimentos empíricos, seus valores e aspirações. Num balanço mais sistemático, a Secretaria da Agricultura chegava à conclusão de que essa assistência era paternalista, substituindo o papel dos agentes locais, e neste caso, “os colonos, na realidade, foram mais espectadores do que participantes conscientes das ações desenvolvidas para promover o sucesso do programa de colonização” (SEAG, 1975). A forte presença de especialistas estrangeiros trazia um elevado grau de dependência deste pessoal, que centralizava todas as atividades relativas ao apoio técnico.

Para responder à nova realidade, Pindorama buscou alternativas, como a criação de uma Divisão Agrícola que, distribuindo e organizando os lotes da Cooperativa em três regiões, nas quais atuariam unidades técnicas e de mecanização, assumiu o apoio técnico no lugar dos estrangeiros, prestando assistência agrônômica aos associados através de uma equipe de 5 técnicos e 7 orientadores agrícolas.

Um balanço, à época, dos problemas administrativos da Cooperativa apontava para a excessiva complexidade organizacional na gerência rural, assistência técnica com pessoal não qualificado; falta de sistemática e metodologia educativas nos trabalhos de assistência;

predominância de um processo de comunicação cooperativa/colono que inibia a participação do cooperado nos destinos da instituição e ausência de serviços públicos de desenvolvimento agrícola.

Esse diagnóstico levantava o segundo grande problema: os altos custos de manutenção de uma máquina burocrática cuja consequência mais grave era a do “desvio de recursos das atividades diretamente produtivas para setores não produtivos, além de um quadro de funcionários bastante grande, oneroso, não funcional” (SEAG, 1975:18).

Durante duas décadas, a Cooperativa substituiu o Estado nas funções elementares. Fornecia aos colonos uma rede de serviços básicos – saúde, educação, habitação, assistência social, assistência técnica, creditícia, treinamento, manutenção da rede viária, etc. – a preços simbólicos ou simplesmente grátis. O financiamento destes gastos tinha origem tanto nas doações estrangeiras como nos recursos criados em sua própria produção. A fábrica de sucos maximizava seus lucros através da compressão dos preços pagos pela matéria-prima – maracujá e abacaxi – e dos salários industriais. A produção industrializada criava e transferia parte dos recursos necessários para a manutenção do projeto. Era uma espécie de “imposto sobre a produção” que financiava o acesso aos bens e serviços que caberia ao Poder Público – município, Estado e União – proporcionar.

Para se entender a lógica dessa transferência de recursos e estimar a importância da fábrica de sucos é importante registrar que, em 1974, do Valor da Produção Total da Cooperativa, calculado em 6.640.000 cruzeiros, a fábrica participava com CR\$ 1.888.700, ou seja, 28% daquele total. Parte destes recursos referentes ao “lucro” da indústria era transferida e cobria gastos dos bens e serviços entregues à comunidade de Pindorama, como, por exemplo, o custo anual de manutenção das redes escolar e de saúde, Cr\$ 140.000 e Cr\$ 210.000, respectivamente, coberto, em parte, por estes recursos e pelas contribuições estrangeiras.

Por ter assumido as tarefas que seriam do poder público, a Cooperativa construiu uma estrutura de pessoal – administrava, de serviços e de assistência técnica – excessivamente grande em relação ao seu nível de atividades produtivas diretas. A partir de 1974, com o fim das contribuições estrangeiras, a única saída possível era o repasse para o setor público, nos três níveis de organização, da infra-estrutura social de Pindorama. Uma

proposta que vem sendo negociada desde então, com algumas transferências de responsabilidades em relação à educação e saúde, para o Estado de Alagoas e Prefeitura de Coruripe.

Naquele período de transição, reconhecendo sua nova situação, Pindorama buscou apoio na SUDENE, que se movimentou em direção aos projetos de desenvolvimento regional e, em 1974, juntamente com o Banco do Brasil realizaram um outro empréstimo dentro de um “Projeto de Diversificação da Cooperativa” no valor de Cr\$ 3.762.880,00. Um vultuoso crédito que tinha por objetivos a fundação de culturas, custeio agrícola e aquisição de insumos modernos. Era um empréstimo com as características da época: prazos de um ano para culturas anuais e de três anos para o maracujá, com juros de 5 e 8% ao ano, não existindo juros para a aquisição dos modernos insumos industriais. Ao repassar os créditos para seus associados, a Cooperativa elevava as taxas de juros para 7 e 10% respectivamente, numa ação autorizada pelo Banco do Brasil para servir como “taxas de administração e assistência técnica”, assim como remunerar a Cooperativa pela manutenção dos serviços. Estes recursos deram o fôlego necessário para que, nos anos de transição entre a saída do financiamento estrangeiro e a chegada dos grandes recursos do Polonordeste e Proálcool, Pindorama pudesse se encaixar na nova realidade.

Os grandes projetos estruturantes: Polonordeste e Proálcool. A saída dos estrangeiros da assistência técnica e do financiamento direto foi compensada, nos anos seguintes, por dois grandes projetos estruturantes: o Programa de Desenvolvimento da Área Integrada do Nordeste – POLONORDESTE - e o Programa Nacional do Álcool - Proálcool. O primeiro era um programa de modernização da agricultura nordestina, através da agroindustrialização e o segundo era um programa de substituição, na matriz energética brasileira, do combustível importado pelo álcool nacional.

O Polonordeste estava inserido na lógica do I Plano Nacional de Desenvolvimento/IPND (1971/75), que pretendia promover o desenvolvimento rural do Nordeste através do fortalecimento da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais, para que gerasse uma agricultura mais eficaz, melhorando a renda, ampliando o emprego e a renda no meio rural, principalmente no universo dos pequenos proprietários, posseiros, parceiros e trabalhadores assalariados. A Cooperativa Pindorama, por suas

características associativas de pequenos produtores, era alvo prioritário do Polonordeste.

Em 1974, no marco deste Programa, o Governo Federal elaborou o “Programa de Desenvolvimento de Pindorama” que, durante seis anos (1977-1983), investiu na modernização da Cooperativa, disponibilizando para isso, US\$ 9.190.625,00, sendo que US\$ 5.046.084,00 foi a fundo perdido, para investimento na infra-estrutura produtiva, e US\$ 4.144.541,00 para crédito direto ao colono, via Banco do Brasil.

A aplicação destes recursos, em seis anos seguidos, resultou na construção ou melhoria de 96 km de estradas vicinais internas, 13 km de eletrificação rural, construção ou melhoria de 16 salas de aula e a reciclagem de 40 professores, contratação de 19 extensionistas e pesquisadores; construção um posto médico, aquisição de mais 05 tratores, o atendimento às 825 famílias de produtores rurais através da fundação de 4.341 hectares: 2.500 para cana-de-açúcar, 1.150 para maracujá, 510 para mandioca, 121 para o arroz e 60 para o abacaxi. (Silva, 1991:24).

Os recursos do Banco Mundial, carreados pelo Polonordeste, vieram a substituir, de maneira quase equivalente, os recursos antes recebidos do exterior. No quadro a seguir podemos verificar que, entre os anos de 1977 e 1983, os investimentos anuais nos vários setores de Pindorama, oscilavam entre 500 mil e dois milhões de dólares, recursos suficientes para retirá-lo de sua fase de incertezas e solidificá-lo como projeto agro-industrial.

O Proálcool e a estrutura fundiária de Pindorama

Paralelo a esta intervenção do Polonordeste, o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA -, em 1976, aprovou uma destilaria em Pindorama, mas que somente em 1980, com os recursos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo/BNCC pode ser materializada. A Cooperativa Pindorama, com os créditos do BNCC, investiu US\$ 12.144.130,00 para a construção de uma nova destilaria, sendo que US\$ 9.037.900,00 para a montagem do parque industrial e US\$ 2.301.672,00 para aumentar a área agrícola de cana-de-açúcar, e US\$ 804.558,00 para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, tratores e caminhões. Como era de praxe na época, o empréstimo foi em longo prazo (08 anos) com

carência de dois anos. Dadas às condições privilegiadas oferecidas no Plano Cruzado I (1987), a Cooperativa liquidou esse empréstimo antes do prazo estabelecido.

A instalação de uma destilaria gerou um intenso debate interno sobre o futuro da Cooperativa. O Programa Nacional do Álcool/Proálcool com seus financiamentos para a expansão dos canaviais possibilitou a entrada de uma destilaria, a única que não pertencia a um tradicional grupo de usineiros alagoanos, na área antes marcada pela diversificação agrícola, sem cana-de-açúcar. Nascida sob o signo dessa diversificação produtiva e da descentralização da propriedade, Pindorama iria assumir a cultura antagônica a sua história. Significativamente, a contra-parte da Cooperativa para viabilizar a destilaria, 10% do total do empréstimo, teve que ser capitalizada através da venda de duas áreas de Pindorama: 1.500 hectares para Usina Guaxuma e 1.000 para a Coruripe. Nesta nova situação, a preocupação era: como vai reagir a estrutura fundiária de Pindorama a presença de uma cultura sabidamente devoradora e concentradora de terras?

Em Alagoas, com o estímulo do Proálcool, a cana-de-açúcar salta de 150 mil hectares plantados em 1970 para 680 mil em 1986. No município de Coruripe, onde está a sede de Pindorama, a expansão dos canaviais naqueles anos foi ainda mais rápida e deu-se quase que exclusivamente nos tabuleiros.

Pindorama acompanha o ritmo alagoano: em 1978, a Cooperativa, em parte financiada pelo Polonordeste e estimulada pelas usinas vizinhas, já tinha uma crescente produção de cana, com cerca de 100.000 toneladas vendidas a usina Coruripe, que também prestava assistência técnica aos produtores da Cooperativa. Partindo dos seis mil hectares de canaviais em 1980, o primeiro ano de moagem, a cultura torna-se majoritária em 1986 ao ser plantada em 12.000 hectares, mais de 50% da área agrícola ocupada da Cooperativa. Os anos seguintes ficaram marcados pelo predomínio dos canaviais sobre as outras lavouras.

Duas pesquisas diretas junto aos produtores locais, realizadas em 1990 e 1993, explicam a adoção da cana-de-açúcar pelos associados. Na pesquisa da Secretaria da Agricultura, de 1990, a rentabilidade das culturas existentes em Pindorama é quase semelhante quando fazemos a relação custo/lucro, receita/custo, com leve vantagem para a cultura de maracujá e desvantagem para feijão, em relação à cana.

Segundo a pesquisa de Silva (1993), a renda por hectare plantado com cana-de-açúcar é menor que as culturas intensivas de abacaxi, maracujá e mamão, menor, um pouco, que a de coco, conseguindo ser maior apenas que a cultura do feijão. Apesar de seu rendimento menor, a expansão dos canaviais aconteceu na área de Pindorama. As razões apresentadas nas duas pesquisas são idênticas: a) a cana-de-açúcar tinha garantia de financiamento; b) tinha garantia de preços estabelecidos a priori; c) a cana também tinha comercialização garantida e, d) apoio técnico com uso de tecnologia avançada. (Silva, 1993:65).

Mas, e a estrutura da propriedade das terras? A análise dos dados sobre a estrutura fundiária de Pindorama entre o período antes do Proálcool (1974) e anos depois de sua desativação (1993) nos permite distinguir algumas alterações. A mais importante delas é a de que a incorporação de novas 600 parcelas quase duplicou o número em relação a 1974. Majoritariamente, estes novos lotes são de dimensão mais ampla que a média dos distribuídos nos anos 60/70. Os novos lotes têm, em sua maioria, tamanhos superiores a 20 hectares que, juntos, têm 38% dos lotes e mais de 55% da área cultivada. Outra característica é a concentração de lotes nas mãos de um mesmo proprietário: são 1.186 associados para as 1.450 parcelas existentes, significando que, mais de 200 lotes foram comprados por colonos mais ricos, que têm entre dois e quatro lotes. Propriedades quase todas ocupadas por cana-de-açúcar.

A fragmentação da propriedade, a definição dos lotes em parcelas entre cinco e trinta hectares, a criação de normas que estabelecem critérios para barrar a concentração fundiária, uma política de distribuição de lotes que privilegiou o pequeno agricultor familiar, tudo isso parece insuficiente para enfrentar um processo relativo de (re) concentração fundiária.

Para o engenheiro agrônomo Ricardo Ramalho “isso se desencadeou a partir da evolução da cultura da cana-de-açúcar, notadamente exigente em grandes áreas, em função do modelo tradicional de exploração. Assim sendo, os grandes produtores de cana da região passaram a adquirir lotes em Pindorama com esta finalidade. Como há uma limitação normativa de dois lotes por colono, utilizavam-se - e continuam utilizando-se - de artifícios como distribuir entre familiares os lotes adquiridos ou, o que é mais comum, simplesmente

negociar a compra à margem do controle da Cooperativa, tomar posse e manter o mesmo nome do antigo colono.”

Este segundo artifício livra o adquirente do pagamento de taxas, bem como permite deixar o lote na florescente bolsa informal de terras à espera de um novo negócio ou incorporado, de fato, ao patrimônio do comprador pelo usufruto contínuo das terras e a habitualidade da posse. A concentração fundiária é, portanto, um problema grave, que transcende aos dados oficiais do quadro de colonos da Cooperativa.

Nos 18 anos de intervalo, levando-se em conta o aumento de quase 90% no número de lotes, podemos verificar que: a) as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, cresceram em seus números e área, revelando a presença de novos colonos e, principalmente, arrendatários com pouca terra; b) o espaço intermediário, com mais de 10 hectares e menos de 25 foi ampliado, principalmente sua área e; c) as propriedades maiores, com mais de 25 hectares, foram as mais beneficiadas em seus número e área. No entanto, a ampliação da área de canaviais, ainda que se tenha dado nos lotes maiores não implicou uma configuração agrária capaz de reduzir a característica fundiária principal da Cooperativa Pindorama, que é a de ser uma área de pequenas e médias propriedades, totalmente diferenciada das áreas agrícolas de seus vizinhos regionais.

As razões para a sobrevivência e permanência dessa estrutura fundiária, apesar de suas alterações, podem ser encontradas em várias explicações, mas resumida numa idéia central: no momento de decisão de incorporar a Destilaria em suas terras, a Cooperativa já tinha construído, em 25 anos de existência, todas as características estruturais de um espaço diferenciado da região onde se encontrava:

a) Sua estrutura fundiária estava bem fragmentada, com seus lotes distribuídos em pequenas parcelas e, por norma interna, a distribuição das novas parcelas tinha que respeitar o tamanho estabelecido desde os anos 60; b) A diversificação produtiva agrícola e a agro-industrialização eram uma realidade particular somente daquela região; c) A distribuição de renda, mais alta que a nordestina, comparativamente aos vizinhos municipais, era extremamente homogênea para os padrões regionais e locais; d) O acesso aos bens públicos – educação, saúde, habitação – era uma realidade diferenciada em termos nordestinos; e) os colonos eram beneficiados por uma política de crédito agrícola e assistência técnica

desconhecida para a maioria dos pequenos agricultores da região.

Em resumo: Pindorama tinha construído um modelo agrícola suficientemente forte baseado nestas características, um modelo capaz de enfrentar e sobreviver à forma tradicionalmente concentradora de produzir a cana, açúcar e álcool. A Cooperativa mostrou-se capaz de produzir cana-de-açúcar em grande quantidade, sem que, para isso, precisasse modificar – significativamente – sua anterior estrutura de propriedade baseada em pequenas parcelas de terra de até 30 hectares.

A nova paisagem humana

Pindorama não é somente uma cooperativa de produção agro-industrial, mas uma experiência social que marca uma diferença na paisagem humana do sul de Alagoas, pela divisão das terras, a seleção dos colonos, a diversificação na produção e, principalmente, a qualidade de vida de seus moradores, resultado dos investimentos em educação, saúde e habitação, que separou Pindorama da realidade que a cercava.

Pindorama conheceu um desenvolvimento demográfico acelerado. Os cinco mil habitantes de 1961 já representavam 7.000 em 1970, 8.000 em 1972, 10.000 em 1974, 16.000 em 1985, 25.000 em 1991 e 28.000 em 2000. Ou seja, uma taxa média de crescimento de mais de 6%, bem mais alta que as médias urbana e rural de Alagoas e do Nordeste, no mesmo período. Em Pindorama, o estilo pessoal de René Bertholet e de seus muitos voluntários ficou marcado na formação da população local.

Estudando a experiência no final de sua primeira década de existência, um pesquisador do Conselho Nacional de Geografia realçava este aspecto afirmando que *“numa área onde dominam, de um lado, os assalariados da usina Camaçari, de outro, os meeiros da zona rizícola próxima, e mais os assalariados da zona do coco litorânea e os numerosos reideiros das zonas de criação (povoados de Alagoinha e Quaresma), a presença de pequenos proprietários rurais, com um nível de vida elevado, constitui uma experiência nova que contrasta de muito com o regime de trabalho tradicional. Habitando casas de tijolos e caiadas, dispondo dos serviços indispensáveis (escola, hospital), e usando adequadamente a terra, esta população apresenta-se sadia, dentro dos padrões de*

vida decentes” (Corrêa, 1963:483).

Neste aspecto – o legado social – a Cooperativa tem vários aspectos a destacar. Primeiro, e mais importante, todos os colonos têm seu pedaço de terra, uma aspiração secular. Segundo, a renda desses agricultores, em 1974, equivalente, em média, a US\$ 200, era *“muito superior à renda per capita existente no meio rural do Nordeste”* (SEAG, 1975:15). Terceiro, o volume de empregos diretos gerados no espaço da Cooperativa contrastava com seus vizinhos regionais. No setor agrícola a força de trabalho das unidades familiares tinha um alto grau de ocupação. Em 1974, foi estimado que apenas 10% da força de trabalho disponível não era utilizada durante o ano agrícola. Quarto, os colonos tinham acesso a serviços que, para a maioria esmagadora dos agricultores nordestinos, naquela época, eram – e continuam sendo – artigos de luxo. (SEAG, 1975).

Na área educacional, a Cooperativa mantém, desde sua origem, uma Divisão de Educação, cujo órgão executivo é o Centro de Treinamento Rural de Pindorama - *CETRUP*, financiado até 1974, em grande parte, pela Fundação Friedrich Ebert e, depois, mantido pelos recursos próprios da Cooperativa até 1998, quando da parceria com a Prefeitura de Coruripe.

Esta colaboração estrangeira era diversificada: *“em 1964 a República Federal da Alemanha tomou para si o projeto de colonização. Em princípios de 1965 chegou o primeiro grupo de 22 voluntários do Serviço Alemão de Desenvolvimento. Assim, a mortalidade infantil diminuiu depois que as enfermeiras alemãs passaram a desenvolver ali suas atividades. Assistentes sociais treinaram auxiliares nativas, que cuidavam da higiene e tratavam de melhorias no âmbito doméstico, principiando com crianças nos jardins de infância. Mecânicos alemães voluntários encarregaram-se, juntamente com os habitantes da aldeias, da manutenção das máquinas agrícolas”*. (Kuder, 1967:70).

Desde sua fundação que a educação era vista como ferramenta de desenvolvimento de Pindorama. Numa de suas correspondências ao Governo do Estado, em novembro de 1960, René Bertholet deixa claro que *“a Cooperativa precisa sem dúvida da ajuda do Governo de Alagoas particularmente em relação ao pagamento de professores, afim de cada colono aprenda ler e escrever e aos filhos dos mesmos atinjam um nível de cultura que permitirá a nova geração ir adiante sem ajuda exterior”*.

A educação básica – alfabetização, jardim infantil e primário – se generalizou na área da Cooperativa. Já em 1974, diferentemente de todas as áreas rurais de Alagoas e Nordeste, 75% das crianças de Pindorama estavam nas escolas. Naquele ano, das 18 escolas primárias existentes em Pindorama, apenas uma era pública, na sede da Cooperativa, com 10 professores e 250 alunos. As 17 outras escolas – rurais – eram mantidas pela Cooperativa com seus 32 professores e 1.475 alunos. Um colégio secundário (ginásial) com 124 alunos e 9 professores também era obra do CETRUP.

Para a formação de mão-de-obra especializada o CETRUP realizava convênios. Nos anos 70 realizou, em parceria com o Governo federal, o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO - e o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL -; nos anos 80 e 90 com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI - e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC -, para cursos profissionalizantes.

No relatório apresentado à Secretaria de Agricultura, em 1971, o então interventor na Cooperativa Pindorama reconhece que *“o setor educação proporciona à Cooperativa uma posição de realce completamente diferente da realidade do meio rural alagoano ou mesmo nordestino”*. Os altos índices de alfabetização (73%) e escolaridade podem ser comparados com os valores da microrregião onde está localizado o município de Coruripe: em termos relativos, a população alfabetizada de Pindorama representava quase o dobro da população daquela microrregião, que era de apenas 41%. (SEAG, 1975:93).

Essa infra-estrutura educacional, vinte anos depois, foi ampliada: são 40 salas de aula nas 27 escolas rurais que funcionam nos três horários. Foi constituída uma rede escolar, distribuída pelas 20 Aldeias com um total de 4.000 alunos, contando com 210 servidores entre professores e funcionários de apoio. Para a Secretaria de Agricultura *“a relação entre o número de matrícula e a população em idade escolar é bastante significativa, estimando-se que mais de 90% das crianças são matriculadas e a evasão escolar é quase nula”* (SEAG, 1991:37). Hoje são mais de 5.000 alunos matriculados, quase 100% das crianças em idade escolar.

A saúde pública também faz a diferença intra-regional. Em 1974, a estrutura estava composta por um Centro Médico, localizado no Centro Urbano de Pindorama e 7 Postos Médicos distribuídos nas Aldeias de forma a atender a todos os moradores da região. Um

hospital com 20 leitos atende aos casos mais graves. Com o fim da ajuda internacional em 1974, a Cooperativa assumiu, junto com o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural – Funrural -, as despesas nesta área.

Outro importante aspecto da paisagem humana de Pindorama é sua infra-estrutura social. Todas as unidades domiciliares da Cooperativa têm eletricidade; assim como o fornecimento de água, que está sob a responsabilidade da Cooperativa, que mantém uma rede hidráulica para servir ao centro urbano e uma rede de chafarizes que abastece todas as Aldeias. A rede telefônica interna liga as Agrovilas ao Centro Urbano e está conectado à rede nacional. Uma situação privilegiada se levarmos em conta estes mesmos indicadores nos demais municípios e localidades nordestinos.

Apesar de suas boas relações com entidades internacionais e com o Governo federal, a Cooperativa sempre teve relações historicamente “estranhas” com o Estado de Alagoas. Financiamento da produção, apoio técnico e o tratamento da infra-estrutura de Pindorama sempre foram realizados de forma mais lenta e demorada, diferentemente de outras regiões alagoanas. A Cooperativa esperou mais de 40 anos pelo asfalto de apenas seis quilômetros de estrada, o pequeno trecho da AL-101 até o Núcleo Urbano de Pindorama. Essa estrada impedia uma maior comunicação com as demais regiões, principalmente nos meses chuvosos, entre abril e agosto. Hoje, a rede federal, a BR-101, é alcançada desde Pindorama pela estrada estadual, a AL-101 Sul, que liga Penedo a Coruripe. Estradas municipais ligam Pindorama às cidades de Feliz Deserto, Coruripe, Piaçabuçu e Junqueiro. Internamente, os 210 km de estradas municipais ligam o Núcleo Urbano da Cooperativa às Aldeias.

A Cooperativa Pindorama conseguiu, ao longo de meio século, manter-se como projeto associativo de pequeno agricultores, afirmar-se como modelo agro-industrial e possibilitar um padrão de vida acima da média local e regional para seus 1.180 sócios. Um padrão de renda crescente se levarmos em conta as informações da Sudene, em 1972, onde se afirma que *“entre 1966 e 1971 a renda média dos colonos triplicou se comparada com a renda média dos outros grupos na agricultura do Nordeste e, há que considerar ainda, que o aumento da renda em Pindorama, ao contrário da regra para o Brasil, é basicamente igual”* (Sudene, 1972:43).

A Secretaria de Agricultura levantava, em 1975, o valor de US\$ 200 per capita *anual* como renda dos associados de Pindorama e, em 1991, a mesma Secretaria já registrava uma média de 2,4 salários mínimos *mensais* como a renda média, para um salário mínimo de US\$ 100 na época. Um padrão de vida que, além da renda, também pode ser avaliado pelo acesso aos bens públicos negados à imensa maioria da população alagoana. Anos antes, o relatório da Sudene registrava que *“a maior parte dos colonos pode, através do aumento de renda, satisfazer suas necessidades mais prementes, tais como, melhoramento de sua dieta diária, vestuário e moradia. Isto reflete, visivelmente entre outros, na cooperativa de consumo, mantida pela Cooperativa, e também na ampliação da feira semanal. Além disso, puderam ser adquiridos ainda bens de consumo mais refinados, que aqui na região são considerados de luxo, tais como, rádios bicicletas, e carros de passeio. Os saldos permitem, ainda, para muitas famílias, uma melhoria na instrução e educação das crianças, o que acontece em medida crescente”* (Sudene, 1972:43).

Pindorama dos anos noventa, volta da diversificação

A Cooperativa entrou na década de noventa sem o apoio do Proálcool nem o financiamento do Polonordeste, tendo como principal atividade agrícola a cana-de-açúcar, com 12.000 hectares de terras plantados, e uma estrutura industrial comandada pela destilaria de álcool, sua principal unidade, com capacidade de 320.000 litros/dia ou 36 milhões de litros/safra de álcool hidratado, seu produto principal. Esta mesma década encerra com uma inflexão produtiva: Pindorama volta a ter na policultura um de seus eixos econômicos principais.

A década anterior, representada pela expansão de seus canaviais, foi de preços e mercados garantidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, em plena vigência do Proálcool. A extinção do IAA e do Planalsucar, assim como a desativação do Proálcool, apontaram a necessidade de se voltar para a diversificação. Com a crise do Proálcool, gerada pela falta de financiamento à produção e por preços abaixo dos custos, surgem fortes problemas financeiros na Cooperativa e a diretoria da Pindorama passou a (re)orientar os colonos na diversificação produtiva.

A reestruturação, ou volta à diversificação, foram comandadas por três projetos estruturantes: a construção de uma fábrica de derivados de coco, uma fábrica de beneficiamento de leite e um projeto de modernização da fábrica de sucos, agregando mais valor à produção diversificada da Cooperativa. Em 1993, financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil, com recursos de R\$ 1.417.106,00, foi inaugurada a fábrica de processamento de coco, uma antiga aspiração dos colonos, com capacidade para processar até 8.000 cocos por dia e, neste mesmo ano, foi liberado o financiamento, no valor de R\$ 1.683.955,00, também pelo Banco do Nordeste, para modernização da antiga fábrica de sucos.

A pecuária, que tem uma área crescente em Pindorama, está com sua produção verticalizada por duas pequenas unidades industriais. A pequena fábrica de beneficiamento de leite tipo “c”, que foi inaugurada em 1995, com uma capacidade de tratamento de 5.000 litros/dia, que é comercializado regionalmente, e a unidade processadora de rações, que atende aos criadores na Cooperativa.

Em 1990, a fábrica de sucos secundava seu parque industrial, com capacidade de 16.000 litros/dia ou 3.890.000 litros/ano, empregando 17 trabalhadores chegando a 32 assalariados no pique da safra. Essa estrutura empresarial estava ampliada por quatro unidades no setor de serviços: uma oficina mecânica que prestava serviços ao mercado local, principalmente à cooperativa e aos colonos, o mercado, a farmácia e o almoxarifado, que incorporou o posto de gasolina. Por razões financeiras, nos anos oitenta, foram fechadas a fábrica de beneficiamento de arroz, a serraria, a fábrica de geléia, a cerâmica e a padaria.

Na área agrícola, o novo eixo passa a ser o Pólo de Fruticultura, com fortes investimentos na fruticultura irrigada. Para a formação e ampliação deste Pólo, a Cooperativa contou, em 1993, com um financiamento no BNB, no valor de R\$6,5 milhões, para um projeto de ampliação e renovação da área plantada, com 1.500 hectares de maracujá, acerola, caju e abacaxi.

Os investimentos foram necessários para enfrentar alguns de seus gargalos. Primeiro na área de irrigação, através da construção de pequenas barragens, na medida em os custos para projetos de irrigação de maior porte seriam elevados. A água na região é abundante e

pequenos projetos de irrigação poderiam alavancar os cultivos, apesar do acentuado desnível dos terrenos. Segundo, era necessário o apoio de pesquisa e assistência técnica. Pindorama não mais contava com apoio de instituições de pesquisa e assistência técnica qualificada para a produção de frutas, uma atividade muito sensível a pragas e doenças, que exige para seus tratos culturais, colheita e a pós-colheita tecnologias mais complexas do que as necessárias para outros tipos de cultura, como grãos. Terceiro, para a afirmação de um Pólo de fruticultura era preciso linhas próprias de financiamento que levassem em conta as características específicas em relação aos produtos agrícolas tradicionais, com prazos e carência que atentassem para as peculiaridades das fases de implantação do pomar e ao período de alcance da produção normal. (Almaster/Petrobrás, 2000)

A partir deste Pólo, a cooperativa modernizou a “Indústria de Alimentos René Bertholet”, o complexo que inclui as fábricas de sucos, a fábrica de beneficiamento de leite e fábrica de derivados de coco. Além do tradicional suco de maracujá, o carro-chefe das linhas de sucos, a fábrica passou a produzir concentrados de abacaxi, acerola e caju. A segunda unidade produz leite de coco e coco ralado. Estes produtos, com a marca Pindorama, são comercializados em quase todos os estados brasileiros.

A fruticultura voltou ao centro das preocupações de Pindorama. Há uma demanda por produtos Pindorama não atendida por falta de matéria-prima, principalmente o maracujá. A produção desta fruta é instável tanto pelo clima como pelos preços. O abacaxi e a acerola vêm crescendo e se afirmando como alternativas reais ao maracujá. Os derivados de coco (leite e coco ralado), conseguem ter amplo mercado. Outras frutas vão sendo introduzidas como alternativas econômicas reais. O mamão hawaí com plantio irrigado é já uma realidade em várias Aldeias, com um valor seis vezes superior ao atingido no cultivo de cana-de-açúcar, ademais de ser uma cultura que produz durante todo o ano. A experiência com estas frutas vem sendo ampliada com a introdução de produção comercial de goiaba de mesa, banana, melancia, pinha, graviola e pitanga.

Em paralelo aos investimentos industriais, Pindorama apostou na irrigação de 750 hectares de terra destinadas à fruticultura, através de um novo projeto financiado pelo Governo federal, em 2000, no valor de R\$ 9 milhões, com uma característica local: a irrigação é realizada em 250 lotes, com uma área máxima de 3 hectares, num projeto

financiado diretamente pelo Tesouro Nacional, com o apoio da Secretaria de Agricultura.

Os resultados dessa nova estratégia adotada nesse período de reestruturação são sinalizadores de uma nova situação. Sustentada pelas fábricas de sucos, beneficiamento de coco e de leite, a área de policultura e de pastagens vem crescendo mais rapidamente que na década anterior e, pelo valor agregado de sua produção, voltou a ser a atividade mais importante na área agrícola de Pindorama.

A diversificação voltou a ser um dos eixos produtivos mais importantes e vai modificando, outra vez, a paisagem agrícola através de suas culturas: coco, com 3.000 hectares; lavouras de subsistência (feijão e mandioca), 2.000 hectares; pastagens, com 5.000 hectares; maracujá, 600 hectares; acerola, 150 hectares; abacaxi, 300; mamão, 70 e caju 100. As reservas da Cooperativa somam 2.800 hectares e as matas e várzeas não-utilizáveis 1500

Esta lógica – a diversificação produtiva – permite que, ao tempo que a Cooperativa produza com mais intensidade suas mercadorias a partir da fruticultura, lance mão dos recursos federais, como Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf -, conseguindo realizar uma operação inédita no País, ao liberar, em junho de 2001, um financiamento a partir de uma parceria com a Cooperativa, de R\$ 350 mil para cerca de 170 micro e pequenos produtores de cana, com teto de até 2 e 5 mil reais e juros de 4% ao ano. Empréstimos de pequenos volumes de recursos que serão descontados no pagamento dos fornecedores no final da safra, permitindo, entretanto, a execução de algumas tarefas agrícolas.

A relação Cooperativa/produtor de cana também foi modificada. Depois de obter 100% de aumento no seu faturamento no ano 2000 em relação a 1999, atingindo a cifra de R\$ 24 milhões, o mais alto faturamento desta década, a Cooperativa Pindorama fechou suas contas com um balanço positivo, o que permitiu aos cooperados receberem, em dinheiro, o valor do lucro líquido, R\$ 1 a mais por cada tonelada de cana fornecida para a destilaria na última safra. No total foram distribuídos com os cooperados mais de R\$ 300 mil, variando de acordo com a produção de cada colono. Pindorama era considerada, entre todas as indústrias do setor sucro-alcooleiro de Alagoas, a que fazia o melhor sistema de pagamento para o fornecedor, com um percentual maior de adiantamento pela cana posta na destilaria.

Na safra 2000/01, a produção de cana-de-açúcar esteve assentada nos 626 lotes de até 30 hectares. Levando-se em conta que, em Pindorama, a produção média é de 50 toneladas por hectare, um lote que colheu até 500 toneladas teve, no máximo 10 hectares plantados. Na mesma lógica: até 1000 toneladas, 20 hectares e até 1500 toneladas 30 hectares. Dados da Cooperativa informam que 946 lotes agrícolas, 80% dos lotes existentes, plantam cana-de-açúcar de forma conjugada com outras culturas ou não a plantam. Ou seja, o modelo produtivo de Pindorama continua atípico para os padrões regionais.

Considerações

A experiência de Pindorama foi vista, desde sua implantação, com uma simpática boa vontade por parte dos estudiosos que por ela se interessaram. Em 1967, o geógrafo Nilo Bernardes afirmava que “como experiência no gênero tropical, Pindorama causa as melhores impressões, não obstante revelar ainda caráter francamente pioneiro (...) consideremos a área ocupada e o sucesso econômico logrado, ainda que incipiente, a assimilação de novas noções técnicas de que alguns colonos já dão mostra, os benefícios valiosos da comunidade que inegavelmente está se constituindo. Tudo isso são elementos para uma expansão em área, mais vigorosa e mais acelerada, com resultados presumivelmente mais rápidos e mais seguros (...) Para empregar a expressão em voga, em Pindorama elaborou-se um verdadeiro *know how* em matéria de colonização da região litorânea do Nordeste e este *know how* não deve ser desperdiçado. A expansão de Pindorama deve ser o primeiro e o mais urgente passo, traduzindo concretamente o desejo de se passar à ação, no problema da colonização e da reformulação dos problemas agrários em Alagoas” (Bernardes , 1967:75-6)

A realidade de Pindorama era tão particular que chamou a atenção do geógrafo alemão Siegfried Schacht: “Pindorama provides an example of how much money, patience and perseverance will be needed to improve the living conditions of small farmers and a far-workers in a region where, despite satisfactory legislative bases, fundamental agrarian

reforms still fail in the faces of delaying tactics and opposition of influential large landowners” (1981:87)

A Cooperativa Pindorama, com seu meio século de experiências, é um projeto de futuro. Outro geógrafo alemão, Keith Muller, entusiasmado com a experiência da Cooperativa, afirmou que “*o projeto Pindorama é um modelo para o futuro do Nordeste e países em desenvolvimento em toda à parte do mundo*” (1995:21). Uma afirmação que reflete um certo exagero ou uma generalização de um experimento particular, mas, com certeza, que traduz a simpatia pelo nível de diferenciação sócio-econômica de Pindorama com relação tanto às áreas agrícolas vizinhas do Nordeste, como de muitas regiões subdesenvolvidas de outras partes do planeta.

Referências

- ADTP/Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná. **Master Plan. Oportunidades de Negócios em Alagoas**. CD-Rom, ADTP: São Paulo, 1999
- ALAGOAS. Secretaria de Agricultura/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE. **Desenvolvimento Rural Integrado da Cooperativa de Pindorama. Viabilidade Técnica e Econômica**, SUDENE: Recife, 1975.
- _____, Secretaria de Agricultura. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola. **Sugestões à elaboração dos termos de referência do projeto Pindorama**. FCEPA: Maceió, 1972.
- _____, Secretaria de Agricultura. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola. **Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Pindorama**. FCEPA: Maceió, 1976.
- _____, Secretaria de Agricultura. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola. **Destilaria de Alcool da Cooperativa Pindorama**. Projeto de Instalação. FCEPA: Maceió, 1976.
- _____, Secretaria de Agricultura. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola. Polonordeste. **PDRI/Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Pindorama. Plano Operativo. 1981/82**. FCEPA: Maceió, 1980.
- _____. Secretaria de Agricultura. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola. Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP. **Proposta de Reformulação do Sub-projeto Pindorama**, FCEPA: Maceió, 1991.
- BERNARDES, Nilo. Condições geográficas de colonização em Alagoas, in **Revista Brasileira de Geografia**, jun/ago, pp.65-83, CNG: Rio de Janeiro, 1967.
- CARVALHO, Cícero P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. (2ª ed.) Edufal: Maceió, 2001
- CAVALCANTE, Luiz Henrique Oliveira. **Relatório sobre Pindorama**. Secretaria da Agricultura do Estado de Alagoas, 1971, (mimeo.)
- CORRÊA, Roberto Lobato A. A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos, in **Revista Brasileira de Geografia**, out./dez CNG: Rio de Janeiro, 1963.
- KUDER, Manfred (Org.). **Rumo ao desenvolvimento. Áreas de colaboração teuto-**

- brasileiras.** Livraria do Globo/Herst Erdmann Verlag, Rio de Janeiro, 1967.
- LIMA, Ivan Fernandes. **A ocupação espacial do Estado de Alagoas**, Sergasa: Maceió, 1992.
- MULLER, Keith D. Pindorama: modelo europeu agrícola de assentamento, litoral nordestino brasileiro, in **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 57, n.4, pp.17-22, out./dez. Rio de Janeiro, 1995.
- OLIVEIRA FILHO. Gerônimo. **Pindorama. Breve História.** s/e, Pindorama, 1998
- PEREIRA, Maria Lúcia de Oliveira. **Pindorama, nossa história, terra e gente.** Gráfica Maciel, Maceió, 1985
- RAMALHO, Ricardo. **Observações sobre a Cooperativa Pindorama**, s/e (mimeo.) Maceió, 2001.
- SCHACHT, Siegfried. Agricultural colonization of the Zona da Mata of North-East Brazil: the example of Pindorama. **Applied Geography and Development**, vol. 17, pp.71-90, Tubingen, 1981
- SILVA, Marcos José Alves. **Estado e agricultura: o caso da Cooperativa de Colonização agro-pecuária e Industrial Pindorama Ltda.** Dissertação apresentada no Mestrado em Economia Rural, da UFRPE. Recife, 1993 (mimeo.).
- SUDENE/ANCAR. **Fomento da Cooperativa de Colonização de Pindorama Ltda.,** Sudene: Recife, 1972.